

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**ENTRE EVENTOS, PRÊMIOS E
HINOS NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR:
REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA
AFRO-BRASILEIRA EM BELO
HORIZONTE**

WELLINGTON DO CARMO FARIA

BELO HORIZONTE

2011

WELLINGTON DO CARMO FARIA

**ENTRE EVENTOS, PRÊMIOS E HINOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR:
REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA EM BELO HORIZONTE**

**Dissertação de mestrado apresentado ao
Programa de Pós Graduação em
Educação como requisito parcial à
obtenção do título de mestre.**

Orientadora: Dra. Júnia Sales Pereira.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

BELO HORIZONTE

2011

WELLINGTON DO CARMO FARIA

**ENTRE EVENTOS, PRÊMIOS E HINOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR:
REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA EM BELO HORIZONTE**

**Dissertação de mestrado apresentado ao
Programa de Pós Graduação em
Educação como requisito parcial à
obtenção do título de mestre.**

BANCA EXAMINADORA

**Júnia Sales Pereira (orientadora)
Universidade Federal de Minas Gerais**

**Lorene dos Santos
PUC Minas**

**Lana Mara de Castro Siman
Universidade Estadual de Minas Gerais/Universidade Federal de Minas Gerais**

SUPLENTE

**Claudia Ricci – CP UFMG
Thais Nivia da Fonseca – Fae UFMG**

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria do Carmo, minha companheira, Ana Paula, minha amada filha Dandara, irmãos Betinho e Quezia, meus cunhados Jairo e Pedrinho que me socorreram nas dúvidas com o uso das mídias, além dos demais familiares e afilhados que tiveram minha companhia muito limitada durante o tempo da pesquisa.

Em memória de meu pai, José Reis de Faria, meus avós maternos, Antônio e Nezita, pessoas queridas que se foram, Dona Lourdes Cassimiro – minha primeira professora, saudosos amigos Luís Cláudio, Jandira, Sr. Roque, dona Elza e Maria das Graças Rodrigues que sempre me incentivaram na militância e nos estudos sobre a questão racial.

AGRADECIMENTOS

Em especial, ao Professor Guilherme José Barbosa que me incentivou a participar da seleção do mestrado. Também ao incentivo militante da professora Laura de Castro, representando todos os companheiros da militância no Partido dos Trabalhadores, além de Rosalva Portela que me valorizou profissionalmente pela primeira vez. Agradeço também ao incentivo inicial da diretora Andréia Silva e demais colegas da Escola Municipal Daniel Alvarenga, com destaque para o professor Djalma Eudes que me ajudou a pensar sobre os primeiros ajustes da minha dissertação, ainda com o tema antigo.

Na fase atual da pesquisa, agradeço especialmente à Mestre Patrícia Santana, atual diretora da Escola Municipal Florestan Fernandes devido à sua importante contribuição com materiais de pesquisa sobre os eventos comemorativos, além de textos e sugestões. Agradeço a Anete, Alan, Helane, Valéria, Darci, e os demais colegas de trabalho da mesma escola, também ao Jerry e equipe da Gerência Regional de Educação Norte, todos os amigos do Programa Escola Integrada e também do Programa Floração na pessoa de Noara, Helane, Fátima e Galeno e todos os amigos que conquistei nos diferentes espaços que atuei na prefeitura de Belo Horizonte.

Aos padres jesuítas que me ajudaram na formação humana e militante: Pedro Luiz de Azevedo, João Batista Libânio, Marco Antônio, Francisco Taborda e Padre Delmar. Aos amigo(a)s de todos os lugares de convivência: Eliana, Clara Selma, Marisvaldo, Sidymar, Fernando, Evaldo, Augusto, Ilze, Eduardo, Mário Elesbão, padrinho Cláudio, Marisbeth, Débora, Vaneza, Alice, Tiana, Gildázio, Dudu e Sérgio do MSU, João Pio, José Mário, Sandro, Walleson, Paula, Giani e todos os demais que me incentivaram nessa caminhada.

Aos militantes do movimento negro que me incentivaram nesta construção: Pekena que me despertou para a consciência da negritude, Noezi pela energia positiva, Marcos Cardoso, representando todos os amigos do movimento negro de Belo Horizonte, colegas da Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra – COMACON, além dos colegas do Núcleo de Relações Raciais da SMED, Edson da Silva e Denise Ziviani que muito incentivaram esta pesquisa.

Aos colegas do mestrado e doutorado da FAE/UFMG, especialmente José Silvestre, Lídia, Marcos Wellington, Yone, Deborah, Olavo, Helder, Wander, Simone, Fernando Conde, Aroldo, Leonardo, demais colegas do Labephe, dentre outros. Ao colega Luciano Roza, pela leitura crítica e sugestões à primeira versão desta dissertação.

Aos professores da FAE/UFMG que me apoiaram e acrescentaram na minha formação: José Raimundo, Dalila Oliveira, Thais Fonseca, Leôncio Soares, Nilma Lino Gomes, Pablo, Lana Mara de Castro Siman e a professora do Centro Pedagógico da UFMG, Araci Rodrigues Coelho e meu parecerista, Prof^o Leôncio.

Especialmente, ao professor Bernardo Jefferson que me apoiou no momento mais difícil e colocou no meu caminho minha orientadora, Professora Dra. Júnia Sales Pereira que me impressionou pela aposta e dedicação comigo, mesmo com pouco tempo para uma pesquisa tão complexa, sabendo das minhas limitações como professor-pesquisador, mas com uma paciência e compreensão que fizeram aumentar a minha responsabilidade pela busca de mais tempo para ler e escrever.

Transmissão

Querem que a gente saiba
que eles foram senhores
e nós fomos escravos.

Por isso te repito:
eles foram senhores
e nós fomos escravos.

Eu disse fomos.

**(Oliveira Silveira – poeta gaúcho, idealizador do Dia Nacional da
Consciência Negra – 1941/2009, disponível em
<http://outubro.blogspot.com/2009/01/oliveira-silveira-poeta-1941-2009.html>)**

RESUMO

Observa-se nas últimas três décadas uma considerável mudança de prioridade do calendário escolar. Assiste-se à subvalorização da rememoração do passado escravista e da abolição da escravatura proporcionada pela Lei Áurea (encarnados no dia 13 de maio) diante da luta pela superação do racismo e afirmação da história, cultura e luta dos negros no Brasil (simbolizados pelo dia 20 de novembro). Mesmo o dia 13 de maio recebe nova significação, neste cenário, passando a simbolizar, sob a égide da luta afirmativa negra, o Dia Nacional de Luta contra o Racismo.

No trabalho, entrecruzam-se reflexões sobre as disputas pela memória, sobre as temporalidades escolares e sobre a instituição, na experiência escolar, de práticas e marcos cívico-simbólicos representativos da luta social, com evidente influência da movimentação social advinda da agenda de lutas afirmativas na educação escolar.

Para esta reflexão, são importantes as contribuições de Pollak (1989) para a discussão sobre memória coletiva; a reflexão sobre imaginário apresentado por Carvalho (1990), o estudo de Gallego (2005) sobre as festas comemorativas nas escolas no início da República, o estudo de Cardoso (2002) sobre o movimento negro em Belo Horizonte, o estudo de riscos e contradições da Lei 10.639/03 apontado por Pereira (2008), o estudo de Santomé (2000) sobre as culturas negadas e silenciadas no currículo e discussão apresentada de Santana (2001) acerca dos projetos pedagógicos que discutem as relações raciais na escola.

Tomamos como exemplo as políticas públicas e sociais historicamente construídas de enfrentamento do racismo e discriminação, bem como de positivação da memória afro-brasileira em Belo Horizonte, destacando a atuação da área educacional. Percebemos um esforço pela implementação nas escolas das determinações contidas na Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Como estratégia, as escolas são envolvidas na promoção de eventos e na participação de concursos com premiações de experiências bem sucedidas e ações diversas, bem como ocorrem ressignificações e emergência de novos símbolos que produzem contradições e outras disputas, como o exemplo do Hino à Negritude.

SUMÁRIO

MEMORIAL	10
APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – SOBRE O CALENDÁRIO ESCOLAR E A HISTÓRIA E MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA	
1.1. Reflexões sobre o calendário escolar	21
1.2. A influência do movimento negro nas redefinições do Calendário Escolar desde os anos 70	31
1.3 Influências dos Movimentos sociais em Belo Horizonte nas definições do calendário escolar	36
1.4. Datas e personagens na Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares correlatas...	42
CAPÍTULO 2 - SIGNIFICADOS DO “20 DE NOVEMBRO” NA EXPERIÊNCIA ESCOLAR	
2.1. 20 de novembro – um “quase” feriado diferente	53
2.2.. A promoção da agenda escolar do Dia Nacional da Consciência Negra	57
2.2.1. Diário Oficial do Município – o que foi tornado público por ocasião do 20 de novembro de 2010.	60
CAPÍTULO 3 – SOBRE HINOS E AS OPERAÇÕES DE MEMÓRIA	
3.1. Reflexões sobre símbolos na educação escolar brasileira	78
3. 2. Reflexões sobre símbolos na educação escolar brasileira	83
3.3. Hino à negritude – o hino em diferentes tempos – memórias por entre musicalidades	85
CAPÍTULO 4 – SOBRE PREMIAÇÕES E EDUCAÇÃO ESCOLAR	
4.1. Sobre premiações e uma educação das relações étnico-raciais na escola	100
4.2. A influência do Prêmio Paulo Freire nas Comemorações do dia 20 de novembro nas escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte	103
4.3. O que nos dizem os resultados do Prêmio Paulo Freire?.....	120
4.4. O Selo de Educação Para a Igualdade Racial	122

CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
DOCUMENTOS ANALISADOS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	145
ANEXO I	145
Quadro I - consolidado com os eventos promovidos pelos Centros Culturais – Belo Horizonte entre novembro e dezembro de 2010.	145
QUADRO II – QUADRO de eventos promovidos pelas escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte no 20 de novembro (dia, semana, mês)	150
ANEXO II.....	152
Regulamento do Prêmio Paulo Freire (DOM) 2006	152
Portaria que nomeia a Comissão Julgadora do Prêmio Paulo Freire	155
Anexo III	157
Lei de Oficialização do Hino à Negritude - Belo Horizonte – 2011	157

MEMORIAL

Como este Memorial foi decisivo em 2010, num momento de busca de novo objeto de investigação, e também de minha recolocação na vida acadêmica, como sujeito e como pesquisador, ele abre esta dissertação. Foi a partir da compreensão de quem sou e de minha trajetória é que as opções de pesquisa explicitadas neste texto foram se delineando. Por isso, este memorial é elucidativo não somente da minha trajetória pessoal e profissional, mas da pesquisa realizada.

Lembrar do passado deve servir para se identificar com o momento e projetar o futuro. Neste aspecto, apresento este memorial como ponto de partida para minha pesquisa de mestrado, compartilhando leituras e experiências.

Sou filho de um técnico em manutenção de equipamentos odontológicos que trabalhava por conta própria e que nos deixou, vitimado pelo câncer, quando eu tinha treze anos. Com uma pensão de um salário mínimo, minha mãe, dona de casa, conseguiu encaminhar seus três filhos no caminho da universidade, mesmo estudando em escola pública e trabalhando para ajudar nas despesas da casa.

Naquele ano de 1986 em que perdi meu pai, também havia perdido meu avô materno – ambos são até hoje referência do meu caráter e busca da solidariedade entre as pessoas. Inicialmente, meu pai queria que eu aprendesse sua profissão, mas quando viu que gostava de estudar, me presenteou com um curso e uma máquina de datilografia. Lembro-me quando escrevi um livro com aventuras que tinham meus colegas como personagens, a “Sucata Maluca”, me levava em alguns escritores e editoras da cidade imaginando que conseguiria publicá-lo. Meu avô acolhia todo mundo que vinha do interior para tratamento de saúde na sua casa em Contagem e me presenteava com revistinhas em quadrinhos – tornei-me quadrinista por causa dele. Por graça dele, talvez tenha conseguido minha primeira ascensão pública ao elaborar tirinhas para um jornal de educação ambiental da prefeitura em 1994. Depois disso, acabei abandonando esta arte pela qual fiz razoável sucesso.

Estudei todo meu ensino fundamental na Escola Estadual Professor Bolívar de Freitas, onde conheci a militância política. Devido à influência de uma professora,

Marlene Mendonça, participava de reuniões do Partido Comunista Brasileiro e pela liderança estudantil, participei da Miniconstituinte de Minas – proposta da Assembléia Legislativa de Minas para envolver os estudantes no processo constituinte em curso no país. Sendo eleito pelos colegas, levei várias sugestões para a construção da carta cidadã que viria em 1988. Não fui escolhido para ir a Brasília, mas voltei de lá com a missão de fundar um grêmio estudantil e assim, organizamos o processo eleitoral que foi até bem disputado, mas acabei me tornando o primeiro presidente do Grêmio Estudantil do Bolívar.

Em 1988 fui cursar o segundo grau na Escola Estadual Governador Milton Campos, conhecido como “Estadual Central”. Lá conheci o teatro e me tornei petista. Integrei o grupo teatral “Luz do Palco” e também fiz parte do Núcleo Estudantil do Partido dos Trabalhadores a convite do colega militante Marlon, hoje advogado. Estudava pela manhã e realizava alguns “bicos” à tarde: eram serviços de datilografia e aulas particulares de matemática para ajudar a custear minhas passagens de ônibus.

Através do Padre Pedro Luiz de Azevedo, jesuíta – que muito nos ajudou após a perda de meu pai, tomei conhecimento da Teologia da Libertação e sua proposta de “fé enraizada na vida” e a militância social baseada na “opção preferencial pelos pobres”. Participei da comunidade católica local, atuando como catequista, vicentino, ministro da eucaristia e da palavra – enfim, cheguei a pensar em ser padre, mas a condição de “arrimo de família” me excluiu deste desejo inicial. Continuei atuando na Associação de Moradores do Bairro Jardim Guanabara e na Pastoral da Moradia, apoiando o movimento “sem-casa” que haviam se instalado na região em 1991. A luta comunitária me levou para a luta política e assim, filiei-me ao Partido dos Trabalhadores, tendo sido por três vezes presidente do Diretório Regional Norte.

Meu primeiro emprego com carteira assinada foi na Silmáquinas e Equipamentos. Era auxiliar de escritório da oficina mecânica. Minha função era datilografar as ordens de serviço dos mecânicos e providenciar as peças que eles pediam – era responsável também pela limpeza e lubrificação dos rolamentos. Recebia um salário mínimo e pude no final do ano comprar minha primeira bicicleta. Porém, em 1992, aprovado em concurso público, troquei o guarda-pó da oficina pelo

cargo de agente administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte. Fui trabalhar na seção financeira da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Lembro que o funcionalismo todo apoiava Maurício Campos e eu era o único que apoiava Patrus Ananias do PT. O ano de 1992 me reservou três vitórias: a nomeação pelo concurso público, a vitória do PT nas eleições e a aprovação no vestibular para História na UFMG.

Com o tempo, comecei a perceber que a discriminação racial se faz principalmente no mundo do trabalho e no trato policial diante da violência urbana, principalmente quando se associa a condição social com o local de moradia e nem tanto nas relações afetivas. Lembrei dos muitos colegas que abandonavam os estudos ou eram reprovados – eram todos negros. Na graduação, era visivelmente o negro da turma e ficava pensando como seria na medicina, na engenharia, no direito...

Enquanto isso me realizava profissionalmente na Prefeitura de Belo Horizonte. Mesmo trabalhando com um serviço rotineiro na seção financeira da Secretaria do Meio Ambiente, consegui me destacar, como havia mencionado anteriormente, ao criar tirinhas de educação ambiental para um jornal interno. Posteriormente, fui convidado para compor a equipe de Educação Ambiental e passei a trabalhar nos parques da cidade. Sendo referência para muitas ações, acabei sendo escolhido para representar o órgão no Fórum Nacional de Participação Popular nos Governos Locais em Recife. Quando voltei fui convidado para assumir um cargo de confiança: a Gerência do Centro de Apoio Comunitário Havaí na zona oeste da cidade. Entre 1995 e 2003 gerenciei três centros comunitários: Havaí, Parque das Águas (Barreiro) e Providência (regional norte), considerando que em 1998 fui nomeado professor municipal por aprovação em concurso, mas com direito a licenciar da função devido ao exercício do cargo comissionado.

Porém, não abria mão de lecionar e por isso, acabei assumindo algumas aulas na rede estadual à noite e também em um cursinho pré-vestibular popular como voluntário aos sábados. Este cursinho, o Greamar (Grupo de Estudos Alternativos do Floramar e Região), gratuito e voltado para estudantes de baixa renda da região norte de BH, foi o ponto de partida para a criação de um fórum estadual de cursinhos populares que, somado ao Movimento dos Sem Universidade

(MSU) foi pioneiro da luta pela implantação do PROUNI (Programa Universidade para Todos) implantado no governo Lula e da luta pela aprovação do Projeto de Lei de Reserva de Vagas para negros (PLC 180/2008) e estudantes de baixa renda nas universidades públicas, pelo qual participei de uma audiência pública no Senado Federal.

Na luta comunitária acabei me engajando também na Pastoral do Negro e através de uma colega da prefeitura, a Pekena, passei a fazer parte do Grupo Obá II que reunia o movimento negro da região norte de Belo Horizonte.. Na prefeitura, em 2003, fui convidado para atuar na Cultura e assumi a Diretoria do Centro Cultural Zilah Spósito. Pude conciliar neste espaço minha experiência na área social com a promoção e difusão da cultura local.

Em 2005 assumi uma função de abrangência regional: Gerente de Políticas Sociais da Regional Norte enquanto paralelamente, cursava uma especialização em políticas públicas promovida pelo DCP/UFMG, cuja monografia final tinha como tema a questão racial nas políticas públicas da Regional Norte de Belo Horizonte. Nesta gestão, contribuí para a criação do Fórum Regional da Criança e Adolescente, Programa BH Cidadania, Fórum de Promoção da Igualdade Racial e o Núcleo Regional do PAIR (combate à exploração sexual de crianças e adolescentes).

Através dos cursinhos populares, conheci em Vespasiano, Ana Paula, minha companheira, também professora da educação básica e de nossa união, em 2006, nasceu minha querida filha, Dandara, em homenagem à companheira guerreira de Zumbi dos Palmares.

No mês de julho de 2007, passei a me decepcionar e conflitar com alguns petistas da capital mineira e, devido à conjuntura política que se modificava e pela qual era discordante, fui exonerado do cargo de confiança, tornando-me ainda um dissidente interno. No campo profissional, pude finalmente assumir meu cargo efetivo de professor da rede municipal. Fui lotado na Escola Municipal Florestan Fernandes, mas no ano seguinte (2008) fui convidado para coordenar o Programa Escola Integrada na Escola Municipal Professor Daniel Alvarenga, no Conjunto Zilah Spósito onde já havia sido diretor de um centro cultural cinco anos antes.

Minha dedicação ao novo projeto rendeu-me elogios e incentivos para escrever sobre ele, visto que sempre distribuía boletins e relatórios sobre escola integral e integrada. Participei da seleção para o Mestrado da FAE com esse tema e fui aprovado. Sentia uma grande euforia no início de 2009 com a pesquisa e as disciplinas que iria cursar.

Porém, vieram inúmeras frustrações. Na prefeitura, tive que voltar à minha escola de origem, pois não podia me dedicar em tempo integral para a escola integrada e após ter sido negada a licença remunerada para estudar – decisão do novo governo que deixaram surpresos todos os professores da rede municipal de BH que contavam com esse benefício; além da própria universidade que tentou convencer a prefeitura, sem sucesso. Ao longo do ano, tive diversas incompatibilidades com antiga orientadora que buscou inclusive uma co-orientadora para ajudar. Acabou não surtindo efeito e ambas, desistiram da orientação. Senti-me angustiado e frustrado e pensei em desistir do curso.

Por intermédio do prof. Bernardo – coordenador da pós-graduação da FAE, fui apresentado à profa. Dra. Júnia Sales Pereira que me aconselhou a mudar o tema da pesquisa para melhor adequar à sua linha de pesquisa e minha vivência real como docente e pesquisador. Este conselho foi uma “sacudida” que me fez acordar e enxergar o que sempre orientou toda minha militância e prática docente: a questão racial.

Na vida sofremos muitas perdas. Sentimos desde a perda de pessoas queridas como de posições sociais e políticas e inclusive, temas de pesquisas. A minha trajetória é repleta de perdas e reconquistas, parece que quando penso que estou no auge, na afirmação, na verdade, vejo-me na condição de recomeçar com novas idéias. Está acontecendo agora quando volto meu olhar para estudar as questões raciais, porém, com vigor renovado, pois sinto não se tratar de problematizar a figura da Princesa Isabel ou de Zumbi dos Palmares, mas problematizar a mim mesmo na condição de negro, militante, professor e pesquisador. Ou seja, há um diferencial substantivo e desafiador nesta nova empreitada.

Toda minha trajetória como professor na rede estadual, rede municipal e no cursinho popular foi marcada pela priorização do ensino da história como

instrumento de formação política e cidadã, com ênfase no combate ao racismo e promoção da igualdade racial. A sala de aula ainda é um local onde os preconceitos se manifestam ou se escondem.

Percebo que não é possível também dissociar minha trajetória como docente da experiência que adquiri como gestor de políticas públicas de assistência social, cultural e ambiental que culmina inclusive na perspectiva da educação integral que, mesmo não sendo mais objeto da minha pesquisa, permanece como parte do meu entendimento sobre mecanismos de construção da cidadania através da educação.

A prática docente – intensificada nos últimos três anos – combinada com meu currículo profissional voltado para as questões ambientais, sociais e educacionais, bem como minha história de militância no movimento negro, na política partidária, cursinhos pré-vestibulares populares e no catolicismo engajado nos moldes da Teologia da Libertação têm orientado minha disposição em estudar a disputa pela memória na educação escolar para abordagem da história afro-brasileira. Tenho plena consciência, entretanto, da necessidade de buscar estar atento para que meu texto acadêmico não se torne tendencioso pela ideologia militante que adquiri ao longo da minha experiência, sem descartar, entretanto esta potencial fonte de “auto-pesquisa”.

Na sala-de-aula percebo que ainda estamos longe de construir uma escola mais agradável sem deixar de ser erudita; mais plural sem desprezar a individualidade, mais voltada para a diversidade do que para a uniformidade de suas práticas que ainda remontam à lógica fabril que a criou.

APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação é resultante de um processo sinuoso gestado neste último ano de mestrado, após troca de orientação e redefinição de temática de investigação. Inicialmente, minha intenção era de apreciação do Programa Escola Integrada e seus pressupostos educativos. Após troca de orientação, voltei-me à investigação de minha trajetória acadêmica e pessoal, com elaboração de um Memorial, momento em que redefini o tema de investigação no mestrado.

A definição desta temática voltada à compreensão da memória afro-brasileira na Educação Escolar tem relação com minha trajetória acadêmica e pessoal e com meus interesses de investigação situados no campo do Ensino de História.

O título desta dissertação *Entre eventos, prêmios e hinos na educação escolar: reflexões sobre a memória afro-brasileira em Belo Horizonte* explicita o campo de interesses desta pesquisa. Baseando-me sobretudo nos estudos de Michael Pollak, volto-me sobretudo à compreensão dos mecanismos simbólicos que orientam disputas pela memória afro-brasileira, e os visualizo em especial através de elementos da cultura educacional, em alguma medida também elementos da cultura cívica, que estão contemporaneamente presentes na sociedade com repercussões na escola: os rituais, o calendário e o hino.

Privilegiei, para esta análise, o município de Belo Horizonte e ações educativas que se voltaram à Rede Municipal ou, de alguma maneira, impactaram ou estiveram presentes nesta Rede de ensino num contexto que é de implementação da Lei 10.639/03¹ (modificada pela Lei 11.645/08, que institui a obrigatoriedade também do ensino de história e cultura indígenas) que implementa a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e uma educação das relações étnico-raciais na escola.

A escolha da rede municipal em detrimento da rede estadual se deve a um acúmulo de experiências pedagógicas no campo da diversidade que perduram

¹ A Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e no seu Artigo 79 inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

desde a implantação do Programa Escola Plural em 1993, assim como uma rede pública intersetorial (Fundação de Cultura, COMACON, Núcleo Étnico-Racial da SMED) existente antes mesmo da Lei 10.639/03, além de ser uma rede em que já ocorreu bastante acúmulo na experiência educativa, incluindo o papel do Núcleo Étnico-racial tanto na distribuição de Kits educativos, promoção de eventos e promoção de oportunidades de formação docente para esta prática educativa.

A abordagem proposta tem relevância no contexto educacional atual, sobretudo no que se refere ao trato das relações étnico-raciais, em especial a partir da assinatura pelo presidente Lula em janeiro de 2003 da Lei 10.639 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para inserir no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra e, no currículo, a temática interdisciplinar da cultura afro-brasileira e africana.

Muitos foram os desafios enfrentados nesta dissertação. Além do pouco tempo para a sua realização, devo confessar que alterei algumas vezes o foco da dissertação, o que gerou alterações metodológicas e também de conteúdo da mesma. Também em função do tempo e das dificuldades próprias de realização de um mestrado em condições especiais, as definições metodológicas também se deram ao longo do percurso, evidenciando-se com o fazer investigativo.

O interesse inicial estava voltado às disputas simbólicas que vêm orientando uma alteração no calendário escolar, com super valorização do 20 de novembro e uma sub-valorização (ou reorientação de significação) do 13 de maio. Este desenho original polarizou as memórias de Zumbi dos Palmares e Princesa Isabel, o que, de alguma forma, está presente em realidades escolares contemporaneamente e está presente, evidentemente, em momentos desta dissertação. Iniciei a investigação destas disputas por um levantamento em revistas de divulgação histórica como Revista de História da Biblioteca Nacional, Revista História Viva e Revista Nossa História, o que gerou reflexões significativas a respeito.

A crescente importância que a comemoração do dia, semana ou mês da Consciência Negra nas escolas vem ganhando, principalmente pelo esforço do movimento negro e vários setores da sociedade civil em fazer cumprir a Lei 10.639, bem como a adesão do corpo docente e direções escolares, contribuiu também para a ressignificação da tradicional comemoração da abolição da escravatura em 13 de maio, que, recentemente ganhou a interpretação como dia de luta contra a discriminação racial.

Mas, o trabalho de pesquisa levou-me ao encontro de fontes relacionadas à experiência educativa especificamente em Belo Horizonte, município no qual há anos sou professor de História. Colegas do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (Labepeh-Fae/CP UFMG) coletaram, a meu pedido e da minha orientadora, relação de eventos, folders, cartazes e materiais comemorativos do 20 de novembro em variadas escolas de Belo Horizonte, em 2010. Eu também o fiz, em escolas de meu contato, todas da Rede Municipal de Belo Horizonte. A coleta deste material levou-me a interrogar sobre as relações entre os eventos sociais, incluindo aqueles organizados por militantes negros e a experiência escolar – suas repercussões, suas interfaces e diferenças. Em visita à Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, localizei uma pasta de documentos também contendo folders e materiais de eventos (inclusive anteriores a 2010) sobre a Consciência Negra, enviados por escolas da Rede à Secretaria e ao Núcleo de relações etno-raciais da Rede Municipal. Na mesma pasta, estavam também material de uma edição do Concurso Paulo Freire, organizado pela Rede Municipal para premiação de experiências bem sucedidas, neste caso, voltadas à educação das relações etno-raciais.

A experiência escolar e social também levou-me à visualização da transformação em lei de projeto antigo de criação do Hino à negritude, atualmente objeto de discussão em escolas de Belo Horizonte, conforme verificaremos.

Estas buscas, incluindo a visualização de alguns impactos da Lei 10.639/03 e diretrizes na educação escolar, e uma reflexão, relacionada também à minha trajetória, de percepção das ressonâncias entre movimentos sociais e educação, levaram-me à reflexão aqui apresentada, que diz respeito ao anúncio do significado dos hinos, dos eventos e das premiações na experiência socio-educativa em Belo Horizonte.

Chamo a atenção para o termo “experiência sócio-educativa” por entender que uma parte dos eventos estudados têm sua origem na experiência social. Contudo, eles, de uma forma ou outra, tocam à escola, dizem respeito à experiência escolar ou têm e terão, nela, visíveis suas repercussões. A hipótese desta dissertação enuncia-se exatamente nesse ponto. Supomos que a educação escolar é considerada parte relevante da implementação de políticas permanentes dos movimentos sociais que vêm, na escola, campo fértil para propagação de seus pressupostos formativos. Mais que isso, como a educação escolar se organiza, em grande medida, também reinventando tradições (ou mantendo-as), através de tempos (os calendários, datas

comemorativos, eventos), de rituais (a execução de hinos, a eleição de novos “heróis” – como no caso de Zumbi, a ritualização dos corpos, os desfiles etc) e de premiações (incluindo, neste caso, também o trabalho docente), supomos ser através destes elementos da tradição escolar - tempos, rituais, premiações - que vêm se realizando revisões no Ensino de História. Essas revisões incorporam, evidentemente, perspectivas de posituação de memórias. Incorporam, além disso, perspectivas voltadas à revisão de abordagens eurocêntricas. Mas, em alguma medida, também recuperam elementos conservadores da tradição escolar – como no caso do Hino, das datas cívicas, que não nos passam despercebidos.

Entender esse jogo que reúne tradição e reinvenção da prática educativa é um desafio enorme. Ele pode ser feito de outras maneiras da que realizei nesta dissertação. Evidentemente há outros elementos de transformação (ou repetição das tradições escolares) visíveis aos investigadores e professores.

O que realizei foram escolhas, vinculadas também à minha experiência educativa e a uma percepção dos impactos das atuais transformações na experiência profissional de meus colegas professores.

Sendo assim, o que poderemos visualizar nesta dissertação não é um diagnóstico da situação da Rede Municipal de Belo Horizonte quanto à prática da Lei 10.639/03. O que realizamos foi um levantamento de fontes e informações sobre eventos e ações em curso nesta rede e em escolas pertencentes à mesma, além de ações que podem a esta rede influenciar, quanto aos seguintes aspectos: nas escolas: os eventos (eventos em torno do 20 de novembro – Semana da Consciência Negra, Mês da Consciência Negra, Dia da Consciência Negra e a afirmação de Zumbi dos Palmares como herói negro); na Secretaria Municipal de Educação - SMED (os eventos – sócio-escolares - e as premiações – Prêmio Paulo Freire). A reflexão sobre o Hino à Negritude foi feita tendo em vista a sua significação neste contexto de afirmações, posituações e valorização da história e cultura afro-brasileira na atualidade e também por entender que, por ser Lei Municipal, ela repercute na experiência escolar.

Esta dissertação se organiza em quatro capítulos. Antecede à apresentação dos capítulos o meu Memorial. Como já disse, a elaboração do memorial foi passo importante para definição de temática a ser investigada no

mestrado e do seu percurso de investigação. Por sua relevância para compreensão desta dissertação, ele antecede aos capítulos da mesma.

O primeiro capítulo intitulado “Sobre o Calendário Escolar e a História e Memória Afro-Brasileira” aponta reflexões sobre o calendário escolar, a influência do movimento negro nas redefinições do Calendário Escolar desde os anos 70, datas e personagens na Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares correlatas.

O segundo capítulo intitulado “Significados do ‘20 De Novembro’ na experiência escolar” trata a novidade do “quase” feriado em Belo Horizonte e sua origem e repercussão nacional, a promoção da agenda escolar do Dia Nacional da Consciência Negra, através da descrição e análise de eventos comemorativos organizados por centros culturais e escolas municipais de Belo Horizonte.

O terceiro capítulo, denominado “Sobre Hinos e a as operações de memória” trata de reflexões sobre símbolos e memória histórica e as implicações destes símbolos na educação escolar brasileira, além do exemplo emblemático do Hino à negritude – em diferentes tempos, memórias e musicalidades.

O quarto capítulo, intitulado “Sobre Premiações e Educação Escolar” aborda a estratégia das premiações na educação escolar para implementação da Lei 10.639/2003, reflexões sobre o Prêmio Paulo Freire e o Selo de Educação para a Igualdade Racial (este último com ênfase nas escolas municipais de Belo Horizonte).

Entre inúmeras referências relevantes para este estudo, destaco as contribuições de Pollak (1989) para a discussão sobre o poder, a memória coletiva e suas relações com as identidades sociais; a reflexão sobre imaginário e os símbolos apresentada por Carvalho (1990), o estudo de Gallego (2005) sobre as festas comemorativas nas escolas no início da República, o estudo de Cardoso (2002) sobre o movimento negro em Belo Horizonte, o estudo de riscos e contradições da Lei 10.639/03 apontado por Pereira (2008) e Santos (2010), o estudo de Santomé (2000) sobre as culturas negadas e silenciadas no currículo e discussão apresentada por Santana (2001) acerca dos projetos pedagógicos que discutem as relações raciais na escola.

CAPÍTULO 1

SOBRE TEMPOS E PERSONAGENS: A HISTÓRIA E MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA

1.1. Reflexões sobre o calendário escolar

Compreendemos que o calendário escolar é uma criação cultural. Como tal, prevalece no tempo, cria rotinas, introduz hábitos, como exemplifica Teixeira (1999, p. 96) ao mencionar que *“aparecem em lugares de destaque nos cadernos, nas pastas, agendas e bolsas de professores e alunos. Estão gravados no pensamento”*.

Como construção cultural, os calendários podem sofrer alterações e adaptações conforme a rotina e realidade do cotidiano escolar. Teixeira (1999, p. 97) classifica essa flexibilidade como geradora de dois calendários: um oficial, outro real, sendo este último alterado em função de movimentos reivindicatórios de uma forma mais ampla ou pontualmente em função de eventos restritos, como por exemplo, a copa do mundo de futebol.

O calendário também contribui para a formação de identidades coletivas, tal como reflete Teixeira (1999, p.98): *“Neles, um povo, uma comunidade, um grupo narra a sua história, relembra, comemora, celebra. Constrói identidades”*. Neste aspecto torna-se um efetivo instrumento de poder material e simbólico e assim sendo, *“fazem lembrar e esquecer”*, segundo a mesma autora.

Teixeira (1999, p.99) analisa que as datas dos calendários *“são como pontas de iceberg”* – usando expressão de Bosi (1992, p. 19), pois não estão soltas,

“erráticas, chocando-se umas nas outras”, mas em uma base firme e bom conteúdo. Tornaram-se referência para um conteúdo enorme que se descortina a partir delas. E assim sendo, *“incorporam e expressam relações de poder, interesses e projetos em jogo na vida social e na escola* (idem, p. 100)”.

Teixeira e Leal (2009, p.1) referem-se aos calendários como “quadrados” que “montam e desmontam” a vida de professores e professoras dentro e fora da escola. Em um aporte sócio-antropológico, introduz a noção de tempo como construção sócio-histórica que culmina nessa situação posta, de tal forma que:

A idéia de tempo designa uma noção complexa, inventada e construída histórica e socialmente por longas cadeias de gerações humanas e culturas, uma idéia que é aprendida pelos sujeitos em seus processos de socialização (idem, p. 3).

O tempo, neste sentido é entendido como categoria de abstração e exercício do poder simbólico nas estruturas e dinâmicas de regulação da vida social. A sociedade industrial, urbana e mercantil ao criarem instrumentos de regulação do tempo como relógios, calendários, horários e cronômetros instauram uma noção homogênea para o “tempo moderno”. Assim, os calendários e horários escolares passam a cumprir o papel de “reguladores, normatizadores, articuladores e sincronizadores das atividades e práticas sociais do universo da escola” e conseqüentemente dos ritmos e concepções político-pedagógicas (idem, p. 3).

Calendários e horários escolares são marcadores temporais que estabelecem cadências e encadeamentos. (...) Esses instrumentos regulam os tempos das atividades, além de definirem as datas corriqueiras e especiais. Eles guardam e falam sobre o que se deve lembrar, tanto quanto silenciam, indicando o que se deve esquecer (idem, p. 4).

Teixeira e Leal (2009, p. 4) comparam os calendários e horários escolares a “vigas” dos processos educativos pelos quais “as propostas pedagógicas ganham concretude” por regularem os períodos e durações a elas destinadas. Considerando a complexidade das pautas temporais da sociedade atual, sobretudo com o advento do virtual, a internet, segundo elas, “calendários e horários escolares fazem parte da gramática temporal das culturas e do poder simbólico”.

Este “poder simbólico” permite que na escola os calendários, ao dividirem períodos, estabelecerem durações e programações, “também escondem ou explicitam concepções, sentidos, significados e sentimentos que seus sujeitos lhes atribuem (idem, p.5)”.

As autoras em questão argumentam que a escola acompanhou as tendências histórico-sociais da sociedade e também se complexificou, ampliando sua estrutura física e “o contingente de sujeitos que adentraram em seu espaço”. A regulação deste espaço se faz por meio da legislação que torna imutável o calendário e se expressam pelo texto da Lei Federal 9.394/2006, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, simplificada na sigla “LDB” ao estabelecer a carga horária mínima anual em oitocentas horas e duzentos dias de “efetivo trabalho escolar” (idem, p.7).

Há, também, diferenciações entre calendário escolar e calendário social (que pode ser cívico, religioso, social, político, etc). Mas há interpenetrações, no calendário escolar, dos calendários culturalmente instituídos, sendo que todo calendário é, por assim dizer, elemento de disputa pela memória a ser lembrada, instituída e perpetuada a cada ano-passagem-rito. Ao instituir uma data no calendário, que se fixa e deve ser lembrada, instituem-se, também, práticas de lembrança a cada nova edição desta data fixada – num rito de comemoração, celebração, os feitos, marcos e lições tornam-se presentificados.

A legislação federal se desdobra em outras regulamentações estaduais e municipais que através de normas e portarias visam a adequar o calendário escolar às questões locais. No caso de Belo Horizonte, a portaria 022/2006 da SMED em seu Artigo 3º delinea os marcadores temporais da cidade ao determinar o início, feriados, recessos, férias e fim do ano escolar e letivo (Teixeira e Leal, 2008, p.9).

A Assembléia escolar que congrega a chamada “comunidade escolar” é responsável por referendar o calendário elaborado pela direção e corpo docente da escola (idem, p. 10).

No entanto, esta construção envolve disputas pessoais e a precarização do trabalho docente em função da quantificação do tempo escolar em detrimento de sua qualificação. Os pareceres e portarias que regulamentam os horários e

calendários escolares privilegiam cada vez mais a perpetuação de uma rotina e disciplina do tempo que acabam contribuindo para o absenteísmo e sobrecarga do trabalho docente (Teixeira e Leal, 2008, p. 15-19).

Enfim, Teixeira e Leal (2008, p. 21) propõem a combinação do *khronos* (tempo que se conta, mensura e se demarca cronologicamente pelos calendários) com o *Kairós* (tempo existencial e da experiência) a fim de se promover uma educação emancipatória.

O calendário escolar é uma criação na qual, de alguma maneira, estiveram historicamente presentes, pelo menos no Brasil, desde o início do século XIX, as comemorações cívicas do calendário oficial nacional ou local. Mas nem sempre foi assim. Segundo Gallego (2005) foi no Brasil e, de modo particular em São Paulo², a partir da criação dos grupos escolares, em 1893, é que se formulou uma nova distribuição do tempo escolar, tal como descreve:

Até o fim do século XIX e início do século XX, não havia um tempo e um calendário escolar autônomos, o que impedia a organização de um sistema de ensino e o controle do trabalho desenvolvido nas escolas. Foi no referido período que se definiram a duração do ensino primário e os períodos para matrícula. Datas para o início e fim das aulas, férias, festas e comemorações foram fixadas, os exames foram ressignificados, as escolas passaram a funcionar em mais de um horário, entre outras decisões e mudanças na organização do tempo da escola. (GALLEGO, 2005, p. 2)

O cumprimento do calendário escolar com as comemorações cívicas³ e pedagógicas tornou-se uma rotina presente na “cultura escolar”⁴. O modelo de

² O destaque ao calendário instituído em São Paulo se deve ao seu pioneirismo e referência ao ter cumprido na íntegra os dias de festas nacionais determinados pelo Governo Provisório em 1889 (SOUZA, 1999, p. 133 *apud* GALLEGGO, 2005, p).

³ Como exemplo o dia 3 e 13 de maio (respectivamente, a descoberta do Brasil por consideração da data da celebração da primeira missa e “fraternidade dos brasileiros”, como era chamado o dia da abolição da escravatura naquela época). A determinação para que as datas constassem no calendário escolar paulista que serviu de modelo para o país, consta no Decreto n. 144B, de 30/12/1892.

⁴ Na concepção de Dominique Juliá (2002, p. 10 *apud* Gallego 2005), cultura escolar significa “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”.

escola que temos hoje se baseia nessa forma de constituição do calendário escolar, cuja construção não somente foi uma construção interna, mas cuja “arquitetura” recebeu contribuições de governantes, legisladores, inspetores e diversos atores da sociedade que influenciam o cotidiano escolar. Segundo Gallego, (2005, p.13) “... o calendário escolar, ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, indica o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, produz esquecimentos..”.

Outra observação importante é que a constituição dos calendários escolares favoreceu ao Estado no que diz respeito ao controle e uniformização das atividades escolares no momento em que o sistema de ensino era organizado no início do período republicano brasileiro. Além de estabelecer o período de matrícula, início e término das aulas, exames e férias, o calendário determina os dias que as escolas não devem funcionar – os feriados – bem como as datas que as escolas devem comemorar as festas escolares.

Ao analisar os dados dos calendários, podem ser especificados vários períodos e temporalidades, os quais delimitam conjuntos de tempos/atividades, como os dias de trabalho e dias de descanso (início e término das aulas, feriados, recessos, férias), as subunidades de temporalização, como semestres, trimestres, bimestres, quinzenas, semanas e dias letivos, os períodos festivos e comemorativos, as datas pedagógicas específicas (datas dos exames, por exemplo), os períodos não letivos (matrícula, por exemplo), as datas de reuniões de professores etc. Assim como o ano civil e o ano religioso têm seus começos (primeiro de janeiro) e seus fins (31 de dezembro), instituíram-se o primeiro e o último dia do ano letivo escolar. Conjugados ao calendário civil e religioso do país, esses signos temporais normatizam o cotidiano da escola e de seus sujeitos, assim como todo transcurso de uma trajetória escolar (TEIXEIRA, 1999, p. 96)

Gallego (2005) aponta também para as críticas feitas pelas primeiras publicações pedagógicas da época, como a *Revista de Ensino* que alertavam para o exagero de festas comemorativas nas escolas que no texto alegava que “... temos assistido a verdadeiras exibições teatrais, incompatíveis com a natureza essencialmente prática e educativa dos estabelecimentos de ensino, o que não

deixa de revelar perda de tempo, que podia ser empregado em coisas mais úteis. (*Revista de Ensino*, n. 4, ano 7, dez/1908, p. 35-36)".

A mesma autora chamou a atenção que havia também o descontentamento dos professores que reclamavam da perda do dia de descanso já que grande parte das festas comemorativas ocorria em feriados oficiais.

Estes eventos públicos serviam também como momento solene para que autoridades públicas pudessem proferir seus discursos e promover condecorações a professores e alunos que se destacavam, generalizando assim modos de celebrar a pátria e inculcar o patriotismo não só nos alunos, mas em suas famílias e na sociedade em geral.

O Estado, ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, fez da escola primária um instrumento de memória nacional. No período estudado buscou-se forjar a memória coletiva, instaurar sentimentos ainda inexistentes, educar a memória, construir a identidade, transmitir valores. Uma espécie de adestramento cultural, na tradição, nos rituais. (...) Festas, celebrações e rituais estruturam a percepção e o comportamento, formam, moldam, atribuem um significado aos eventos, controlam a memória coletiva. (...) Heróis foram criados, mitos precisavam ser cultivados, era necessário desencadear emoções, encontrar símbolos dos fatos que se desejava recordar e provocar sentimentos para que as crianças aderissem a eles com paixão (GALLEGO, 2005, p. 12-13).

Segundo Souza (1998, p. 134 apud Gallego 2005, p.13), "as comemorações cívicas demonstram a inserção do tempo escolar no tempo social. Desse modo, as festas escolares, ao contrário das festas do calendário social, não contrapõem o tempo livre ao tempo do trabalho, uma vez que constituem tempo de atividade educativa, um tempo a aprender".

Observa-se nas últimas três décadas uma considerável mudança de prioridade do calendário escolar. Assiste-se à subvalorização da rememoração do passado escravista e da abolição da escravatura proporcionada pela Lei Áurea (encarnados no dia 13 de maio) diante da luta pela superação do racismo e afirmação da história, cultura e luta dos negros no Brasil (simbolizados pelo dia 20 de novembro). Mesmo

o dia 13 de maio recebe nova significação, neste cenário, passando a simbolizar, sob a égide da luta afirmativa negra, o Dia Nacional de Luta contra o Racismo.

Nos últimos anos, devido à pressão do movimento negro e de mudanças na legislação educacional, priorizou-se nas escolas a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra em memória do martírio de Zumbi no Quilombo dos Palmares, celebrada em todo dia 20 de novembro, na semana ou no mês de novembro⁵.

É possível localizar uma disputa simbólica entre o 13 de maio e o 20 de novembro na vida social, com repercussões nos calendários escolares. Embora com raízes mais longas, esta disputa pode ser localizada mais fortemente por volta dos anos 80.

Enquanto o governo do então presidente José Sarney se preocupava com a comemoração do centenário da abolição da escravatura em 1988, mesmo ano da “Constituição Cidadã” – embora curiosamente o monumento a Zumbi dos Palmares na Serra da Barriga tenha feito parte da programação do centenário da Lei Áurea – o Grupo Palmares do Rio Grande do Sul, liderado pelo poeta e professor, Oliveira Ferreira Silveira⁶, realizou uma intensa campanha pela transformação do dia 20 de novembro, data do martírio de Zumbi, líder negro do Quilombo dos Palmares, em Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado informalmente pelo grupo desde 1971.

A comemoração anual da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, o “Dia da Abolição, 13 de maio” no calendário escolar foi uma tradição criada a partir da assinatura do Decreto 144 de 30 de dezembro de 1892 para lembrar a integração do negro na sociedade brasileira.

Estamos supondo que a afirmação do dia 20 de novembro como data a ser rememorada, sobretudo pelas escolas, foi uma das estratégias mais fortes do movimento negro desde os anos 80. Embora iniciada na vida social, a afirmação da luta personificada por Zumbi ganhou evidente destaque – e força expressiva e

⁵ Embora prevaleça oficialmente a citação de “Dia Nacional da Consciência Negra”, é comum as programações alusivas à data figurarem como a “Semana” ou até o “Mês da Consciência Negra”.

⁶ Oliveira Ferreira Silveira nasceu em Caxias do Sul em 1941 e faleceu em janeiro de 2009. Foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo. No período de 2004 a 2006 foi membro efetivo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

simbólica – quando oficializada em calendário cívico-escolar, permitindo a sua experiência como parte da rotina de milhões de crianças e jovens, também por suas famílias e por toda a comunidade escolar.

Ancorada a outras ações, a afirmação do calendário cívico implicado na agenda de luta contra a superação do racismo vem proporcionando visibilidade à questão de forma sistemática. Trata-se de problematizar de que maneira vem se dando essa operação simbólica e por quais estratégias e meios ela se processa nas realidades escolares.

Para a professora Lana Mara de Castro Siman,

Lembrar e narrar é um ato de palavra que ao restaurar laços sociais pode funcionar como fator de coesão social e grupal, em prol da reconstituição de valores e práticas fundamentais a uma vida solidária, de respeito e reconhecimento das diferenças. Lembrar e narrar é um ato político que pode colocar, em cena pública, narrativas em disputa na sociedade. (SIMAN, 2010, p. 15)

Neste aspecto, arriscamos dizer que a estratégia da narrativa paralela à história oficial deu força de coesão ao movimento negro até transformá-la em lei e projetos desenvolvidos nas escolas regulares.

É significativo, portanto, que entendamos que as datas são estruturadas sob crivos políticos.

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (POLLAK, 1992, p.4).

Santos (2010, p. 247) faz uma reflexão sobre a comemoração do dia 13 de maio e 20 de novembro. O subtítulo da página provocava com uma indagação: *Datas, heróis, acontecimentos: novos conteúdos, velhas abordagens?* Ou seja, os heróis, as datas e comemorações de acontecimentos propostos nestas datas teriam como

similaridade o uso da mesma simbologia: exaltação de protagonistas importantes da história, hinos, ritos e o mesmo processo de manipulação da memória. Neste sentido, apresenta trechos importantes para reflexão sobre o papel das duas datas em disputa pela memória afro-brasileira. No caso do dia 13 de maio, a leitura de Schwarcz (2009) mostra que

O 13 de maio, por exemplo, é uma das datas tradicionais dos calendários escolares e também comemorada em algumas comunidades negras, em abordagens que têm contribuído, ao longo da história, para perpetuar uma ideia de abolição como dádiva da princesa Isabel, sem qualquer protagonismo negro (SCHWARCZ, 2009 *apud* Santos 2010, p. 247).

Em seguida, apresenta seu contraponto em 20 de novembro:

Não por acaso, os movimentos negros rejeitaram essa data e propuseram sua re-significação, transformando-a em “Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. Da mesma forma, as disputas em torno da instituição do dia 20 de novembro como “Dia nacional da Consciência Negra” também merecem ser compreendidas numa perspectiva histórica, como fruto das lutas sociais que emergiram nas últimas décadas do século XX e que se desdobram em polêmicas e embates no cenário social, como por exemplo, a luta pela sua transformação em feriado nacional.(SANTOS, 2010, p. 247)

Santos (2010, p. 247) a partir da leitura de Mattos e Abreu (2006, p 56), propõe a problematização das datas comemorativas ligadas à afirmação da consciência negra (20 de novembro) e a luta contra o racismo (13 de maio e 21 de março) como alternativa para que não figurem apenas como instrumentos de manipulação da memória ou eventos cívicos ou sociais:

Historicizar tais datas comemorativas, confrontando com documentos de época, apresenta-se como excelente forma de ensinar, de uma perspectiva crítica e dinâmica, a história das relações étnico-raciais no Brasil, suas relações com a memória da experiência da escravidão e da abolição, e suas mudanças na nossa história recente.

Esta perspectiva, que prevê a historicização, entretanto, não aparece claramente no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e estudo de história e cultura afro-brasileira e africana, que

acabaram se reduzindo a uma prescrição de como deverão ser tratados o 13 de maio, o 20 de novembro e o 21 de março.

Santos (2010, p. 235) e Pereira (2008) enfatizam que os professores têm como desafio, na prática da Lei 10.639 e das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, equacionarem a possibilidade de emergência de identidades negras como estratégia de combate ao racismo, com o reconhecimento das múltiplas possibilidades de identificação étnico-racial – frutos da miscigenação e que contestam o modelo bipolarizado negro/branco.

Este modelo bipolarizado traz problemas para a legitimação social do termo “negritude”, pelo qual Pereira (2008, p. 33) apresenta a seguinte reflexão:

[...] embora seja uma forma legítima de politização do racismo à brasileira e um recurso eficaz para o encaminhamento de agendas públicas, a negritude, tal como assumida pelo texto em análise das “Diretrizes”, pode favorecer a tradução da arena racial como um cenário de bipolarização simples, com desdobramentos significativos para a ação docente e para o ensino de história em particular. [...]

A seguir, percorreremos parte da história desta disputa pela afirmação de memórias através de datas comemorativas, com repercussões diretas nos calendários escolares.

Boa parte destas disputas foi incrementada pela atuação de movimentos sociais, sobretudo movimentos sociais e sindicais, pautados pela agenda afirmativa. Há forças em disputa, em especial tensionadas pela necessidade social de inclusão do negro à sociedade brasileira. Há, nesse universo tenso, símbolos afirmados, outros relegados ao esquecimento. Há supervalorização de memórias e silenciamento de outras. Há manipulação simbólica, da qual participa a escola (e o ensino de história mais especificamente) ⁷.

⁷ Segundo Pollak (1989, p. 4), “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.”

1.2. A influência do movimento negro nas redefinições do Calendário Escolar desde os anos 70

Domingues (2011, p. 2) problematiza o conceito de movimento negro. Para ele, “Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”. Porém, analisa outra conceituação abrangente de Joel Rufino dos Santos. Para este, compreende-se como movimento negro,

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros (...) entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como 'clubes de negros'), artísticas (como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia), culturais (como os diversos 'centros de pesquisa') e políticas (como o Movimento Negro Unificado); e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' - toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.

Domingues (2011) analisa que esta definição mais abrangente só faz sentido do ponto de vista militante, pois ela é no mínimo problemática em uma abordagem historiográfica. Em seguida percorre a história deste movimento, destacando o papel da Frente Negra Brasileira nos tempos da ditadura de Getúlio Vargas⁸ e o papel da imprensa negra desde este período com várias publicações

⁸ A entidade chegou a ser recebida em audiência pelo Presidente da República da época, Getúlio Vargas, tendo algumas de suas reivindicações atendidas, como o fim da proibição de ingresso de negros na guarda civil em São Paulo. Com a instauração da ditadura do 'Estado Novo', em 1937, a Frente Negra Brasileira, assim como todas as demais organizações políticas, foi extinta (Domingues, 2011, p. 12).

que se preocupavam com a afirmação e inclusão do negro na sociedade. Durante a ditadura varguista, afirma o autor, o movimento negro, no bojo dos demais movimentos sociais, foi então esvaziado. Nessa fase, a luta pela afirmação racial passava pelo culto à Mãe-Preta e uma das principais palavras de ordem era a defesa da Segunda Abolição.⁹

A visão marxista dos intelectuais brasileiros, a partir da obra de Caio Prado Jr., produziu uma crítica da escola como sendo uma “miniatura” da sociedade – sendo o calendário escolar um instrumento desta transposição. No que diz respeito às relações étnico-raciais, a posição marxista ora contribuiu para desmistificar a chamada “teoria da democracia racial” como, ao mesmo tempo, reforçou a condição do negro como ex-escravo, inclusive, referindo-se ao mesmo como mera força de trabalho nos tempos imperiais¹⁰.

O Movimento Negro Unificado (MNU), herdeiro desta influência marxista, considerava a Lei Áurea como lei incompleta e injusta¹¹ uma vez que não estabeleceu as bases para uma política pública que evitasse a histórica condição de miséria e exclusão da população negra brasileira. O movimento propõe e consegue transformar ideologicamente a data da abolição em “dia de denúncia contra o racismo” em 13 de maio de 1978¹².

Pollak (1989, p. 10) chama a atenção para o fato de que “toda organização política veicula seu próprio passado e a imagem que forjou para si mesma”. Desta forma, torna-se necessário compreender a ação do MNU neste contexto de positivação da memória dos negros a partir de sua história na condição de indivíduos atores e não passivos como visível em outras abordagens.

⁹ Domingues, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo nº 23. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>, acesso em 09 de julho de 2011.

¹⁰ Moura (1987, p.8) critica, por exemplo, a posição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso que afirmara que “os escravos eram testemunhos mudos de uma história para o qual não existem senão como um espécie de instrumento passivo”. Contrariamente, o negro como escravo tornou-se por sua resistência cotidiana um componente dinâmico no desgaste do próprio sistema.

¹¹ MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. 13 de Maio: Dia da Traição. Belo Horizonte: Manifesto à População, 13 Maio, 1989 (mimeo.) apud CARDOSO, Marcos Antônio. O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978/1998. Mazza, 2002, p. 159.

¹² Não houve, no entanto, nenhuma lei que evocasse esse novo sentido, mas foi incorporado na prática cotidiana e escolar por influência do movimento negro. Entretanto, não houve uma adesão geral, mas difusa entre as escolas que contaram com simpatizantes da proposta.

Estas abordagens vão desde àquelas relacionadas à teoria da democracia racial (Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala – a mais citada) ou a própria abordagem marxista, que, apesar de influenciar as idéias do MNU e presentes na historiografia brasileira e formação docente, criticar o enaltecimento dos grandes heróis promovido pela ditadura militar, desconstruir certos rituais como o hábito de cantar o hino nacional antes das aulas, nas abordagens por ela inspirada nos livros didáticos, privilegiou uma abordagem marcadamente econômica. Esta abordagem não situou o negro como protagonista, mas sim, passivo do sistema capitalista à medida que enfatizava somente o aspecto da escravidão, cujo efeito não serviu como símbolo de luta, mas como instrumento de vitimação do negro e até mesmo disseminação do racismo entre os alunos, conforme analisou Santos (2010).


Este movimento de deslocamento simbólico – presente nesta operação e em outras aqui investigadas (como a do Hino, por exemplo) visa à convocação de novos atores ao cenário político contemporâneo, sobretudo por meio da educação escolar. Podemos afirmar essa relação educação e processo histórico de valorização de populações negras, especialmente se compreendermos que as convocações ao passado histórico realizam-se em função de problemas, tensões e questões postas no presente. Há, assim, um retorno ao mo(vi)mento da abolição da escravatura, com ressignificação do papel negro no processo de conquista de liberdade (por suposto, também uma convocação aos negros na contemporaneidade para que mantenham protagonismo na história) e uma alteração do significado do 13 de maio, que, a partir de então, recebe nova roupagem - nova significação.

Que nova significação adquire o Ensino de História a partir de então: o que os professores ensinarão? Há professores que - cientes das disputas simbólicas em torno das datas e personagens que o fato recebe - proporcionam aos seus alunos um debate a respeito de como a história se realiza, por meio de disputas, lutas e manipulações, sendo que a compreensão das disputas presentes neste caso é parte constitutiva do aprendizado histórico. Há outros que optam por silenciar as mesmas disputas, ensinando a face resultante dela - o 13 de maio é a data de luta pelo fim do racismo e o 20 de novembro é a data de comemoração do povo negro e sua força, da liberdade e da resistência negra à opressão.

A partir de 1995, chega às escolas, por meio de educadores e ativistas negros, motivados pela comemoração do tricentenário de Zumbi, uma intensa

campanha pela assimilação do novo herói, divulgado como sendo o mais identificado com a resistência popular do negro na história, Zumbi dos Palmares. Vide reprodução do panfleto a seguir, utilizado em encontros de um partido político, cujo público é, em sua maioria, constituído por educadores e ativistas.

20 de Novembro



Dia Nacional da Consciência Negra

Zumbi *Vive!* Viva o povo Negro!

Em 20 de novembro de 1695 era morto Zumbi, o Grande Chefe da "primeira república verdadeiramente livre das Américas", o Quilombo dos Palmares, formado entre 1604 e 1694, na serra da Barriga, se estendendo de Alagoas a Pernambuco. Zumbi era sobrinho de Ganga Zumba ("grande senhor"), o rei do quilombo, com o qual rompeu após a assinatura do acordo de paz em 1678, sendo aclamado o grande líder pelos palmarinos que optaram pela liberdade. Palmares reunia 12 mocambos -acampamentos de **negros, índios e brancos** que se refugiavam da perseguição portuguesa - e chegou a reunir 20 mil pessoas. Depois de suportar cerca de 25 ataques, só caiu com a segunda investida do coronel Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista em 6 de fevereiro de 1694. Hoje zumbi é um herói nacional e a data de sua morte é lembrada como Dia Nacional da Consciência Negra.

Depois de muita luta e rebeliões contra a opressão e a exploração do povo negro, em 13 de maio de 1888 foi assinada a 'abolição' da escravidão. Porém, sem políticas públicas de inclusão, nascia com a abolição uma legião de excluídos que só veio a aumentar com o passar dos anos, sendo hoje a maior da história. O Brasil é uma das dez maiores potências econômicas do mundo, com uma economia moderna, diversificada, e no entanto, a população afro-descendente ainda não teve acesso aos benefícios desse desenvolvimento.

A condição do negro no Brasil continua crítica. Segundo dados recentes do Observatório Afro-Brasileiro a partir do "Atlas de desenvolvimento Humano", o IDH (índice de Desenvolvimento Humano) da população negra brasileira ocupa a **107ª** posição no ranking das Nações Unidas, enquanto o da população branca está no **46º** lugar; enquanto o rendimento familiar médio dos brancos brasileiros é de **2,64** salários mínimos, o dos negros não passa de **1,15** salários mínimos; enquanto a expectativa de vida dos brancos é de 72 anos, a dos negros é de 66 anos.

Segundo dados do IPEA, de 1999, a população negra representa mais de 64% dos 53 milhões de pobres do país, sendo que 69% destes são indigentes. O analfabetismo atinge 25% da população negra contra **10%** na população não-negra; no ensino superior os negros ocupam apenas 2% das vagas, contra 98% dos não-negros; 52% dos domicílios ocupados por negros não possuem saneamento básico, contra 28% dos domicílios ocupados por brancos; 63% das crianças que indevidamente trabalham no país são negras, contra 37% não-negras. O trabalho forçado, o subemprego e o desemprego afetam em maior índice os brasileiros afro-descendentes. Não bastasse, para os negros que conseguem inserção no mercado de trabalho, sobram os cargos e funções menos qualificados, e ainda recebem rendimento médio 46% inferior aos não-negros!

SECRETARIA DE COMBATE AO RACISMO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES – DIRETÓRIO REGIONAL DE BH. 20 de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra. Panfleto de Divulgação. Belo Horizonte, maio de 2001.

O Movimento Negro Unificado, engajado na campanha pelo reconhecimento de Zumbi como herói nacional e pela efetivação do Dia Nacional da Consciência negra no país, criou, sobretudo a partir dos anos 90, meios de implantar uma “educação

social”, através de oficinas, palestras, cursos, ações de pastorais do meio católico e eventos promovidos por sindicatos e partidos políticos que visavam sensibilizar professores a aderirem à campanha.

A atuação do Movimento Negro possibilitou inclusive, sua cooptação ou reconhecimento pelo Estado, considerando seu acúmulo cultural para executar as atividades de capacitação e promoção de eventos previstos na legislação atual. Esta participação está normatizada através do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pelo presidente Lula através da Lei nº 12.888, de 20 de julho de 2010:

Art. 14. O poder público estimulará e apoiará ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros mecanismos¹³.

A promulgação da Lei 10.639/03 e das diretrizes correlatas tem, também e, sobretudo, no Movimento Negro, sua ancoragem político-ideológica principal, como trataremos mais adiante.

¹³ BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Presidência da República – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR (p.11, Art.14).

1.3. Influências dos Movimentos sociais Em Belo Horizonte nas definições do calendário escolar

A atuação do SIND-UTE¹⁴, por exemplo, em Belo Horizonte e dos centros culturais, repletos de ativistas do movimento negro foi decisiva na sensibilização e mesmo, capacitação do corpo docente para tratar o tema, principalmente entre os anos 80 e 90.

Outros grupos surgiram com o objetivo de fomentar o debate sobre a questão racial. Na Regional Norte de Belo Horizonte, por exemplo, surgiram nos anos 90 o GRUCON (Grupo da Consciência Negra)¹⁵ e o Grupo Obá II¹⁶ que iam até as escolas para solicitar espaço para encontros ou mesmo para conversar com os alunos e professores sobre o tema da superação do racismo, da inclusão de negros na sociedade, da agenda de positivação da história e memória africana e afro-brasileira. Estes grupos tinham em comum o caráter de informalidade e ausência de registros sobre a atuação dos mesmos. Como já foram extintos, o que se sabe sobre a existência é a lembrança de participantes e beneficiários de sua atuação (professores, diretores, ex-alunos e lideranças comunitárias).

O Movimento Negro Unificado de Belo Horizonte, desde os anos 70, contudo, já propunha a transformação da comemoração do dia 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura em “Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo”¹⁷. Era o ano de 1978, cento e noventa anos da Abolição e período ainda marcado pela ditadura militar que oprimia a liberdade de atuação dos movimentos populares.

¹⁴ SIND-UTE é sigla do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais.

¹⁵ O Grucon tinha como eixo de discussão a questão da afirmação da negritude e valorização da cultura afro-brasileira. Suas principais lideranças eram Renato dos Santos, Paulo Sérgio e Denilson Ferreira.

¹⁶ Este grupo resgatou a figura de Obá II, “príncipe” africano que acabou vindo ao Brasil como escravo e depois se tornou amigo de D. Pedro II e foi o primeiro negro a pregar valores afirmativos como negritude e beleza negra, além de participar ativamente do movimento abolicionista. As principais lideranças deste grupo eram a Dulcimar do Carmo, conhecida como “Pekena”, Ruth Dias Pacheco e, inclusive, o autor deste texto.

¹⁷ Esta proposição foi feita durante a criação do MNU – Movimento Negro Unificado, em São Paulo, no ano de 1978, conforme aponta Cardoso (2002, p. 158) em Manifesto do MNU com o título “O Dia da Traição”.

Uma ação do movimento negro contemporâneo, articulada diretamente à questão da importância da educação para a população negra, constitutiva do MN ao longo do século passado, é a proposição de reavaliação do papel do negro na história do Brasil, contida na “Carta de princípios” do MNU. Essa foi a uma das razões do surgimento de uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo brasileiro, o Grupo Palmares. Este Grupo foi fundado por Oliveira Silveira, junto com outros militantes, em 1971, em Porto Alegre, e teve como primeiro e principal objetivo propor que o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares (em 1695), passasse a ser a data de comemoração principal da população negra, em substituição ao 13 de maio (dia da abolição da escravatura); esta proposição permite discutir o que parece estar ainda em curso que é o movimento de posituação da história afro-brasileira pela proposição e manipulação de símbolos da experiência sócio-política brasileira, como é o caso da alteração do significado de datas comemorativas e da valorização de outros personagens históricos.

O que se pode verificar nessa estratégia é um deslocamento do foco de protagonismo no processo da abolição e na história - a recusa ao papel exclusivo e salvacionista da princesa Isabel e a relevância para o papel de personagens negros - sendo Zumbi a referência). Este movimento de deslocamento simbólico visa à convocação de novos atores ao cenário político contemporâneo, sobretudo por meio da educação escolar.

Como afirma Pereira, 2008, podemos compreender essa relação entre educação e processo histórico de valorização de populações negras, especialmente se avaliarmos que as convocações ao passado histórico realizam-se em função de problemas, tensões e questões postas no presente. Há, assim, um retorno ao mo(vi)mento da abolição da escravatura, com ressignificação do papel negro no processo de conquista de liberdade (por suposto, também uma convocação aos negros na contemporaneidade para que mantenham protagonismo na história) e uma alteração do significado do 13 de maio, que, a partir de então, recebe nova roupagem - nova significação. Que nova significação adquire o Ensino de História a partir de então: o que os professores ensinarão? Há professores que - cientes das disputas simbólicas em torno das datas e personagens que o fato recebe - proporcionam aos seus alunos um debate a respeito de como a história se realiza, por meio de disputas, lutas e manipulações, sendo que a compreensão das disputas

presentes neste caso é parte constitutiva do aprendizado histórico. Há outros que optam por silenciar as mesmas disputas, ensinando a face resultante dela - o 13 de maio é a data de luta pelo fim do racismo e o 20 de novembro é a data de comemoração do povo negro e sua força, da liberdade e da resistência negra à opressão. Há indiferenças?

Cardoso (2002, p. 158), ao tratar das comemorações do dia “13 de maio” em Belo Horizonte, cita em especial a chamada “Festa do Preto Velho”, conhecida também como “Noite da Libertação”, comemorada desde 1981 – ou seja, logo depois do Manifesto do MNU – como esforço das “comunidades-terreiros” dos afro-brasileiros, no sentido de afirmar a sua identidade cultural e religiosa. Reconhece, portanto, que, apesar do esforço do movimento negro em minimizar a comemoração do dia “13 de maio”, há vários setores organizados de cunho político e religioso dos afro-brasileiros que continuam exaltando a data como dia da liberdade, em memória dos velhos escravos que, com sua resistência e poder de realização, preservaram e transmitiram aos presentes, o patrimônio religioso e cultural de origem africana (idem, p. 160). Essa permanência do 13 de maio, permanência que é social e escolar, também denota que há forças em confronto e disputa no universo das práticas e nas concepções. Há permanências e rupturas no trabalho com a memória social na experiência escolar.

As comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte aumentam a partir da Marcha Zumbi dos Palmares, 1995, que comemorou 300 anos do martírio do “restaurado” líder quilombola. O marco das comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra em Belo Horizonte, certamente é a edição da Marcha de Zumbi dos Palmares, organizada pelo Movimento Negro Unificado em 1995. O objetivo da marcha era divulgar pelo Brasil uma campanha pela instituição do dia 20 de novembro, data do martírio e morte do líder da resistência negra no Quilombo dos Palmares, Zumbi, no ano de 1695, portanto, o ano foi considerado propício para afirmação da memória por tratar-se do tricentenário deste acontecimento. As comemorações que vieram em anos posteriores foram pontuais e em boa parte, organizadas pelo próprio movimento negro em parceria com direções escolares e professores que tinham afinidade com a causa.

O dia 20 de novembro de 1995 foi importante para afirmação do Dia Nacional da Consciência Negra sob consenso do movimento negro em suas diversas manifestações no país. A Marcha Zumbi dos Palmares, que percorreu as principais cidades brasileiras e teve seu ponto culminante em Brasília, obteve adesões em todo o país. Seu efeito imediato foi a criação de órgãos públicos que construíram o que se convencionou chamar de “política pública de promoção da igualdade racial”¹⁸.

Em Belo Horizonte, houve, em 1996, a criação da Secretaria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra – SMACON, transformada pela Reforma Administrativa de 2001 em Coordenadoria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra – COMACON¹⁹ e no plano nacional, no governo Lula (2003-2010), ocorreu a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR²⁰.

A partir de 1998 aconteceu a publicação de uma programação unificada da cidade, articulada por este órgão central, a SMACON. Coube à Secretaria Municipal de Cultura e suas gerências regionais o pioneirismo da articulação e difusão dos grupos culturais de dança e música afro-brasileira, bem como a promoção dos principais debates e palestras. As escolas passaram a se integrar a estes eventos – fato observado até hoje como apresentaremos adiante. A comemoração nas escolas fica dependente do perfil da direção ou educadores comprometidos com a proposta.

Desde 1994, com a implantação do Programa Escola Plural, a rede municipal de ensino de Belo Horizonte se pautou pelos princípios da inclusão e da diversidade.

¹⁸ Apesar da superação do conceito de raça do ponto de vista biológico, a busca da igualdade racial no contexto das políticas públicas para o movimento negro significa resolver a questão social. José Maria Lopes, no artigo “*Ações Afirmativas: Uma contribuição para o debate*” (2010, p.179) diz que “o racismo é uma ideologia e como toda ideologia se materializa em práticas sociais.”

¹⁹ A COMACON foi criada pela Lei 8.146/2001 e é vinculada à Secretaria Adjunta de Direitos de Cidadania, por sua vez também vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Segundo sua então coordenadora, Maria das Graças Rodrigues – falecida no transcurso dessa pesquisa – durante a apresentação da cartilha da II Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a COMACON “... tem por competência propor e acompanhar programas e serviços que visem a Promoção da Igualdade Racial, com ênfase na população negra. No cumprimento dessas metas, articula a intersetorialidade com os diversos órgãos da PBH tendo em vista fomentar o debate para a construção de uma política pública perene, articulada e em consonância com os anseios e reivindicações da população.”

²⁰ A SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial é um órgão do poder executivo nacional, instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 21 de março de 2003. Tem como objetivo promover a igualdade e proteção de grupos raciais e étnicos afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra, conforme descrito em <http://www.portaldainigualdade.gov.br/sobre>, acessado em 10 de janeiro de 2011.

Esta diretriz facilitou o diálogo com as novas abordagens propostas pelos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro.

Santana (2001, p.38) destaca que as principais inovações do Programa Escola Plural que possibilitaram essa abertura foram: o fim do sistema de seriação; ênfase na avaliação qualitativa em detrimento do sistema de reprovação; flexibilização dos conteúdos ensinados; ampliação da possibilidade de trabalho coletivo dos professores e valorização da cultura como eixo fundamental do currículo.²¹

Um passo importante da Secretaria Municipal de Educação, nesse sentido, foi a criação em 2004 do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Em folder de divulgação do núcleo que elencava as ações realizadas nos anos de 2003 e 2004, é assim definida a mobilização para criação do mesmo:

A trajetória da inserção da temática das relações étnico-raciais nas escolas municipais começou, sobretudo com a formação docente (...). Foram realizados diversos congressos e seminários, momentos permanentes de formação por meio de cursos, palestras, debates, que têm apontado alguns caminhos. É nesse contexto que se insere a discussão das relações raciais e a educação na Rede Municipal de Educação.

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED), assumindo os compromissos propostos pela Lei 10.639 de 2003, passa, através deste Núcleo a monitorar e propor ações que estimulem a abordagem da temática racial nas escolas, bem como a promoção de eventos alusivos à comemoração da Semana da Consciência Negra²², dentro de uma formação continuada ao longo do calendário escolar. Sobre a influência da lei, relata o referido material de divulgação:

A lei trouxe a possibilidade de construção da educação em outros pilares, acenando para uma escola que propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial²³.

²¹ SANTANA, Patrícia Maria de Souza. "Rompendo as Barreiras do Silêncio: Projetos Pedagógicos Discutem Relações Raciais em Escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte." Em: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. PINTO, Regina Pahim (orgs.). "Negro e Educação: Presença do Negro no Sistema Educacional Brasileiro". ANPED/Fundação Ford, Ação Educativa, São Paulo, 2001.

²² Esse mesmo artigo apontava a "inexistência de um banco oficial de dados com registros dos projetos pedagógicos da rede", situação esta em grande parte minimizada com a criação deste Núcleo em 2004, segundo Santana (2001, p. 38).

²³ PBH, SMED. Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero. *Folder de Divulgação*. Belo Horizonte, abril de 2005.

Entre os anos de 2003 e 2004 são apontadas pela SMED as seguintes ações principais: constituição de acervo de materiais didático-pedagógicos para subsidiar o trabalho e formação docente na abordagem da temática étnico-racial; distribuição do kit de literatura afro-brasileira com 57 títulos para 182 escolas; realização da Mostra de Literatura Afro-brasileira; realização do Curso de Ações Afirmativas para 50 professores da rede; realização do I Seminário de Relações Étnico-Raciais e de Gênero com participação de 160 pessoas, apoio à realização da Semana da Consciência Negra nas escolas em 2004.²⁴

Percebemos que essa postura mais diretiva da SMED a partir de 2003 ampliou as ações pontuais que já ocorriam em algumas escolas, ampliou a adesão de mais escolas à abordagem da Lei 10.639/03 (e suas diretrizes curriculares) que tomaram conhecimento da lei e do contexto pedagógico pautado pela inclusão e diversidade e apostou na formação de multiplicadores que passaram a levar a discussão da temática para suas escolas de origem.

A marca dessa mudança de concepção é a interferência na formação docente que sempre ultrapassou a formação acadêmica pela vivência e códigos do cotidiano escolar.

Verifica-se uma pressão da sociedade organizada (em especial através do Movimento Negro), que cobra cotidianamente um olhar diferenciado para a situação da discriminação racial, bem presente na educação escolar, ainda hoje.

As ações do Núcleo e de outros segmentos formadores da Rede Municipal de Educação também são acompanhadas, ao longo destes anos, da estruturação de discussões internas às escolas, com desenhos os mais variados. Há desde a formação de grupos de estudo e acompanhamento nas escolas (muitas vezes em decorrência da ação de um professor negro ou militante na escola ou do fato de que há um professor em curso de formação), até mesmo escolas em que a abordagem da Lei 10.639/03 se realiza mais eminentemente por ocasião da Semana (ou dia) da Consciência Negra, sem maiores repercussões ou desdobramentos no currículo escolar.

²⁴ SMED. *Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero*. Folder de Divulgação. Belo Horizonte, PBH, 2005.

1.4. Datas e personagens na Lei 10.639/03 e Diretrizes Curriculares correlatas

A partir da Lei 10.639/2003, sancionada pelo presidente Lula em janeiro de 2003 que oficializa a nova data no calendário escolar, inicia-se um processo de intensificação da comemoração nas escolas que buscam se adequar à legislação, somado ao fato político da criação de vários feriados municipais e eventos oficiais referentes à data²⁵.

A lei 10.639/03 prevê, em seu artigo 79-B, que "O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

No texto das Diretrizes Curriculares Nacionais consta que

Datas significativas para cada região e localidade serão devidamente assinaladas. O 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, será tratado como o dia de denúncia das repercussões das políticas de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira no pós-abolição, e de divulgação dos significados da Lei Áurea para os negros. No 20 de novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, entendendo-se consciência negra nos termos explicitados anteriormente neste parecer. Entre outras datas de significado histórico e político deverá ser assinalado o 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. (BRASIL, 2004, p. 21).

Como se pode verificar, o texto das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais institui, no calendário social e escolar, datas comemorativas, pressupondo alteração do significado (histórico) do 13 de maio, atualizando-o em conformidade com as agendas afirmativas contemporâneas. Esse exemplo pode permitir refletir sobre o que Michael Pollak denominou "memórias concorrentes" (1989), quando sistemas simbólicos que informam operações de memória entram em disputa.

²⁵ Várias cidades aproveitaram para transformar este dia em feriado municipal, tais como: Salvador, Porto Alegre, Maceió e Rio de Janeiro.

Também se verifica, no texto das Diretrizes,

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyrá Falcão dos Santos, entre outros). (BRASIL, 2004, p. 22)

Então, há dois movimentos muito significativos presentes nas Diretrizes, para o que nos interessa discutir: a criação e ressignificação de datas no calendário escolar e a previsão de abordagem da participação de personagens negros em diferentes áreas do conhecimento e de atuação, com destaque para o caso emblemático de Zumbi dos Palmares.

Observamos certa tendência recente na produção didática brasileira, sobretudo em função da obrigatoriedade da Lei 10.639 e sua reformulação com a Lei 11.645/2008²⁶, vinculada ao PNLD²⁷, de subvalorização da história da escravidão e ainda da atuação de abolicionistas e da Princesa Isabel na abolição da escravatura no Brasil; em contrapartida, a mesma produção didática parece superdimensionar a história afro-brasileira no período pós-abolição, vinculando suas abordagens mais à valorização e positivação de histórias e memórias. A memória da escravidão, sobretudo em seus aspectos negativos, parece de alguma maneira silenciada, fato que observo de minha experiência como docente. A operação também parece vinculada à abordagem de conteúdos históricos à pauta da superação do racismo na contemporaneidade, com riscos que analistas como Santomé, 2000 e Pereira, 2008, já apontaram, conforme descrevemos adiante.

²⁶ A Lei 11.645 de 10 de março de 2008 alterou a Lei 10.639 para incluir a temática indígena como obrigatória no currículo escolar.

²⁷ Programa Nacional do Livro Didático.

O professor *Jurjo Torres Santomé*, em artigo publicado no Caderno Temático nº 3 utilizado no Ciclo de Conferências da Constituinte Escolar - Relação com o Conhecimento, publicado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em maio do ano 2.000, com o título “As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo”, ao tratar das “etnias minoritárias ou sem poder”, mostra que uma das importantes lacunas que ainda existem é a reflexão sobre o significado das diferentes culturas das raças ou etnias. Para ele, “as ideologias raciais são utilizadas como álibi para a manutenção de situações de privilégio de um grupo social sobre outro.” O conceito de raça figura assim como sendo bio-sócio-político.

Santomé (2000, p. 46) analisa que as instituições de ensino em geral, não costumam dar prioridade à discussão da opressão do racismo em seu espaço, impregnada pela aura do discurso da neutralidade, mas que, contraditoriamente, e, majoritariamente as pesquisas vêm demonstrando que as condutas cotidianas, verificadas principalmente no interior da sala-de-aula apontam para invalidar as “auto-imagens de neutralidade que o sistema oferece.” Cita como exemplo a abordagens das minorias nos livros didáticos, não só no que tange a presença do negro na sociedade brasileira, mas como também ciganos, etnias sul-americanas e centro-americanas.

Há dissimulação, segundo este autor, acerca das atitudes de racismo e discriminação, vistas na forma de estereótipos ou pelo próprio silenciamento de acontecimentos históricos. Defende assim, a possibilidade da chamada discriminação positiva, pela qual as minorias e etnias sem poder adquirem cotas para ingressar nas dimensões da sociedade em que não desfrutam de igualdade de oportunidades por meio de uma educação libertadora, pela qual define:

Uma educação libertadora exige que se leve a sério os pontos fortes, experiências, estratégias e valores dos membros dos grupos oprimidos. Implica também ajudá-los a analisar e compreender as estruturas sociais que os oprimem para elaborar estratégias e linhas de atuação com probabilidades de êxito (SANTOMÉ, 2000, p. 47).

A cultura de silenciamento da abordagem das etnias minoritárias e sem poder no currículo escolar impulsiona os movimentos sociais organizados a buscar ou lutar por respostas curriculares diante da diversidade e da marginalização, ou seja, inculcar estes valores no interior da escola.

O mesmo autor alerta para o risco que corremos ao adotar o que chama de “currículo turístico”, exemplificado pela rotina das comemorações – “o dia de...”. Para ele,

“Não podemos cair no equívoco de dedicar um dia do ano à luta contra os preconceitos racistas ou a refletir sobre as formas adotadas pela opressão de mulheres e da infância. Um currículo anti-marginalização é aquele em que todos os dias do ano letivo, em todas as tarefas acadêmicas e em todos os recursos didáticos estão presentes as culturas silenciadas sobre as quais vimos falando (idem, p. 47).”

Caracterizam essa prática algumas atitudes que denotam propostas de trabalho que se tornam unidades didáticas isoladas, mesmo com o propósito de estudar a diversidade cultural ou mesmo para atender a Lei 10.639/03 como já debatemos. O autor classificou as práticas pedagógicas, com tendências de:

- **trivialização**: estudo dos grupos diferentes dos tradicionais com certa superficialidade ou mesmo banalidade. Abordagens limitadas a aspectos do folclore, costumes alimentares, rituais festivos ou decorações de ambientes. Neste sentido, percebemos que muitas escolas promovem desfiles de beleza negra, escolhem grupos folclóricos ou mesmo expõem costumes alimentares, vestimentas e decorações sem um devido trabalho anterior que possibilite ao aluno identificar tal exposição como pertencente a uma estratégia didática para a educação das relações étnico-raciais e da cultura afro-brasileira.
- **estilo de souvenir**, como sendo a exibição do exótico ou o exemplo reduzido da cultura, exemplificado na atitude de reservar uma única imagem para representar uma atitude pró-diversidade como, por exemplo, uma exposição de bonecas negras ou de livros da literatura afro-brasileira que sequer foram trabalhados e quanto menos problematizados para integrarem-se a uma exposição. O mesmo vale para a figura de Zumbi dos Palmares, transformada em ícone-souvenir em variados contextos, sobretudo como símbolo maior de resistência.
- **o ato de desconectar** as situações de diversidade da rotina escolar ou da sala-de-aula. Trata-se do famoso "dia de...", ou seja, o momento "turístico" em que em apenas num momento desconectado do currículo normal da escola é reservado para uma comemoração ou reflexão sobre o Dia do Índio, da Mulher, do Negro. No resto do ano, Santomé ironiza, essas mesmas personagens e a sua simbologia podem ser silenciadas ou mesmo atacadas.

- **a estereotipagem**, tal como historicamente observamos no livro didático na representação do negro, mas que pode aparecer também na evocação da memória afro-brasileira em um contexto de mitificação da África ou da tão propalada contribuição do negro à cultura brasileira (como ocorre ingenuamente com a culinária, a dança, o vocabulário...).

- **a tergiversação**, como sendo uma deformação ou mesmo ocultação da história e origem das comunidades marginalizadas, como por exemplo, no tratamento de psicologização dos problemas raciais e sociais como uma justificativa da formação moral ou genética diferenciada do negro para sua “propensão” à marginalidade. Esta atitude classifica as culturas como atrasadas pela ausência de estrutura familiar-padrão ou por uma suposta propensão à vagabundagem ou à maldade inata.

A implementação da Lei 10.639/03, reforçada pelas Diretrizes correlatas, bem como as estratégias simbólicas e uso das premiações para sua promoção podem ser acompanhadas, em primeiro lugar, por práticas pedagógicas que não produzem um currículo turístico (que sirva apenas para não "deixar a data passar em branco"). Retomando Bosi (1992) com o exemplo das pontas de iceberg que representam as datas no calendário escolar - há que se pensar que essa reflexão, ou seja, apropriada ou, então, negada pela escola, pois não é possível se pensar o ensino como uma sucessão de acidentes em que ao depararmos com estas pontas de iceberg soltas, tenhamos que sempre retomar para depois esquecer. O maior desafio, neste aspecto é evitar o vício do turismo curricular, e valorizar práticas cotidianas refletidas no âmbito da escola, articuladas, e duradouras.

Esta reflexão parece-nos muito significativa, sobretudo porque alerta para o que pode significar, do ponto de vista político, a introdução de datas comemorativas no calendário escolar, sem que a reflexão sobre a mesma e seus significados estejam presentes na realização do currículo escolar de forma mais sistêmica ou integrada. De outro modo, chama-nos a atenção o fato de que a luta contra os preconceitos raciais não se configura, no calendário escolar, exatamente como uma data comemorativa, mas como uma data de cunho reflexivo e comumente, como veremos, como momento de positivação de memórias e da auto-estima de crianças e jovens negros. Não é, portanto, um feriado. Mas uma data com programação pedagógico-política e cultural. Há novos elementos nesse movimento que se expressa contemporaneamente nos calendários escolares.

Parece-nos que estas atitudes descritas por Santomé estão, em maior ou menor grau, presentes na realização e implementação de agendas para observância dos pressupostos da Lei 11.645/08 e Diretrizes correlatas à Lei 10.639/03. De que maneira essas atitudes podem ser verificadas, discutiremos mais adiante no texto. Há posituação de memórias, e há, também em função deste uso político da memória, essas atitudes descritas por Santomé, como a tergiversação, a trivialização e a estereotipagem e personificação, por exemplo, em Zumbi, de toda a memória de luta e afirmação negra.

Santomé também mostra como possibilidade a disseminação de uma “pedagogia crítica e libertadora” que transforma as instituições escolares em lugares para a luta político-cultural e conscientização dos alunos para uma atuação responsável, crítica, democrática e solidária na sociedade.

Pereira (2008) problematiza o que Araújo e Cardoso (2003) classificam como “*alforria curricular*” para representar o significado desta lei 10.639/03 para os movimentos sociais que lutaram pela sua regulamentação, traduzida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana de outubro de 2004. Segundo a autora, não se pode supor, ingenuamente, que a introdução de uma data no calendário escolar será tradução de uma presença substancial da mesma discussão em todo o currículo escolar. Há tensões e pressões na efetivação do currículo que não devem ser desconsideradas.

Pereira (2008) descreve o contexto educacional favorável à recepção da nova lei, marcado pela flexibilização curricular, valorização da inclusão social e da diversidade na educação, além de reafirmar a autonomia docente. Como fator externo, destaca o papel do movimento exercido de forma fragmentária e dispersa em vários governos municipais e estaduais do Brasil com vistas à reparação de danos, ampliação dos canais de participação de populações sub-representadas, na defesa do seu direito à história e cultura. Estes avanços também devem ser creditados ao “complexo processo de democratização do país” Porém, o conteúdo e as conseqüências da aplicação da lei provocam em sua análise, “uma tensão entre a ampliação dos direitos de cidadania no país e a crescente compreensão da necessidade de enfrentamento do racismo, em suas diversas faces e nas diferentes

esferas da vida social, sobretudo no âmbito da escola” além de atender à antiga demanda de enfrentamento de um ensino de história centrado em narrativas etnocêntricas em que a história e cultura africana e afro-brasileira apareciam de forma estereotipada (PEREIRA, 2008, p.22).

Observa, porém que, mesmo antes da lei, havia uma quantidade significativa de docentes que desenvolviam propostas para superação dos estereótipos no ensino de história. A historiografia brasileira já se empenhava nessas releituras e ressignificações que desconstruíam estereótipos há mais de duas gerações de professores de história no Brasil. Neste sentido, para ela, a referida lei “não instaurou algo efetivamente novo” (idem, p.23).

O advento da lei traz algumas contradições, diante do risco da criação de novos estereótipos ao combater os antigos. Tal como aponta Pereira (2008, p.24):

Referimo-nos, por exemplo, à mitificação de personagens, ao privilégio de datas e eventos em detrimento da compreensão de processos históricos e suas transformações, ao ensino de conteúdos históricos com vistas à mobilização de consciências, ou, ainda, ao atrelamento visceral do ensino de conteúdos históricos (este, o equívoco) à causa de políticas compensatórias.

Neste aspecto, torna-se motivo de reflexão que a figura de Zumbi dos Palmares seja apresentada em diversos momentos como sendo “rei”, “herói” ou “redentor”, categorias que contribuiriam mais para sua mitificação do que para compreensão de sua participação social efetiva.

De acordo com Pollak,

(...) a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens freqüentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Por exemplo, no caso da França, não é preciso ter vivido na época do general De Gaulle para senti-lo como um contemporâneo. (1992, p. 2)

Pereira (2008) aponta diversas inquietudes que surgem tanto na formação quanto na prática docente (raça, racismo, cultura afro-brasileira, identidade negra, ser negro no Brasil, ações afirmativas, mestiçagem, branqueamento histórico, multiculturalismo, dentre outras) que revelam fragilidades da formação superior em história, indicando a precariedade nas interfaces entre história, sociologia e antropologia. Afirma que a questão racial brasileira tem historicidade, marcada recentemente pela urgência da realização de uma sociedade brasileira mais plural, diversa, democrática, inclusiva e igualitária (idem, p. 26).

Uma vez que a Lei 10.639/2003 prevê a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra para constar no calendário escolar no dia 20 de novembro, caberia refletir sobre o sentido que tem sido dado ao evento. Tal como adverte Pereira:

Que perspectivas educativas se anunciam neste momento? Que silenciamentos estão em curso em cada realidade escolar no ensino de história, neste imediato pós-Lei nº 10.639/03? O momento nos dá a ver as dimensões éticas do ensino de história, que desafiam os docentes à composição de uma formação profissional e de uma ação que sejam auto-reflexivas e atentas à complexidade dos processos históricos; que se exerçam pela exposição e análise de controvérsias historiográficas relativas a temáticas como a escravidão e o racismo e pela ultrapassagem de abordagens calcadas em privilégios, visões excludentes da sociedade ou explicações parciais dos processos históricos. Essas questões nos indicam que nenhuma ação docente é neutra. Até mesmo na entonação da voz o professor deixará impressa uma ordem de discurso, valendo-se de metáforas, gestos e demais recursos de linguagem. (2008, p. 28)

A autora argumenta a necessidade de ponderações no discurso que opõe a condição de negros e brancos no Brasil em face do dilema da mestiçagem, como descrito em Pereira

Se em geral os negros do Brasil são de fato desfavorecidos (e quanto a isso não há o questionar e é preciso agir), por outro lado, não há como crer que sejam os brancos no Brasil contemporâneo os herdeiros diretos das concepções de mundo dos colonizadores, nem, tampouco, os únicos responsáveis pelas atrocidades cometidas no passado ou, ainda, que a sociedade brasileira seja realmente composta por essa bipolarização simples (...) não há como supor que exista nos brancos uma identidade branca – essencializada como

eurocêntrica em relação ao que seria uma identidade negra (...) somos quase todos descendentes de africanos, embora a vivência sócio-histórico tenha violentado a nossa ancestralidade africana. (2008, p. 30)

Analisa sobre este aspecto contraditório que o texto das Diretrizes Curriculares se descuida na questão das identidades ao positivar a identidade negra e colocando o que chama de identidade branca como “essencialmente reativa ao que se chama de consciência negra”, o que poderia causar um ensino de história doutrinário, essencialmente “catequético” (Pereira, 2008, p. 31), conforme conclui: “Num país em que é incômodo falar em ‘identidade branca’, sendo isso quase um tabu ou, a depender do contexto, praticamente uma expressão de racismo, é curioso que se pretendia imputar ao ensino de história a tarefa de promover uma identidade negra”.

A educação das relações étnico-raciais contida nas Diretrizes Curriculares para aplicação da Lei 10.639/2003, ao provocar a explicitação dos conflitos raciais que foram historicamente silenciados, segundo Pereira (2008, p. 32), acaba por omitir outro indicador da realidade histórico-social brasileira: o modelo da “branquidade”, aqui entendida como a supremacia branca do ponto de vista econômico-social, permeável a um possível solipsismo que consiste na transformação de uma referência em único fator explicativo. Neste aspecto, não seria desejável que esta polarização ocorresse de forma extremada na relação entre brancos e não-brancos.

Ao apostar que, pelo ensino de história, será possível garantir a criação de uma consciência negra – como plataforma de combate ao racismo ou como recurso de uma educação das relações étnico-raciais -, a regulamentação pode estar contribuindo para a criação de outro solipsismo, em que, por exemplo, é a negritude o referente, apenas se invertendo a pirâmide racista, sem de fato educar na perspectiva da alteridade. (2008, p. 32)

A autora considera que as diferentes formas de expressão da identidade não podem se contrapor na sala-de-aula para que a mesma não se torne um palco para acerto de contas do passado, considerando também a reduzida arena historiográfica

existente para a formação do professor. A abordagem da história e cultura afro-brasileira, por sua vez, é apontada como a “expressão mais fluida desse cenário” como resultado de uma idealização da matriz de origem africana.

Consideramos que a atual política denominada “promoção da igualdade racial” pode funcionar como uma ressignificação não assumida do conceito desgastado da democracia racial. As datas cívicas podem também contribuir para a reflexão sobre as concepções que são adotadas ao longo da história, mas não bastam se tomadas isoladamente. A viabilidade pedagógica destas comemorações passaria assim por uma integração de agendas e não como atualmente ocorrem muitas vezes em eventos esporádicos ou somente na ocasião de datas comemorativas, como tem sido o caso do dia “20 de novembro”.

Nenhuma proposta de intervenção pedagógica conseguirá superar as rotinas pré-estabelecidas no interior da escola, entre elas a obsessão pelo cumprimento do calendário, sem planejamento coletivo das ações. Somente um espaço assegurado para trocas de experiências entre educadores poderá balizar as premissas da lei, a necessária reflexão compartilhada entre os professores, a demanda sócio-cultural e a aprendizagem escolar.

Santos (2010, p. 244) adverte que o texto das Diretrizes (p.22) acaba por gerar uma *visão folclorizante* das culturas afro-brasileiras ao privilegiar o que é tradicional na cultura brasileira ligado à herança negra, especialmente, celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outros. Através da leitura de Abreu e Mattos (2008, p.16) também aponta o risco de perder de vista sua própria história e sujeitas inclusive a transformações de significados ao longo do tempo. Em seguida, aponta outro risco em relação à cultura africana:

O mesmo pode ocorrer em relação às culturas africanas, que também correm o risco de serem tratadas numa perspectiva homogeneizante ou mitificadora (LOPES, 1995). Compreendendo as motivações políticas que geram uma “elaboração mitificada da mãe-África”, enquanto elemento capaz de constituir laços de identidade e resistência, deve-se, no entanto, atentar para os riscos aí contidos (SANTOS, 2010, p. 244).

Sobre a manipulação da cultura africana, Pereira (2008, p. 35) também alerta para a necessidade de evitar transformá-la em “um cenário por vezes idílico, épico, glorioso, mítico ou até mesmo “primitivo” da África, além de uma imagem da “cultura” da África também homogeneizada. Nesta mesma reflexão, Lopes (1995, *apud* Santos 2010, p. 245) aponta que

Homogeneização e mitificação cultural, idealização e vitimização histórica são, assim, lados de uma mesma moeda, usada para vender uma imagem de África que não considera as contradições, heterogeneidades e conflitos que fazem parte de processos históricos diversos, vivenciados tanto no interior do próprio continente quanto nas relações estabelecidas com outros povos.

Santos (2010, p. 245) chama a atenção também para o risco da transmissão da história da África desvinculada da história de outros continentes e que, mesmo compreendendo que a positivação da história africana e afro-brasileira atende ao momento político de enfrentamento ao racismo “devemos, no entanto, estar atentos para a tênue fronteira entre positivação e idealização/mitificação, entre, por um lado, trazer o foco para sujeitos, grupos e espaços tradicionalmente desconsiderados e/ou desqualificados, ou, por outro lado, des-historicizar a atuação desses sujeitos e grupos a ponto mesmo de desumanizá-los”.

CAPÍTULO 2

SIGNIFICADOS DO 20 DE NOVEMBRO NA EXPERIÊNCIA ESCOLAR

2.1. 20 de novembro – um “quase” feriado diferente

A oficialização do dia 20 de novembro como feriado vem impulsionando as adesões de escolas em vários cantos do país, que passaram a organizar ou participar de atividades relacionadas à temática afro-brasileira – danças, shows musicais, *Quizombas*²⁸, exposições, palestras, debates, exibição de filmes, comidas típicas e eventos de matriz religiosa. O que se verifica é a ampliação da noção de feriado – em alguns casos há rejeição à ideia de feriado - com criação de uma agenda de eventos articulados que compõem semana ou mês da Consciência Negra.

No caso de Belo Horizonte, observamos um fato curioso, pois, embora constatem sua dinâmica de envolvimento com eventos relacionados ao dia 20 de novembro, é uma das poucas capitais do país que ainda não instituíram a data como feriado – ou seja, é um “quase feriado”. No tocante às escolas, notamos uma busca de parceria das escolas com centros culturais, pioneiros na discussão do tema na cidade, além da criação do Núcleo de Relações Étnico-Raciais vinculado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (SMED/PBH) com o intuito de sistematizar e proporcionar programas e eventos para melhor atendimento da referida lei na cidade.

²⁸ *Quizomba* significa festa na língua africana *iorubá*. No Brasil, são festas do povo negro onde ocorrem apresentações musicais de vários estilos musicais e danças de várias partes da África e dos países da diáspora africana: Brasil, Estados Unidos, Colômbia, Cuba, etc. Foi tema de um enredo da Escola de Samba de Vila Isabel em 1988: “Valeu Zumbi, o grito forte dos Palmares que correu terras, céus e mares, influenciando a abolição. Zumbi valeu! Hoje a vila é Quizomba. É batuque, canto e dança jongo e maracatu. Vem, menininha, pra dançar o caxambu.”. Vide outra menção ao termo em evento do Centro Cultural Vila Santa Rita em 27/11/2010, publicada no Diário Oficial do Município em 03/12/2010: “O Centro Cultural Vila Santa Rita celebrou a consciência negra no sábado, dia 27, com uma festa de ritmos que durou mais de dez horas. A festa Quizomba teve como principal objetivo valorizar a história da cultura negra. A festa foi encerrada em grande estilo pela cantora Carla Gomes, que ofereceu ao público o melhor do samba, bossa nova, soul e outros ritmos brasileiros”.

Estamos supondo que a adoção de uma agenda de eventos em torno do dia 20 de novembro tem permitido às escolas transformar a data comemorativa ou feriado, em agenda educativa ou formativa, posta em prática em uma Semana ou no Mês da Consciência Negra. Sendo assim, a data cívica se realiza através de execução de uma proposta pedagógica e política posta em prática através de uma série de eventos, programas e ações voltadas à positividade de histórias e memórias e à valorização da beleza negra no cenário escolar e social. Sendo assim, a data tem caráter axiológico, e vincula-se à agenda social de maneira explícita, de forma comprometida com a programática dos movimentos sociais afro-brasileiros.

Ao discursar sobre a Lei que institui o dia 20 de novembro como feriado, por exemplo, o deputado estadual do Mato Grosso do Sul, Amarildo Cruz, afirmou que o 20 de novembro “não é apenas para ser um dia de folga, mas um dia de reflexão sobre a contribuição dos negros na construção do Brasil”²⁹. Este sentido, de reflexão, vem dando a tônica das comemorações em semanas escolares em torno do evento, associada também à positividade de memórias e histórias, incluindo a positividade da história africana e da história de personagens negros no Brasil.

De que maneira se realiza esta data, com ação integrada entre escola e sociedade, veremos mais adiante no texto. O Festival de Arte Negra, por exemplo, é um dos eventos mais significativos que denota a articulação escola-sociedade para realização desta agenda.

Em novembro de 2007, a Prefeitura de Belo Horizonte promoveu o 4º Festival de Arte Negra (FAN). No mesmo mês e ano, através da Fundação Municipal de Cultura, ocorriam diversos eventos alusivos à comemoração da Consciência Negra que foram divulgados através da agenda cultural “Programe.BH” distribuída gratuitamente em diversos locais públicos da cidade, constando de 54 páginas, incluindo informações sobre os centros culturais, museus, teatros, bibliotecas e casas de cultura³⁰.

²⁹ Amarildo Cruz propõe feriado do Dia da Consciência Negra. Disponível em http://www.jornaldiadia.com.br/jdd/index.php?option=com_content&view=article&id=21486:amarildo-cruz-propoe-feriado-no-dia-da-consciencia-negra&catid=42:politica&Itemid=67. Acesso em 06/01/2011.

³⁰ BELO HORIZONTE, Prefeitura. “Programe.BH – Agenda Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte”. Publicação da Fundação Municipal de Cultura. Novembro de 2007.

Na seção “*Atividades Integradas*” destacamos a Semana da Consciência Negra promovida em parceria do Centro Cultural Zilah Spósito e as Escolas Municipais Acadêmico Vivaldi Moreira e Professor Daniel Alvarenga (ps 2 e 3).

O Centro Cultural Zilah Spósito promoveu no dia 20 de novembro de 2007 uma apresentação do espetáculo “*Baobá*” na Escola Municipal Acadêmico Vivaldi Moreira e em seu espaço próprio no dia 21, a palestra “Cabelo, uma questão de identidade” seguida de oficina de elaboração de penteados afros, ambos em parceria com a Associação Odum Orixá. No dia 22 de novembro, em seu próprio espaço, promoveu Oficina de Dança Afro. Para fechar o ciclo, promoveu no espaço da Escola Municipal Daniel Alvarenga, localizada no Conjunto Zilah Spósito uma oficina de Contação de Histórias denominada “Lendas Afro-brasileiras”.³¹

Destacamos ainda, a promoção do Seminário Étnico-Racial da Regional Norte de Belo Horizonte, ocorrido no auditório do Centro Cultural São Bernardo no dia 29 de novembro de 2007. O Seminário ocorreu no período da tarde e constou de dois momentos: inicialmente, contação de histórias e em seguida palestra e debate sobre o tema da Consciência Negra³².

Percebemos na realização dessas “atividades integradas” um esforço de envolvimento coletivo através de atividades que trabalharam a corporeidade e elevação da auto-estima das pessoas negras e uma preocupação com a oferta de um momento de formação com a participação de referências do meio acadêmico, grupos culturais e entidades ligadas ao movimento negro. Observamos também um esforço de integração entre centros culturais e as escolas.

A seção da agenda cultural, “Cinema e vídeo”, houve uma preocupação com a exibição de vídeos com a temática étnico-racial em todos os centros culturais da cidade³³. O Centro Cultural Zilah Spósito realizou o Projeto TV de Rua com a

³¹ O espetáculo “Baobá” foi produzido por Elaine do Carmo da Associação Odum Orixá, e, ela própria, palestrante do tema “Cabelo, uma questão de identidade”. A oficina de dança afro foi coordenada por Leonardo de Jesus e Anurada. A contação de histórias coube ao contador Uraci Micael.

³² A contação de histórias foi realizada pela professora da rede municipal, Maria Edite, a palestra pela professora de Literatura da PUC Minas, Íris Amâncio com participação do Grupo de Teatro Negro e Atitude.

³³ O Centro Cultural Zilah Spósito exibiu os filmes *Vista a Minha Pele* (BRA, Joel Zito Araújo, 2003) e *O Moleque* (BRA, Ari Cândido Fernandes, 2006) . O Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira da Pedreira Prado Lopes exibiu o filmes *Meninas* (BRA, Silva Werneck, 2006). O Centro Cultural Pampulha exibiu os filmes *Hotel Ruanda* (EUA/ITA/AFRICA do Sul, Terry George, 2004) – também

exibição à noite, próximo à Escola Professora Maria Coutinho, o filme “*Ganga Zumba*”³⁴ e na Praça do Conjunto Zilah Spósito o documentário “*Salve Maria: Memória da Religiosidade Brasileira em Belo Horizonte – Reinados Negros e Irmandades do Rosário*”³⁵.

Os filmes e documentários apresentados revelam uma preocupação da área cultural e por consequência, também educacional, com a formação étnico-racial no que diz respeito à divulgação de histórias de personagens reais ou fictícios que lutaram contra o racismo ou fazem parte do processo de resistência cultural africana, afro-americana e afro-brasileira.

Na seção “Cursos e Oficinas” da Agenda Cultural em questão, é sugerido ao leitor prestigiar a “*apresentação musical e bate-papo sobre cantos e danças tradicionais africanas*” com o Grupo Vocal *Dikanza* no dia 21 de novembro através do Centro Cultural Venda Nova. Este evento revela a intenção em tornar conhecida algumas raízes culturais da África através da música e dança e proporcionar um momento de debate e reflexão sobre o significado destas para a consciência negra.

O Centro Cultural Lagoa do Nado dedicou seu tradicional “Sarau de Poesias” para refletir sobre a questão racial, promovendo no dia 29 de novembro o evento com o tema “O Negro na Poesia”. Este sarau é participado livremente por atores e poetas profissionais e amadores que direcionam suas criações e declamações para o tema escolhido do mês. Entre as declamações são citados clássicos como Castro Alves – chamado de “poeta dos escravos” e de diversos poetas negros como Adão Ventura que refletia sobre a cor da pele (p.22).

O 4º Festival de Arte Negra é apresentado em destaque entre as páginas 25 e 28 da cartilha “*Programe BH*”, tendo ocorrido entre os dias 19 e 25 de novembro de 2007 em locais diversos, com a presença de artistas nacionais e internacionais “(...) vindos de diversos pontos da África e suas diásporas”, conforme texto de

exibido no Centro Cultural Lagoa do Nado e *Amistad* (EUA, Steven Spielberg, 1997). O Centro Cultural do Parque Ecológico Lagoa do Nado exibiu o filme *Kiriku e a Feiticeira* – um dos mais utilizados pelas escolas municipais de Belo Horizonte (FRA, Michel Ocelot, 1998). O Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira exibiu *Norbit* (EUA, Brian Robbins, 2007) e *Favela Rising* (BRA/EUA, Matt Mochary e Jeff Zimbalist, 2005).

³⁴ O filme *Ganga Zumba* é o mais antigo produzido sobre essa temática, produzido em 1964 pela cineasta Cacá Diegues.

³⁵ Produzido pelo CRAV – Centro de Referência Áudio-Visual de Belo Horizonte em 2006.

apresentação (p.19). O evento foi organizado através de exposições³⁶, shows musicais³⁷, espetáculos teatrais³⁸ e de dança³⁹, Mostra de Cinema Nigeriano e Rodas de Capoeira. O Festival ainda abria espaço para o debate: no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, ocorreu uma “Roda de conversa” com o tema “*África e Brasil – Memória e Futuro*” e dialogando com a questão da corporeidade no dia seguinte ocorreu outra roda de conversa com o tema “*Performance Negra*”, tendo continuidade nos próximos dias com os temas “*Samba de Roda*” e “*O Islã Negro*” (p.26). Foi promovido também o Baile Black com DJ “A Coisa”.

2.2.. A promoção da agenda escolar do Dia Nacional da Consciência Negra

A fim de analisar as perspectivas, avanços, retrocessos e contradições pelo “retrovisor da história”, é fundamental abordar os eventos comemorativos do Dia Nacional da Consciência Negra na cidade e em escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte, no ano de 2.010.

Acompanhamos as edições do Diário Oficial do Município, conhecido pela sigla DOM, durante o mês de novembro de 2010, propriamente, as matérias de capa.

³⁶ No espaço municipal localizado na sede da prefeitura ocorreu uma exposição de máscaras da cultura Bijagós de Guiné Bissau, com curadoria de Emanuel Araújo entre os dias 9 e 27 de novembro de 2007. No Centro Cultural da UFMG foram expostos quadros com memórias do FAN e do Festival Mundial de Artes Negras no Senegal e Nigéria entre os dias 19 e 25 de novembro de 2007.

³⁷ No espaço *Ojá* ocorreu o show “*Dóris convida Mestre Conga e Ronaldo Coisa Nossa*”, no Teatro Francisco Nunes ocorreu show internacional com banda Tartit de Mali. No Totem Praça da Estação shows com Ezequiel Lima, Neném e Djalma Correa. No dia 21 de novembro no espaço Totem Praça da Estação ocorreram apresentações de VJ Tatu, Renegado, Gil Amâncio, Maurício Tizumba junto com Tambolelê, além da apresentação internacional de Burundi Drummers de Burundi. No dia 22 de novembro, no Totem Praça da Estação se apresentaram Elemento X, Renato Negrão, Babilak Ba e Haroldo Alves, Berimbrown e Negra Melodia. No dia 23, shows com Sérgio Silva, Banda Black de Neve, Ed Motta e Kalu. No dia 24, apresentações de Bantuquerê, Mamour Ba e Doudou |N'Diaye Rose(Senegal) e no dia 25, shows com Vander Lee e Mart'nália.

³⁸ Nos dias 21 e 22 de novembro de 2007 houve apresentação no teatro Francisco Nunes do espetáculo teatral “*Árvore do Esquecimento*” com o coletivo FAN da Cena. No mesmo teatro, dia 22, ocorreu a intervenção cênica “*Homem Bomba (dês) construção, aquele que nunca explode*” com João Artigos do grupo Teatro de Anônimo.

³⁹ No dia 20 de novembro o Minascentro foi palco para o espetáculo de dança “*Waxtaan*” com a Cia. Jant-bi do Senegal.

O DOM é distribuído pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte todos os dias, exceto domingo, segunda e feriados para todos os órgãos públicos municipais, pode ser adquirido nas bancas de jornal da Avenida Afonso Pena, próximas à sede da prefeitura e ainda disponibilizado ao público pela internet através do endereço eletrônico www.pbh.gov.br/dom.

Através deste diário oficial podem ser acessadas diversas informações sobre atos licitatórios, nomeações, exonerações, leis, normas, portarias, projetos de lei da Câmara Municipal e ainda, informações sobre eventos e a agenda cultural da cidade. O acompanhamento das ações da cidade voltadas para a comemoração e reflexão do dia 20 de novembro nos permitiu entender o papel da área da educação e a “concorrência” de outras áreas como cultura, saúde e política pública municipal de promoção da igualdade racial na afirmação da data, estendida em semana e mês de reflexão sobre a consciência negra com forte sentido na luta pela superação do racismo e da discriminação racial.

Compreendemos que o Diário Oficial do Município é um dos veículos que permitem às escolas e aos centros culturais a visibilidade de suas ações. As publicações no DOM são feitas, de modo geral, *a posteriori* – depois da ação concluída é feita a publicação do evento/projeto/promoção ou acontecimento, permitindo tanto uma prestação de contas quanto, também, a visibilidade das ações realizadas. Neste caso também permitem, em se tratando do 20 de novembro, a consolidação de uma agenda permanente nesta data, constituindo uma memória da rotina implementada nesta data pela instituição.

As publicações no DOM podem ocorrer por meio do intermédio da Secretaria Municipal de Educação, por meio das Regionais ou diretamente entre as Escolas e as assessorias de imprensa. No primeiro caso, o que se verifica, por parte da Secretaria, é que geralmente a mesma promove uma priorização do que é considerado “digno” ou merecedor de publicação e o que fica, digamos, engavetado, sem visibilidade. Parece ser por isso que algumas escolas, segundo verificamos, optam por envio de um relatório, dossiê ou mesmo um release à respectiva regional ou, ainda, diretamente às assessorias de imprensa. Vale notar, neste caso, que a visibilidade do que se realiza nas escolas consolida, em grande medida, a afirmação de como os docentes e profissionais vêm compreendendo e implementando ações

no sentido de promoção da educação étnico-racial e de uma implementação, de modo geral, da Lei 10.639/03 – com ou sem o intermédio ou crivo da Secretaria Municipal de Educação e núcleos responsáveis por essa implementação.

Vale notar, neste caso, que essa prática pode revelar que nem sempre se pratica uma efetiva implementação da relação entre Secretaria (e núcleos) e as escolas, em algumas vezes o que as práticas podem revelar é um policiamento ou inibição, também por via da invisibilização, do que as escolas realizam.

Sendo assim, sabemos que nem tudo o que encontramos no Diário Oficial é capaz de expressar de fato o que se realizou no 20 de novembro.

Há ações e propostas que ficaram invisibilizadas em algum momento desta movimentação. Em outros casos há também um esforço, por parte de professores e escolas, de tornar vinculada a agenda do 20 de novembro à prática da Lei 10.639/03, ou, ainda, tornar cumprida a lei, como verificamos em um dos projetos apresentados ao Prêmio Paulo Freire em que constava a consideração – em cumprimento à Lei 10.639/03 (na capa).

A consulta ao Diário Oficial do Município também permitiu compreender, ou pelo menos visualizar que em Belo Horizonte há movimentação social assertiva no sentido de superação do racismo e da desigualdade racial, com muita concentração de promoções em torno da agenda do 20 de novembro. Sendo assim, podemos dizer que esta agenda do 20 de novembro consolidou-se como mola-mestra, nas políticas públicas e na movimentação social, para reforço da luta anti-racismo no município. Este dado pode ser significativo para compreender também em que medida as ações escolares se ancoram socialmente, estão assentadas também sob um solo social com aceitações.

O quadro do Anexo II foi extraído de publicações do Diário Oficial do Município (DOM) a partir do dia 6 de novembro de 2010 disponíveis na página eletrônica da prefeitura de Belo Horizonte⁴⁰. Em comemoração ao Mês da Consciência Negra, os centros culturais da capital prepararam várias atrações especiais, entre exposições, exibição de filmes, música, dança apresentações artísticas e oficinas.

⁴⁰ Página eletrônica da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Diário Oficial do Município. Disponível em www.pbh.gov.br/dom, acesso em 07 de dezembro de 2010.

Das pesquisas realizadas no ano de 2010 conseguimos verificar uma participação muito forte dos centros culturais em vinculação com escolas municipais para consolidação de suas agendas do 20 de novembro (dia, semana, mês). A atuação dos centros culturais se realiza em grande medida com vinculação forte com o movimento negro e cabe destacar, neste caso, a forte atuação dos movimentos sociais negros na Regional Barreiro nesta vinculação com a experiência escolar por meio da atuação dos centros culturais. Na regional Norte também verificamos esta vinculação, com maior protagonismo das escolas em direção aos centros culturais e às suas promoções. Pude observar também que a Regional Barreiro conseguiu publicar mais eventos no DOM do que as outras regionais, o que pode nos fazer suspeitar que este fato se deva mais à sua autonomia neste aspecto da visibilização das ações do que propriamente de uma maior eficiência em relação às demais regiões da cidade.

A seguir apresentamos o resultado da coleta de promoções, ações, convite e relatórios publicados em novembro no Diário Oficial com relação à agenda do 20 de novembro, com ou sem participação/vinculação direta com as escolas.

2.2.1. Diário Oficial do Município – o que foi tornado público por ocasião do 20 de novembro de 2010.

Segundo o texto do Diário Oficial do Município (DOM, 6/11/2010),

Em comemoração ao Mês da Consciência Negra, os centros culturais da capital prepararam várias atrações especiais, entre exposições, exhibições de filmes, música, dança, apresentações artísticas e oficinas. A programação começou na sexta-feira, dia 5, com exibição do curta “Paz no Mundo Camará: a Capoeira Angola e a Volta Que o Mundo Dá”, seguida de bate-papo com a diretora Carmem Abreu no Centro Cultural Padre Eustáquio. No mesmo dia, o Centro Cultural Jardim Guanabara recebeu uma roda de conversa com Bernardo Novais da Mata Machado e a exibição do filme

“Batismo de Sangue”. A programação é gratuita e a promoção é da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Fundação Municipal de Cultura e dos centros culturais.

O enunciado demonstra a naturalidade e primazia da área de políticas públicas culturais da capital mineira em realizar eventos alusivos à comemoração do 20 de novembro. A programação reflete a tendência de expansão do Dia da Consciência Negra para a semana correspondente e o mês de novembro:

“Confira a programação de cada Centro Cultural: De 5 a 13 - Exposição fotográfica “Documentos de Si” Centro Cultural Padre Eustáquio. Dia 6 às 10h - I Encontro de Congadeiros do Zilah Spósito, em homenagem ao líder Zumbi dos Palmares Centro Cultural Zilah Spósito. Dia 6 às 15h - Exibição do filme “O Xadrez das Cores” (BRA, Marcos Schiavon, 2004), com comentários de Jussara Santos Centro Cultural Vila Marçola. De 8 a 19, às 9h30 Oficina de confecção de máscaras africanas, utiliza a técnica de colagem com jornal Centro Cultural Alto Vera Cruz. Dia 13, às 16h 5ª Mostra da Beleza Negra – roda de capoeira, bate-papo, aula aberta, exposição, penteados afro, música, dança afro, dança de rua, desfile afro. Centro Cultural Urucuia. Dia 13, às 19h Soul da Serra – difusão do movimento, música e dança Soul do Aglomerado da Serra Centro Cultural Vila Marçola. Dia 17, às 19h Apresentação do Grupo Flor de Mangueiras Centro Cultural Urucuia. Dia 20, às 10h 5ª *Kizomba* – A Festa do Povo Negro – exposição, dança afro, muita música e apresentações artísticas dos grupos culturais da região. Centro Cultural Alto Vera Cruz. Dias 23 e 24, às 14h Di-visões de “Raça”: racismo, identidade cultural negra e o jazz – oficinas com Bruno Morais Centro Cultural Padre Eustáquio. Dia 25, às 15h30 *Eubuntu*. Espetáculo teatral de bonecos e atores encenado pelos alunos do projeto Boneco Especial, núcleo Barreiro. Centro Cultural Lindéia Regina. Dia 25, às 19h Exibição do filme “BH Soul: a cultura black de Belo Horizonte” (BRA, Tomás Amaral, 2010) Centro Cultural Jardim Guanabara. Dia 26, às 14h Contos, Deuses e Mitos. Contação de histórias com a Trupe Malalô Centro Cultural Vila Marçola. Dia 27, às 17h Sábado Black. Apresentações de dança de grupos da cultura *hip hop* e *street dance*. Centro Cultural Lindéia Regina. A festa continua no Centro Cultural Vila Santa Rita. No sábado, dia 27, a “*Kizomba: a festa do povo Negro*”, garante muita cultura e diversão para o público. Às 10h, o contramestre Rogério Teber realiza um workshop e roda de capoeira angola com participação especial da Fundação Internacional de Capoeira. O Mestre Cobra Mansa ministra, às 13h, uma palestra e uma exposição de sua pesquisa sobre as danças e lutas africanas, realizada na África em 2006 e 2010. Em seguida, às 17h, a

Bateria Show da Escola de Samba Estrela do Vale apresenta-se sob coordenação de Joãozinho Batera⁴¹.

Outra edição do Diário Oficial do Município destacou um evento de formação promovido na região centro-sul de Belo Horizonte – o Fórum Governamental de Promoção da Igualdade Racial da Regional Centro-Sul com foco na discussão do Estatuto da Igualdade Racial. Assim descreve o texto:

Entender os desafios do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e os principais avanços trazidos pelo Estatuto da Igualdade Racial foram os principais objetivos do segundo Fórum Governamental de Promoção da Igualdade Racial da Regional Centro-Sul. O evento, que aconteceu no auditório da secretaria, teve a participação do presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Ronaldo Pereira, e do deputado federal Antônio Roberto, relator do estatuto. O enfrentamento ao racismo no Brasil impõe a adoção de políticas, programas e ações específicas voltadas para a população negra, associadas e integradas às políticas universais. Nesse contexto, o Estatuto da Igualdade Racial foi criado para destinar à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos, além de procurar combater a discriminação e as demais formas de intolerância étnica⁴².

Em seguida o mesmo texto resgata a idéia da segunda abolição em uma versão atual, restrita à lógica do trabalho de descentralização de ações da prefeitura de Belo Horizonte:

“O estatuto vai reparar e complementar a abolição assinada há 122 anos, que não abordou as medidas necessárias para o negro ser realmente independente”, destacou Antônio Roberto. A Prefeitura de Belo Horizonte, visando à efetivação das políticas sociais no município, elaborou o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Nesse plano, foi definida a descentralização das ações de promoção da igualdade racial, que tem como objetivo a realização de ações específicas em cada regional. O secretário regional Centro-Sul, Fernando Cabral, e os membros do Grupo de Trabalho de Promoção da

⁴¹ DOM. *Centros Culturais têm Programação Especial para comemorar o Mês da Consciência Negra*. Sábado, 6/11/2010, ano:XVI - Edição N.: 3700, Poder Executivo, Capa

⁴² DOM. *Centro-Sul Realiza Segundo Fórum Da Igualdade Racial*. Quarta-feira, 10/11/2010, Ano:XVI - Edição N.: 3702. Poder Executivo. Capa.

Igualdade Racial Centro-Sul já apresentaram, em julho, um esboço do Plano Regional de Promoção da Igualdade Racial, que tem o objetivo de combater qualquer tipo de preconceito e permitir oportunidades iguais a negros, brancos, pardos e índios⁴³.

A Regional Barreiro promoveu várias ações para a comemoração do “mês” da Consciência Negra. Segundo o texto, as comemorações começaram no dia 03 de novembro com exposição de máscaras africanas. Destaca a realização de eventos em datas diferentes do dia 20 de novembro:

Está no calendário que o dia oficial de comemoração da consciência negra é 20 de novembro, mas a Regional Barreiro iniciou as comemorações no dia 3, com exposição de máscaras africanas. Ao todo, serão oferecidas mais de 20 atividades para moradores da região. A programação atende desde o público infantil até o adulto⁴⁴.

Este evento figura entre os poucos que promoveram ações com escolas públicas. Para tanto, notamos o seguinte trecho neste mesmo documento: “O Parque das Águas abre as portas nos dias 18, 19 e 20 para a Mostra Cultural Afro-Brasileira. Os visitantes poderão conferir os trabalhos das escolas municipais das 8h às 17h”.

Na mesma edição do Diário Oficial do Município, há outra matéria sobre eventos comemorativos no Barreiro, destacando o Fórum de Promoção da Igualdade Racial local – com o mesmo teor do mesmo evento realizado na Regional Centro-Sul e inclusive, nas demais regionais da cidade. A matéria dava ênfase também à realização do Desfile da Beleza Negra, tal como descreve:

Desfile afro e apresentação de grupos de dança são as principais atrações da 5ª Mostra da Beleza Negra, organizada pela Jussara Simplício Produções & Eventos, com apoio da Prefeitura. A atividade será realizada na sexta, dia 12, às 19h, no Centro de Apoio Comunitário (CAC) Barreiro, na Rua Pinheiro Chagas, 252, no bairro

⁴³ Idem.

⁴⁴ DOM. *Barreiro oferece Atividades para Celebrar O Mês da Consciência Negra*. Quarta-feira, 10/11/2010. Ano: XVI - Edição 3702, Poder Executivo, Capa.

Santa Helena. Música, jogo de bingo e sorteio de brindes também estão incluídos na programação⁴⁵.

Na edição do Diário Oficial do Município do dia seguinte, 11 de novembro de 2010 há uma definição para Consciência Negra ao final da matéria:

Dia da Consciência Negra - O Dia da Consciência Negra é celebrado em 20 de novembro e é dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. A data foi escolhida para coincidir com o dia da morte de Zumbi dos Palmares, em 1695, líder do Quilombo dos Palmares e símbolo da resistência contra a escravidão.⁴⁶

Esta definição cujo foco da comemoração centra-se na palavra “inserção” coincide com as reivindicações históricas do movimento negro e social por uma maior participação do negro na sociedade e da necessidade do Estado produzir políticas para possibilitar sua inclusão nos setores onde sua presença é mínima, como por exemplo, nas universidades, no acesso ao tratamento integral da saúde, mercado de trabalho especializado, dentre outros. Parece-nos que este novo significado dado à negritude é uma construção histórica, não é o mesmo significado, por exemplo, do conceito de altivez e beleza negra que o Hino à Negritude traduzia nos anos 40.

A edição do Diário Oficial do Município do dia 13 de novembro destacou o Encontro de Congadeiros no Barreiro, evento que demonstra o resgate da cultura antes vista apenas como folclore popular para uma ressignificação como uma manifestação da cultura afro-brasileira, com o objetivo de “preservar o patrimônio cultural e religioso de origem africana” na cidade, tal como descrito no texto:

O V Encontro de Congadeiros de Belo Horizonte vai reunir congados de toda a Região Metropolitana como parte das comemorações pelo Mês da Consciência Negra. Também celebrará Nossa Senhora do Rosário e São Benedito com cortejo, procissão e missa. O encontro acontece no domingo, dia 21, das 8h às 17h, no Centro de Apoio Comunitário

⁴⁵ DOM. *Semana de Discussões Sobre Igualdade e Desfile da Beleza Negra no Barreiro*. Quarta-feira, 10/11/2010. Ano: XVI - Edição 3702, Poder Executivo, Capa.

⁴⁶ Idem.

(CAC) Parque das Águas Burle Marx (rua Ximango, 809, no Barreiro de Cima). Realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal Adjunta de Diretos de Cidadania, pela sua Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (CPIR), em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, via Diretoria de Promoção e Educação em Direitos Humanos, o Encontro de Congadeiros tem como objetivo a preservação do patrimônio cultural e religioso de origem africana em nossa cidade. Originário do continente africano, o Congado está presente em várias regiões do Brasil. Com forte tradição no interior e na capital mineira, há várias Irmandades de Congado mantendo as tradições de seus antepassados, mesclando cultos católicos e africanos através de cortejos, levantamento de mastro e música. O apoio aos congadeiros na capital está presente no Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, elaborado pela CPIR e na Lei Municipal 9.934/2010, que institui a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial em Belo Horizonte, que prevê o fortalecimento das entidades sociais e religiosas de matriz africana. O V Encontro de Congadeiros de Belo Horizonte representa o reconhecimento do poder público ao importante papel das Irmandades de Congado na manutenção das tradições e da fé de nossos antepassados⁴⁷.

A edição do Diário Oficial do Município do dia oficial da Consciência Negra, 20 de novembro de 2010 destacou as homenagens a personalidades negras de Belo Horizonte:

Rei e rainhas congas, cantor, fotógrafo, médico, políticos. Personalidades da cultura negra foram homenageadas nesta sexta-feira, dia 19, pelo prefeito Marcio Lacerda, durante a solenidade de comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra. A data é celebrada no dia 20 deste mês e é dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade. Foram prestigiadas 35 pessoas, que receberam das mãos do prefeito placas de homenagem. O evento foi realizado no Salão Nobre da PBH (...) Marcio Lacerda disse que Belo Horizonte foi a primeira capital brasileira a ter um plano municipal de promoção da igualdade racial e ressaltou a importância da comemoração do Dia da

⁴⁷ DOM. Encontro de Congadeiros Mantém Tradições no Barreiro de Cima. Sábado, 13/11/2010, Ano: XVI - Edição N.: 3705, Poder Executivo, Capa.

Consciência Negra. (...) Para Maria das Graças, a data significa a resistência, a história e a igualdade. “É o dia em que a gente coroa todas as ações de políticas públicas. Essas 35 pessoas representam a construção da capital”, concluiu. Durante a solenidade, o prefeito assinou o projeto de lei que dá nome aos viadutos da Avenida Antônio Carlos, em homenagem aos países africanos Moçambique, Angola, Senegal e Congo que enviaram trabalhadores negros ao Brasil. (...) Alguns homenageados: O cantor e compositor Maurício Tizumba foi um dos homenageados. Com mais de 30 anos de carreira, seu trabalho contribui para manter viva as várias tradições de origem africana de Minas Gerais. “O importante é a gente ver o reconhecimento, ver a sociedade compreendendo, contando e recontando a história do povo negro”, afirmou. Izabel Casemiro, rainha conga de Minas Gerais, fez parte das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no estado. Foi coroada rainha aos cinco anos de idade e há 40 preside, como rainha, o reinado da Guarda Treze de Maio de Congo e Moçambique de Nossa Senhora do Rosário. Em 2006, recebeu o prêmio de Cultura Viva, do Ministério da Cultura. Izabel relembrou a história da consciência guerreira do Zumbi na formação da nação brasileira. “Temos que preservar as nossas raízes e lutar para vencer os obstáculos do dia a dia”, disse. Outra personalidade prestigiada foi o repórter fotográfico da Prefeitura, Adão de Souza, que tem trabalhos publicados em diversos jornais do Brasil e do exterior, como Japão e Canadá. Efigênia de Paula Ward é rainha conga da Guarda do Reino de São Sebastião de Nossa Senhora do Rosário. Religiosa de matriz africana e presidente da guarda há 70 anos, ela ficou feliz ao receber a homenagem. “Este é o dia de festejar e rezar. Estou muito contente”, revelou⁴⁸.

A mesma edição do DOM do dia oficial da Consciência Negra, 20 de novembro de 2010, a exemplo da edição do dia 11, acrescentou outra nota sobre o significado do Dia da Consciência Negra, ao final da matéria:

Dia da Consciência Negra - A comemoração da data no dia 20 de novembro lembra a morte de Zumbi dos Palmares e faz uma homenagem à resistência do negro à escravidão de forma geral, desde o primeiro transporte forçado de africanos para o solo brasileiro. É também um marco de mobilização em torno da questão racial, do combate ao

⁴⁸ DOM. *Homenagens Marcam o Dia Nacional da Consciência Negra*. Sábado, 20/11/2010, Ano: XVI - Edição N.: 3709, Poder Executivo, Capa.

racismo, além de servir como inspiração para uma vida mais digna e solidária.

Este acréscimo reforça a direção da política pública com foco no combate ao racismo e inclusão social dos negros na cidade de Belo Horizonte.

A publicação de eventos no "DOM" não se encerrou na data oficial, mas continuou em outras edições, como notamos na edição de 03 de dezembro de 2010, em que se destaca mais fortemente a atuação das escolas:

A Regional Barreiro promoveu mais de 20 atividades comemorativas do Dia da Consciência Negra durante todo o mês de novembro. A I Mostra Cultural Afro-brasileira, promovida pela gerência regional de Educação nos dias 18,19 e 20, reuniu alunos e professores de cerca de 30 escolas de ensino fundamental, infantil e do programa de educação de jovens e adultos, no Parque das Águas. Os alunos participaram ativamente, expondo trabalhos que realizaram durante o ano e fazendo oficinas. A Escola Municipal União Comunitária apresentou pinturas intituladas "Me Vejo no Espelho", baseadas no livro "Cabelinhos de Lelé". A Escola Municipal Hilton Rocha apresentou o maculelê, dança ensaiada durante as atividades do Programa Escola Integrada. A Escola Eloi Heraldo Lima apresentou teatro e capoeira, além de um desfile de penteados, adereços e roupas afro, realizado em conjunto com alunos da escola Hilton Rocha⁴⁹.

A mesma edição mostra inclusive a promoção do intercâmbio com a cultura africana, a partir da interação com estudantes estrangeiros em escolas da Regional Barreiro:

O trabalho de conscientização sobre as raízes culturais começa antes mesmo da alfabetização. Dentre as atividades promovidas com as crianças de até 5 anos, a mostra exibiu a África sob a visão das crianças da Unidade de Educação Infantil Jatobá, sob o título "A África que conheço" e a Umei Pilar mostrou os projetos de cultura afro que desenvolve, por meio de uma exposição fotográfica. A mostra contou também com a presença de convidados

⁴⁹ DOM. *Regional Barreiro Celebra Dia da Consciência Negra*. Sexta-feira, 03/12/2010, Ano: XVI. Edição N.: 3718. Poder Executivo. Capa

especiais. Dois africanos, estudantes da UFMG, falaram para as crianças sobre diversas curiosidades da cultura de seus países. Culinária, música e diversos costumes foram abordados na conversa. O professor de matemática da Escola Municipal União Comunitária, Roberto Marques, apresentou o jogo de tabuleiro originário da África, denominado mancala⁵⁰.

E ainda na mesma edição é descrita uma festa conhecida como “Kizomba” em alusão a uma denominação de origem africana com dez horas de duração:

Kizomba: a festa do povo negro - O Centro Cultural Vila Santa Rita celebrou a consciência negra no sábado, dia 27, com uma festa de ritmos que durou mais de dez horas. A festa kizomba teve como principal objetivo valorizar a história da cultura negra. O contramestre de capoeira angola, Rogério Teber, abriu as comemorações com um workshop e roda de capoeira. A atividade teve a participação especial da Fundação Internacional de Capoeira. O mestre Cobra Mansa, do Rio de Janeiro, continuou no mesmo ritmo. Ele apresentou a pesquisa “Em Busca das Raízes”, com o intuito de explorar os vínculos entre a capoeira afro-brasileira e as tradições angolanas. “Sem o bater das palmas e tendo como base o dialogo corporal, a Capoeira da Angola se destaca pelo uso de roupas alinhadas e também das músicas que não variam”, explicou o pesquisador. Sob coordenação de Joãozinho Batera, outro ritmo afro ganhou destaque, com a apresentação de 20 integrantes da Bateria Show da Escola de Samba Estrela do Vale. O Grupo de Dança Calanga deu um show de ginga com o espetáculo “Povos”. O grupo de percussão Alto Batuque ditou o ritmo para os oito dançarinos. Reggae, soul, samba rock, foram alguns dos ritmos ⁵¹afro-brasileiros que ganharam destaque com o grupo Kilombando. A festa foi encerrada em grande estilo pela cantora Carla Gomes, que ofereceu ao público o melhor do samba, bossa nova, soul e outros ritmos brasileiros.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ibidem.

A publicação do "DOM" de 03 de dezembro de 2010 ainda trouxe outra matéria com atividades realizadas durante a última semana de novembro na Escola Municipal Maria de Assunção de Marco:

O mês da Consciência Negra foi motivo de comemoração na Escola Municipal Maria de Assunção de Marco, localizada no Bairro Goiânia (Rua Ana Horta, 98, Goiânia B). Na última semana de novembro, a escola desenvolveu uma série de atividades pedagógicas e culturais abordando a temática étnico-racial. Alunos de todos os turnos participaram com desenhos e pesquisas sobre o assunto, que destacaram a forte influência da cultura africana em nosso país. Para encerrar as comemorações, foi programada uma exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos sobre o tema "A África está em nós!". Os eventos escolhidos, para a mostra, foram o II Fórum Família Escola e a Festa da Família. Os estudantes e seus familiares, além de apreciar as obras de seus colegas, divertiram-se com os convidados especiais⁵².

Finalmente, fechando este ciclo, o "DOM" de 07 de dezembro de 2010 ainda apontou outras atividades realizadas durante o período de reflexão sobre o Dia Nacional da Consciência Negra, voltadas para a discussão da educação infantil e eventos alusivos à data comemorativa na Escola Municipal Professora Alice Nacif, com organização da Gerência de Educação da Regional Pampulha, demais escolas da região e Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI's):

A Regional Pampulha foi agraciada na sexta-feira, dia 3, com os batuques do grupo de percussão Toque Afro, da Escola Municipal Professora Alice Nacif, comandados pela agente cultural Martinha. Dezenas de crianças, com tambores e baquetas, tocaram e cantaram músicas africanas. Os trajes típicos completaram a apresentação cultural, que abriu a Ação de Formação para a Igualdade Racial. O evento foi realizado pela Gerência de Educação, por meio da gerente Romênia Ayla Moraes e das professoras acompanhantes do projeto pedagógico, Marília Tavares e Rosane Pires. A atividade fez parte da programação do mês da Consciência Negra, que começou em novembro, com o objetivo de promover a conscientização nas relações étnico-raciais. Funcionários da Educação, professores da rede municipal de

⁵² DOM. *Escola Comemora Mês da Consciência Negra com Diversas Atividades*. Sexta-feira, 03/12/2010, Ano: XVI. Edição N.: 3718. Poder Executivo. Capa

ensino e representantes das Unidades Municipais de Educação Infantil (Umeis) participaram da reunião, que teve como foco as africanidades literárias. A educadora e cantora Elzelina Dóris apresentou o projeto Cantando a História do Samba, que visa levar esse estilo musical às novas gerações através de atividades educativas integradas às aulas. Dando prosseguimento à programação, houve contação de histórias comandada pela professora Maria Edite Rodrigues e exposição dialogada com as professoras Maria do Carmo Barbosa e Rosália Diogo, seguida de debate entre os participantes. A Escola Municipal Santa Terezinha doou lanche, que incluiu café com broa de fubá, representando o costume afro, além do tradicional pão de queijo. Trabalhos artesanais das escolas, Umeis e da Creche Sementes do Amanhã estiveram expostos no espaço Inspirarte da regional, mostrando a religiosidade, a cultura e opções de lazer do povo africano. Encerrando a programação da atividade, a Umei Castelo recebeu a apresentação do Samba do Castelo, com a Turma da Girafa Tem no Pé, além de uma oficina ministrada pela professora Rosane Pires⁵³.

Outro comentário, diz respeito à publicação do Diário Oficial do Município de 07 de dezembro de 2010 ao descrever um evento “temporão”, este organizado pela Gerência Regional de Educação Pampulha. Este evento envolveu as Escolas Municipais Professora Alice Nacif – com apresentação de grupo de percussão Santa Terezinha, que participou com comidas típicas, além de shows com artistas negros e roda de debates envolvendo outras escolas daquela regional.

Podemos promover várias reflexões a respeito destas programações que encontramos no Diário Oficial do Município. Notamos uma preponderância de atividades voltadas à valorização do povo negro e de suas expressões culturais (afro-brasileiras e africanas). Há notadamente o que Lívio Sansone chama de “usos da África” (2003, p. 91).

Segundo o autor

⁵³ DOM. *Alunos de Escola da PBH Valorizam Costumes Africanos em Apresentação*. Terça-feira, 07/12/2010, Ano:XVI - Edição N.: 3720. Poder Executivo. Capa.

“A ‘África’, ou seja, as interpretações das coisas e traços tidos como de origem africana, tem sido axial no processo de mercantilização das culturas negras. Ao longo de todo o intercâmbio transatlântico que levou à criação das culturas negras tradicionais ou modernas, a ‘África’ tem sido infundavelmente recriada e desconstruída. ‘África’ tem sido um ícone contestado, do qual usam e abusam as culturas acadêmica e popular, os discursos populares e elitistas sobre a nação e seu povo, e as políticas progressistas e conservadoras. (...) No Brasil, em outras palavras, a África tem sido basicamente um produto do sistema de relações raciais, mais do que uma entidade essencial e imutável. Ao aceitarmos esta visão, portanto, não surpreende o fato de que essas forças sociais tenham resultado na criação de uma África singularmente brasileira, com a qual o conformismo e o protesto se identificaram, criando sua própria África. “ (SANSONE, 2003, p. 91).

Sendo assim, ao avaliar as promoções dos centros culturais e das escolas para o 20 de novembro pudemos verificar dois movimentos básicos e entrelaçados – o primeiro, que é de positivação das expressões, registros e objetos da cultura negra (por meio da confecção de máscaras, ritualização da África por meio de lendas, histórias, casos, teatro e música, por exemplo) e o segundo é de positivação da África-mãe ancestral (por meio da busca das raízes africanas e da busca de influências africanas na sociedade e história brasileira). Os dois movimentos estão entrelaçados. Eles compõem uma “participação” da África na luta contra o racismo e o preconceito no Brasil contemporâneo, eles compõem a “localização da África” na memória afro-brasileira que assim vai se perpetuando no 20 de novembro.

A África “criada, inventada” nestes eventos, promoções e agendas sociais e educacionais é uma África “de raiz” – a origem africana é o mote para a positivação dos afro-brasileiros – a música, a dança, as histórias, os hábitos alimentares, as expressões corporais. Esta parece ser então, uma participação por via da cultura, com forte evidenciação de sua vinculação à luta afirmativa. A participação da África, neste caso, se realiza pela via da cultura acompanhada dos pressupostos, enunciados pelo movimento negro de modo geral, de que há desigualdade racial no Brasil (desde sua história, mas contemporaneamente), com o que as escolas precisam se comprometer (pelo menos parece ser essa a afirmação feita nestes casos). A participação da África é, assim, positiva, positivada: há uma descoberta da África como participante do movimento de identificação dos negros com o Brasil, como se expressa no título de um dos projetos – A África está em nós! Vale notar

também que os Kits de literatura afro-brasileira distribuídos pela SMED às Bibliotecas Municipais estão repletos de títulos alusivos a uma África mítica ou imaginada.

Numa segunda ponta de análise, conseguimos visualizar os principais movimentos de apropriação dos registros afro-brasileiros. Estão nesse grupo, sobretudo a capoeira, a música e a dança afro-brasileira. Notamos que os eventos ligados a manifestações religiosas afro-brasileiras, como o Congado, o Reisado, o Candomblé e outros nem sempre são acompanhados de agendas escolares. Não podemos afirmar, contudo, que essa não vinculação seja uma regra. Contudo, podemos aferir que a participação das escolas se realiza em grande medida com frequência às oficinas e com exposição de trabalhos dos alunos. Este último recurso denota também uma afirmação da importância do rompimento com a invisibilização histórica ou com o silenciamento da própria escola para com a questão. Estará a escola convocada a romper o seu silenciamento?

Notamos que o recurso mais efetivamente utilizado na via de diálogo com as escolas é a da conscientização das relações étnico-raciais (um dos pontos fortes das Diretrizes Curriculares), implicando as escolas com a luta pela superação do racismo e da desigualdade racial. As atividades geralmente se implementam por meio de oficinas e eventos, não necessariamente consolidando uma agenda estendida a todo ano. Há forte participação da capoeira e da música, componentes fortes da positivação corporal-identitária negra neste momento. Parece-nos que a capoeira, inclusive, é um dos componentes da cultura afro-brasileira mais bem aceito (socialmente e mesmo no interior das escolas) para concretização desta agenda afirmativa nas escolas. Neste caso, também verificamos uma permanência da capoeira e das atividades literárias (contação de histórias) nas agendas para além do 20 de novembro. Notamos, também, que a contação de histórias está presente em variados projetos, como mote para abertura de projetos e para realização de ações como exposições, oficinas de beleza, oficinas de trança, colagens, etc. Neste caso, nota-se também a relevância da literatura na construção destes projetos de valorização da memória afro-brasileira e africana.

A capoeira, ao que nos parece, figura dentre as opções preferenciais também por ser um recurso de baixo custo, a começar pelo fato de seus praticantes não se preocuparem em cobrar por apresentações e pela facilidade de envolver os alunos

em pequenos espaços com a tática da roda e a apreensão que causa na beleza das gingas ou a força da improvisação nas cantorias.

A conjugação dos elementos festa, exposição e debate público tem sido uma tônica constante e quase obrigatória, mesmo que não intencionalmente, entre as escolas promotoras e centros culturais de eventos alusivos à comemoração da Consciência Negra.

Identificamos em todas as escolas apresentadas uma preocupação maior com a valorização da cultura africana e afro-brasileira, bem como a posituação da negritude, vista nas oficinas de dança, música, tranças e outras.

A realização de cursos de formação para professores não tem sido prioridade durante estes eventos. Não se observou, inclusive, uma programação anual ou que pudesse contemplar um processo de formação da comunidade escolar. O que estas escolhas explicitam? O que elas ocultam?

Os quadros de eventos (ANEXO I desta dissertação) demonstram outra realidade. Em número bem expressivo, elencamos diversas atividades em comemoração a dia, semana ou mês da consciência negra, promovidos pelos centros culturais públicos da cidade, mas que contaram com escolas do entorno para garantia de uma boa participação nos eventos – ou seja, os centros culturais possuem um protagonismo maior na promoção de eventos, mas dependem das escolas para garantir o público. Salienciamos que estes espaços públicos possuem uma tradição maior no que diz respeito à comemoração da consciência negra, tendo inclusive nos seus quadros lideranças que participaram do movimento negro ou outros movimentos sociais.

Percebemos que os eventos, em sua maioria, não são promovidos diretamente pelas escolas, mas denotam uma integração das escolas à agenda social em curso.

Essa agenda integrada sinaliza também para o interesse da escola por abordagem integrada à sociedade de um componente curricular obrigatório, com afirmação do valor da experiência cultural para a experiência escolar. Denota também a existência de uma variedade de eventos, com preponderância da mostra, da festa e do show. Essa questão parece-nos significativa. Diz respeito, em primeiro lugar, ao movimento de tornar visível o que estava silenciado ou impedido de ser abordado. O rompimento com o silêncio face às culturas afro-brasileiras é notório através de inúmeras mostras, exposições e apresentações públicas em que as escolas estão

presentes. Essa é uma das maiores evidências deste momento em que a posituação é a palavra de ordem do tratamento da Lei 10.639/03.

As atividades expressam a adoção, pelas escolas, do desafio de evidenciação da beleza negra e da riqueza das culturas africana e afro-brasileira. Há afirmações políticas expressas sobretudo pela via da valorização da beleza e variedade cultural do Brasil afro-brasileiro. Essa afirmação estética é, sobretudo, afirmação política.

Cabe destacar que os eventos evidenciam uma cobertura cultural ampla (provavelmente silenciada na escola), compreendendo a literatura em todas as suas expressões, as artes plásticas, o cinema, o teatro, as expressões corporais as mais variadas manifestações culturais afro-brasileiras, dentre outros. Parece-nos que essa abordagem seria impensável sem a articulação escola-sociedade, com clara opção pela vinculação entre a escola e as manifestações locais/regionais.

Como um processo de via de mão dupla, vale destacar a atuação da política cultural, através dos centros culturais, que difundem vários aspectos da cultura negra; as escolas garantem boa parte do público participante das oficinas promovidas. Por outro lado, é importante salientar que há uma relação de dependência mútua, uma vez que os centros culturais que promovem a maior parte dos eventos costumam garantir público através da participação das escolas. O que se verifica é a execução de uma agenda compartilhada que tem na escola uma forte ancoragem de difusão e implementação.

Esta comparação é confirmada pelo estudo de Patrícia Santana que conclui que os eventos escolares referentes à questão racial dependem da liderança de educadores negros ou engajados no movimento negro que muitas vezes chegam a promover sozinhos os eventos nas escolas. Em alguns casos, como o *Agbara Dundum* que ocorre na Escola Estadual Hilton Rocha, a escola cede o espaço e o movimento negro organiza - neste caso, o Centro de Cultura Popular do Bairro Primeiro de Maio.

Por outro lado, percebemos o surgimento de um “efeito Zumbi” que incentivou o trabalho em sala-de-aula com outros personagens negros e negros da história, e, que, por isso, passaram a entrar para a galeria dos “heróis” da história: João Cândido, Chica da Silva, André Rebouças, Cruz e Souza, etc. O Museu Afro Brasil, vinculado ao Ministério da Cultura, na Revista Pontão de Cultura de novembro de

2.010, publicou o texto de Antônio Parreiras, *“Por que festejar Zumbi se são tantos zumbis por aqui?”* que ilustra bem esse efeito Zumbi, ou melhor, divide sua “heroicidade” com outras personalidades importantes da luta pela afirmação da cidadania do negro no Brasil:

“Zumbi? Zumbi foi Cartola, na sua genialidade musical (...) foi Milton Santos, o grande doutor da Sorbonne (...) Foram João Cândido, Luís Gama, Teodoro Sampaio, Clementina de Jesus, Pixinguinha, Carolina Maria de Jesus, o beato José Lourenço, Henrique Dias, Grande Otelo, Dona Menininha do Gantois (...) são todos os negros, índios, mulatos, brancos, cristãos e afro-descendentes das periferias do Brasil (...) Rappin Hood, Jéferson D.”

Neste sentido, ilustramos o kit “A Cor da Cultura”, produzido pelo Ministério da Educação em parceria com a Petrobrás Cultural, distribuído nas escolas municipais através da capacitação de professores a partir de 2010. Neste kit, consta o documentário “Heróis de Todo o Mundo” contendo depoimento de várias personalidades negras da atualidade, interpretando outras personalidades que contribuíram para a história e luta dos negros brasileiros.

Refletindo sobre a heroicização, Pereira (2008, 37) chama a atenção para a contra-face da heroicização. O procedimento de eleição de personagens negros reproduz as mesmas práticas de glorificação de personagens presentes na história eurocêntrica?

No diálogo com a renovação do ensino de história, por exemplo, sinalizamos para a necessidade de observarmos o necessário rompimento com um ensino afinado com a heroicização de sujeitos e personagens – presença, aliás, bastante longa no ensino de história. De praticarmos um ensino de história voltado, sobretudo para uma compreensão dos processos e das interpretações históricas. Permanece, nesse novo cenário, todo o aprendizado advindo de movimentos favoráveis a um ensino de história marcado pela compreensão das controvérsias, adverso a interpretações monolíticas, generalizantes ou dicotômicas e pela mera glorificação de personagens (PEREIRA, 2008, p. 37).

Interrogamo-nos em que medida esta agenda social orienta-se em grande medida pela demanda social calcada pela militância negra, revelando também de

que forma as escolas vêm implementando a prática de ensino de história e cultura afro. Em que medida a positivação curricular, prevista pela 10.639/03 está fundamentada numa ação docente ou (o que parece estar ocorrendo) por uma ação social que orienta a dinâmica escolar.

Por outro lado, perguntamo-nos se haveria, também neste momento, uma espetacularização da memória como face privilegiada deste movimento de positivações.

Perguntamo-nos se há certa trivialização (Santomé, 2000) neste calendário de eventos: uma positivação de memórias e de identidades, mas sem acompanhamento de um debate/estudo da história e cultura afro-brasileira pelos professores e alunos. Perguntamo-nos se a face anterior da trivialização (o folclore, a comida típica, a contribuição do negro ao vocabulário do brasileiro) foi, nessa face renovada, substituída pela confecção de máscaras, pelo show. Em que medida a face renovada da abordagem da cultura afro-brasileira está acompanhada de um processo experimentado de forma compartilhada pelos professores que os leva ao estudo, pesquisa e formação para a abordagem mais integrada no currículo escolar da história e da cultura afro-brasileira e africanas?

Além disso, o fato de intensificação da abordagem da Lei 10.639/03 por ocasião do 20 de novembro (na forma de eventos como Dia, Semana ou Mês da Consciência Negra) cria também alguns emblemas.

Em primeiro lugar, garante que as escolas cumpram a Lei, evidentemente, e com agendas geralmente positivadas, em que há valorização da beleza negra, discussão de temas como racismo e desigualdade e oficinas as mais variadas, com ênfase em aspectos culturais (que, tendo visto os quadros acima poder-se-á visualizar uma preponderância de aspectos culturais sobre aspectos históricos). Nessa medida, o que se verifica é uma opção mais claramente culturalizada da abordagem da Lei do que propriamente uma abordagem em que há combinação de abordagem de aspectos históricos e culturais (se a prática da Lei se realiza, evidentemente, somente nestes momentos e não, como desejável, ao longo do currículo).

Em segundo lugar, como já foi dito, o privilégio de instituição de datas comemorativas, como é o caso, pode ao mesmo tempo positivar uma temática e secundarizá-la em outros momentos. Em que medida algumas escolas se desobrigam da tarefa de educar para as relações étnico-raciais e abordagem da história e cultura afro-brasileira e africana, tendo em vista o fato de que durante o 20 de novembro a temática já foi “tratada”? Em que medida essa efervescência de eventos oculta, na verdade, uma ausência da temática no currículo das escolas, ao longo do ano, e com abordagens interdisciplinares, resultantes de um processo coletivo de construção e adensamento formativo para os professores e alunos? Em que medida podemos supor que a localização da temática em eventos é sintoma de um isolamento da mesma ou de uma desvinculação da mesma do currículo formal das escolas?

Como alerta Pereira, 2008:

As datas cívicas, embora sejam ótimas oportunidades para a ressignificação pela escola de concepções históricas, não bastam se tomadas de maneira isolada, ao ensino de história numa perspectiva renovada. É preciso compor um universo de reflexões em torno delas (não somente as datas cívicas, mas todas aquelas ditas celebrativas), que integrem e potencializem as ações dos professores. Reafirma-se, nesse sentido, a relevância da demanda docente por integração de agendas compostas por ações integradas e periódicas, e não como se vê comumente, através de uma ação educativa realizada por meio de um calendário de eventos esporádicos, desconexos, não raro reduzidos a datas cívicas emblemáticas, como é o caso do dia “20 de novembro” (PEREIRA, 2008, p. 37).

Neste sentido, a análise de outros símbolos e estímulos à comemoração da data, no caso, as premiações, são importantes para a compreensão do esforço pela afirmação da memória afro-brasileira no contexto local e nacional como observaremos adiante.

CAPÍTULO 3

SOBRE HINOS E AS OPERAÇÕES DE MEMÓRIA

3.1. Reflexões sobre símbolos e memória histórica

Michael Pollak (1989, p. 3-15) reflete que a memória coletiva, objeto de estudo pioneiro de Maurice Halbwachs (Paris, 1968) é um fator de coesão social e formadora da “comunidade afetiva”, cuja forma mais completa é a memória nacional. Ao recuperar Halbwachs, Pollak denomina “comunidade afetiva” à possibilidade de que, através de diversos elementos e símbolos, ocorra a adesão a comunidades de pertencimento não pela imposição, violência simbólica ou coerção (como em alguns casos ocorre com a nação) mas por meio de adesão afetiva do grupo.

Porém, aponta que esta concepção é contestada no que classificou como memória subterrânea. Essa memória subterrânea é formada pelas memórias individuais, da resistência, dos grupos minoritários e discriminados. Nos momentos de crise surgem tensões em que essas memórias silenciadas encontram forças para se expressarem.

Com relação à tensão e contraste entre memórias coletivas e memórias individuais, e, sobretudo entre as memórias nacionais e as chamadas memórias subterrâneas, Pollak (1989, p. 14) reflete que “A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”.

Podemos dizer que a chamada memória subterrânea afro-brasileira reivindica seu lugar como comunidade afetiva e nesse caso específico, ocorre uma coesão no que se convencionou chamar de “movimento negro”, aqui entendido como o conjunto de todos os que lutam e se identificam com a necessidade de políticas afirmativas para a população negra brasileira. Esse movimento faz-se também por meio do uso da simbologia como instrumento de

afirmação política, muitas vezes usando símbolos de caráter cívico-patriótico, como no caso do Hino à Negritude.

Essa abordagem de valorização e compreensão do que seria uma memória subterrânea, é detectada através da história oral que privilegia a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias e se opõem à memória oficial ou nacional.

As memórias subterrâneas são na verdade memórias que foram silenciadas ou esquecidas no tempo em que predomina uma memória oficial, muitas vezes mais aceita ou consentida do que comum – a chamada “sociedade englobante” (Pollak, 1989, p.5) .

Porém, no momento em que os grupos minoritários conseguem se impor, principalmente em momentos de crise, é que acontece uma reviravolta tal como observamos no exemplo brasileiro, quando a idéia tão propalada da democracia racial é contraposta pela noção de política pública de promoção da igualdade racial, culminância da luta do movimento negro, reconfigurado pelos novos movimentos sociais da década de 80. Esta nova concepção se pautou pela resignificação das relações sociais, baseadas na alteridade e os direitos individuais, valorizando a pluralidade e a diversidade.

Contraditoriamente, o valor da memória afro-brasileira e africana no Brasil, traduzidos pelo movimento negro para subsidiar as políticas públicas, combina essa mesma concepção inovadora com a simbologia patriótica (hinos, datas celebrativas, personagens, heróis). Neste aspecto, o tensionamento e o embate dos defensores das novas políticas servem-se dos mesmos instrumentos pelo qual se configurou a estrutura questionada. Neste sentido, Pollak (1989, p. 8-9) reflete que:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separam, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (...) Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de

certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. (...) O problema que se coloca em longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do 'não-dito' à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples montagem ideológica, por definição precária e frágil.

Inferimos assim que os símbolos expressam uma dada conjuntura ou uma dada política que se localiza na fronteira entre as memórias que se colocam em disputa. As memórias marginalizadas que ocupam sua própria trincheira enfatizam os aspectos históricos e simbólicos que mais interessam para sua propagação. Estes símbolos estimulam ou inflamam a auto-estima do negro para que se coloque na condição de igualdade perante o "branco". A memória assim fica enquadrada para favorecimento de novas interpretações da história de luta e resistência dos negros no Brasil.

Emprestando um termo de Henry Rousso, Michael Pollak afirma que seria mais adequado chamar a memória coletiva de "memória enquadrada", perpetuada na história, tal como assinala:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 9-10)

O presente passa a colorir o passado para que os símbolos se tornem instrumentos didáticos para a afirmação e valorização das memórias afro-

brasileiras compreendidas como fruto da luta heróica dos negros ao longo da história brasileira.

Enaltecer a figura de Zumbi para além de seu papel descrito pelos próprios personagens históricos que o perseguiram no Quilombo dos Palmares ou a difusão de símbolos como o Hino à Negritude são exemplos dessa ação, assim como a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra que conjuga todas essas construções ideológicas e culturais, embora possam ser vistas como frágeis e precárias como apontadas anteriormente.

Pollak sintetiza que este trabalho de enquadramento da memória depende do momento conjuntural.

Nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. (1989, p. 11)

A manipulação da memória parece se valer dos mesmos mecanismos utilizados historicamente por uma suposta elite dominante, mas que, pelo menos no discurso pautado na diversidade e promoção da igualdade racial, parecem dar poder aos excluídos, à ancestralidade negra e indígena e uma necessidade de ampliação da cidadania tão reclamada. Na educação escolar, contudo, não podemos ainda avaliar os desdobramentos formativos que dessas escolhas possa advir.

A memória afro-brasileira se compõe da união entre cultura e identidade. Porém, Cuche (2002, pg.182) *apud* Santos (2010, p. 233) analisa que “a cultura pode existir sem consciência de identidades, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura”. Inferimos que a identidade se sobrepõe a cultura – neste caso, a identidade étnica se constrói ou se aproveita da cultura popular existente para se constituir como tal, de tal forma que, em conformidade com este autor, cita que “A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas (Cuche 2002 *apud* Santos, 2010, p. 235)”.

Citando Mattos e Abreu (2006, p. 51) sintetiza que a diferença entre os dois conceitos é que a cultura é o processo em si e as identidades são construídas a partir dela, dependendo da conjuntura histórica e das relações sociais. Esses conceitos tem sido “(re)apropriados e (re)significados na arena social, quando está em jogo a discussão sobre cultura e identidade afro-brasileira ou cultura e identidade negra” (SANTOS, 2010, p. 233).

Carvalho (1990, p. 93), ao traçar análises sobre o positivismo brasileiro que tentava criar um símbolo para traduzir o ideal republicano para as pessoas mais simples, acaba conseguindo seu feito justamente através da imagem de Nossa Senhora Aparecida, tornada padroeira do Brasil em 1904. Uma santa negra passaria para o imaginário popular a idéia da mátria – a pátria que gera seus filhos e cuida da sua formação moral cuja aparência negra representaria um novo tempo em que surgiria a raça brasileira como subproduto das outras e assim, estaria superado o passado escravo – eram as bases da chamada “democracia racial”: Nossa Senhora Aparecida, a negra e a Princesa Isabel, a branca traduziriam o ideário perfeito para essa assimilação popular. Segundo Carvalho:

Por problemática que também seja a capacidade da Aparecida de representar a nação, ela sem dúvida supera em muito a de qualquer outra figura feminina, ou mesmo de quase todos os símbolos cívicos. Além de deitar raízes na profunda tradição católica e mariana, apresenta a vantagem adicional de ser brasileira e negra, a léguas de distância da francesa e branca Clotilde. Nem mesmo a princesa Isabel lhe poderia fazer frente. A batalha pela alegoria feminina terminou em derrota republicana. Mas ainda, em derrota do cívico perante o religioso. (1990, p. 94)

Voltamos novamente a pensar no processo de constituições de identidades relacionado ao projeto político das ações afirmativas. Para Santos (2010, p.235) “os atores sociais também manipulam suas identidades em função de interesses e objetivos a atingir (...) a identidade é sempre a resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo”.

Neste ponto se insere nossa discussão sobre a influência da memória coletiva ou subterrânea na perpetuação do Hino à Negritude.

3. 2. Reflexões sobre símbolos na educação escolar brasileira

Elza Nadai e Circe Bittencourt, no texto “Repensando a Noção de Tempo Histórico no Ensino, afirmam que as figuras heróicas e as festas cívicas são símbolos que visam positivar o tempo presente pelo conhecimento do passado. “Permeando esta seqüência dos estudos sociais, os contatos com o passado da nação se faz pelas figuras heróicas, pelos eventos históricos das festas cívicas” (p.75).

Thaís Nívia Fonseca, ao analisar o mito construído na figura histórica de Tiradentes, sobretudo, sua manipulação durante a República ajuda-nos a entender como a construção de símbolos possibilita ao presente colorir o passado tal como lhe provém.

Santos (2010, p. 244) discute essa relação simbólica a partir da compreensão das identidades negras e a cultura e apreende de sua leitura de Abreu de Mattos (2003, p. 129):

Para discutir as relações entre identidades políticas negras e afirmações culturais, Abreu e Mattos (2008) recorrem ao conceito de “culturas políticas” discutido por Paul Gilroy, trazendo para a discussão a tensa relação entre políticas de autenticidade – que acompanham os processos de constituição de identidades negras nas Américas – e o “caráter desavergonhadamente híbrido” das culturas da diáspora. O conceito de cultura política contribuiria, então, para fugir à tentação dos essencialismos culturais e para ajudar a descortinar o fato de que: A construção de uma identidade negra positiva nas Américas não se fez como contrapartida direta da existência ou da “sobrevivência” de práticas culturais africanas no continente, mas como resposta ao racismo e à sua difusão nas sociedades americanas. (MATTOS, 2003, p.129)

Santos apresenta outro aspecto da constituição de símbolos a partir do surgimento de datas comemorativas, acontecimentos e os heróis e propõe a indagação em que seriam novos conteúdos ou velhas abordagens. Tal como no trecho abaixo:

há algumas décadas, o ensino de História vem sendo alvo de severas críticas, destacando-se a necessidade de ultrapassar uma abordagem pautada pela memorização acrítica de datas, acontecimentos, nomes de personagens e seus “grandes feitos, a serem celebrados a partir de um calendário cívico ou comemorativo. Tais questões devem ser levadas em consideração ao examinarmos algumas das “Determinações” apresentadas pelas Diretrizes, referentes tanto ao estudo de datas consideradas “significativas”, quanto à apresentação de uma listagem de nomes de personagens negros, africanos e afro-descendentes, que devem ser estudados, como exemplos da atuação de negros em diferentes áreas. (2010, p. 246)

Santos observa ainda que as datas, organizadas em calendários cívicos, ainda parecem ter muita força dentro da organização das atividades escolares, e apresenta algumas questões acerca desta constatação:

Seriam tais indicações uma reedição do chamado “ensino tradicional”, trocando-se apenas as datas e os personagens, sem alterar sua lógica e concepção? Que papel cumprem – ou ainda podem cumprir - as datas cívicas e/ou comemorativas e o estudo de personagens históricos? Em que medida, tais orientações podem contribuir para a cristalização de antigas abordagens e estratégias há muito presentes no ensino de História, e nas práticas escolares, em geral? (2010, p. 246)

Em seguida a mesma autora apresenta alguns riscos que esta abordagem simbólica afro-brasileira pode acarretar para o ensino de História tal como o concebemos através de uma visão atualizada.

Reconhecemos que as datas comemorativas podem ser boas oportunidades para se pensar os significados socialmente construídos em torno de alguns eventos históricos, podendo se transformar em momentos valiosos para a percepção de processos de reatualização – ou reconfiguração - de memórias históricas. Entretanto, um ensino de História que reforce uma perspectiva celebrativa, sem questionamentos e reflexões sobre a própria data como construção social e histórica – e, portanto, fruto de disputas e jogos de força entre grupos sociais distintos -, parece se colocar na contramão de um movimento em prol de um ensino de História capaz de desconstruir realidades fixas e, assim, ajudar a desnaturalizar o mundo social (SANTOS, 2010, p. 246).

3.3 Hino à negritude – o hino em diferentes tempos – memórias por entre musicalidades

A música tem sido um importante instrumento de luta para emergência das memórias subterrâneas da história, entre elas a questão racial. Através das letras e melodias, heróis são construídos, reconstruídos ou destituídos inclusive. Zumbi, por exemplo, foi exaltado na canção de Jorge Ben Jor, também interpretada por Caetano Veloso, “Zumbi”⁵⁴ que anuncia a chegada triunfal de Zumbi e diz que ele é o “Senhor das Demandas”. Podemos sinalizar que realmente a reconstrução de Zumbi como herói nacional pelo movimento negro da década de 90 consegue transformá-lo mesmo em senhor das demandas dos negros por cidadania, educação, cultura, saúde e participação política.

⁵⁴ disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=EUK0DHU902w&feature=related>, acesso em 24 de março de 2011.

E os Hinos – o que são e o que representam na história e na educação brasileira? Que papel desempenharam?

Iwaya assegura que "como toda prática humana, a educação também é constituída por ações de rotina e ações de ritual". Os hinos se inserem nessas ações ritualísticas que quebram a rotina das escolas - apesar de que, a execução do mesmo diariamente pode transformá-lo em parte da rotina escolar ou tal como descreve a própria autora ao mencionar um trecho da entrevista da professora Chloris (Iwaya, 2000, p. 5), "... quando as coisas vão ao extremo, elas se desgastam". Em seguida, chama a atenção para as festas escolares em que esses hinos e outros rituais são executados como estratégia para "chamar a atenção da população para a escola". As formaturas, neste sentido, funcionam como uma "entrega simbólica de novos profissionais" para a sociedade.

Os hinos foram introduzidos, na ritualização da experiência brasileira, sobretudo por tradições portuguesas, desde o período colonial, em situações vinculadas à experiência religiosa, com participação das bandas militares, sobretudo no período após a decadência da exploração aurífera (MARIANO DE CARVALHO, 2011, p.4). Muitos hinos fizeram parte da história brasileira, e podemos dizer que em sua maioria parecem relacionados à história-pátria e à exaltação da relação entre o Estado e a Nação.

Muito presentes na experiência escolar brasileira, os Hinos funcionaram, em especial em momentos de grande apelo cívico, como marcos unificadores de um registro de pertencimento da comunidade escolar à vida-pátria. Em vários momentos da história brasileira há oficialização de rituais escolares em que a execução de Hinos tornou-se obrigatória, sendo o Hino Nacional o mais exemplar, mas não somente ele. A participação do brasileiro à vida cívico-patriótica foi, em alguma medida, também mediada pela experiência escolar.

Os governos, incluindo o de D. Pedro I, não ignoraram o poder e papel dos Hinos, sendo que o Hino da Independência tem música de autoria do próprio D. Pedro em sua primeira versão. As migrações que este Hino à Independência sofre – de música de D. Pedro, interrupções de sua execução

até chegar à melodia do maestro Portugal e nova configuração de letra e harmonia são reveladoras de como os Hinos são considerados manipuláveis pelas operações da memória histórica e podem (e realmente são) reapropriados em circunstâncias posteriores à sua criação dos modos os mais diversos.

A história do Hino Nacional, suas apropriações, transformações e alteração de significado em cada época é também reveladora. Leiamos um pequeno texto a respeito:

“A música do hino é de Francisco Manuel da Silva e foi inicialmente composta para banda. Em 1831, tornou-se popular com versos que comemoravam a abdicação de Dom Pedro 1º. Posteriormente, à época da coroação de Dom Pedro 2º, sua letra foi trocada e a composição, devido a sua popularidade, passou a ser considerada como o Hino Nacional Brasileiro, embora não tenha sido oficializada como tal. Após a Proclamação da República, os governantes abriram um concurso para a oficialização de um novo hino, ganho por Leopoldo Miguez. Entretanto, com as manifestações populares contrárias à adoção do novo hino, o presidente da República, Deodoro da Fonseca, oficializou como Hino Nacional Brasileiro a composição de Francisco Manuel da Silva, estabelecendo que a composição de Leopoldo Miguez seria o Hino da Proclamação da República. Durante o centenário da Proclamação da Independência, em 1922, finalmente a letra escrita pelo poeta e jornalista Joaquim Osório Duque Estrada tornou-se oficial. A orquestração do hino é de A. Assis Republicano e sua instrumentação para banda é do tenente Antônio Pinto Júnior. A adaptação vocal foi feita por Alberto Nepomuceno e é proibida a execução de quaisquer outros arranjos vocais ou artístico-instrumentais do hino.” (Hino Nacional, Enciclopédia ilustrada da Folha, 2011).

Há, também, uma trajetória peculiar do “Hino ao 13 de maio”, contemporaneamente intitulado “Hino à Negritude”.

O Hino à Negritude foi composto em 1942 quando se consolidava a construção de uma nacionalidade (memória nacional) durante o governo de Getúlio Vargas. Com letra e música de autoria do Professor Eduardo de Oliveira, ativista histórico do movimento negro, atual presidente da Confederação Negra Brasileira.

O “*Hino à Negritude*” foi declarado oficial em Belo Horizonte através da Lei Municipal 10.111 de 23 de fevereiro de 2.011 no mesmo dia em que era sepultada a então coordenadora da COMACON (Coordenadoria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra), Maria das Graças Rodrigues. A publicação da lei ocorreu no dia seguinte no DOM (Diário Oficial do Município)⁵⁵. Eis o teor da lei:

Art. 1º - Fica oficializado, no Município, o Hino à Negritude, de autoria do Professor Eduardo de Oliveira, registrado sob o nº 137, a folhas 74 do Livro 17, na Escola Nacional de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e com letra constante do Anexo desta Lei.

“Parágrafo único - O Hino à Negritude deverá ser entoado nas solenidades oficiais relacionadas à raça negra.

A referida lei se originou de projeto de Lei 722/09 do vereador Geraldo Félix. No Diário Oficial do Município do dia 01 de março de 2011, na seção do Poder Legislativo – Câmara Municipal, a nova lei é destacada na matéria “Belo Horizonte ganha Hino à Negritude”.

O texto informa que o hino fora registrado na Escola Nacional de Música em 1966 com o título “*Hino 13 de Maio*”. Fica a dúvida se o autor sugeriu ou simplesmente concordou com este título, uma vez que atualmente, na condição de presidente do Congresso Negro Afro-Brasileiro, instituição que tem participado das discussões do movimento negro e social em torno das ações afirmativas, políticas de cotas, política pública de promoção da igualdade racial e apoiado as manifestações culturais e políticas em torno da comemoração do dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. A assimilação das recentes conquistas reflete a mudança do nome do hino que, torna-se “*Hino à Negritude*” com o subtítulo “*Cântico à Africanidade Brasileira*”. Compreendemos que a alteração do título do Hino expressa uma tentativa de alteração de sentidos, revelando os embates pela memória que, por meio dos símbolos, se

⁵⁵ Chama-nos a atenção inclusive, essa coincidência e a notável indiferença da COMACON quanto à aplicação da lei, incluindo o aparente desinteresse do proponente em sua regulamentação ou execução nas escolas.

realizam. Não há, certamente, ingenuidades no processo de alteração do título do Hino, que migra o foco de atenção do 13 de maio para a questão da negritude e da africanidade (aliás, palavras pouco ou nada praticadas à época de criação do mesmo).

Apesar da letra do hino apresentar a contradição de exaltar Zumbi e ao mesmo tempo dedicar o título original ao feito atribuído historicamente à benevolência da Princesa Isabel, o resgate do hino nos tempos atuais, marcado pelas políticas públicas afirmativas da população negra brasileira, omite esta alusão ao dia “13 de maio” e a substitui pela palavra Negritude que representa uma nova concepção, em consonância com a agenda dos novos movimentos sociais contemporâneos e do Movimento Negro em especial, com a afirmação da Consciência Negra e da Africanidade.

O movimento de retomada do hino vem ocorrendo paralelamente à luta do movimento negro, embora protagonizada por um setor que se apresenta como participante deste movimento em seu aspecto mais genérico.

Nacionalmente, tramitava desde 2007 o Projeto de Lei 2445 do deputado Vicentinho (PT-SP), oficializado definitivamente em 10 de setembro de 2009 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal sem a necessidade de votação em plenário. Porém, o relator, Gonzaga Patriota (PSB-PE), alterou o projeto de lei do deputado Vicentinho por entender que não era possível tornar obrigatória a execução da música. Dizia o deputado autor do projeto em questão: *“Não temos ainda símbolos que enalteçam e registrem este sentimento de fraternidade entre as diversas etnias que compõem a base da população brasileira”*⁵⁶.

Outras localidades do país passaram também a oficializar o hino, entre elas o Estado de Minas Gerais, através da Assembléia Legislativa, através da Lei nº 17.626 de 10 de julho de 2008, a Prefeitura Municipal de São Paulo também oficializou o cântico através da Lei 14.472, de 2007, que prevê

⁵⁶ extraído de <http://www.jocumdf.com/tag/brasil/>, acesso em 09 de maio de 2011.

que ele seja cantado em “todas as solenidades que envolvam a raça negra”, conforme discursou na assinatura o então prefeito Gilberto Kassab⁵⁷.

Compreendemos que a aceitação ou não de registros culturais depende da força simbólica que têm. Sendo assim,

algumas manifestações culturais consideradas como parte das matrizes afro-brasileiras passaram a ter um tipo de aceitação social e serem até reconhecidas como expressões da “cultura nacional”, sobretudo a partir do governo Vargas (1930-1945; 1950-1954). Outras, continuaram a ser fortemente estigmatizadas e rejeitadas socialmente, especialmente aquelas mais diretamente ligadas à práticas religiosas de matriz africana (SANTOS, 2010, p. 242).

No entanto, Carvalho (2001) se refere ao período varguista como desestimulador da comemoração do dia 13 de maio e aponta a Frente Negra Brasileira como perpetuadora do rito anual de comemoração da data naquele período. Oliveira (2009, p. 51), entretanto, faz uma releitura do caráter das primeiras comemorações do movimento negro no dia 13 de maio e afirma que o 13 de maio era um marco de reflexão para se alcançar uma “segunda abolição” que trouxesse elementos para dar completude à lei na direção da cidadania.

Passado o governo varguista, o hino ficou esquecido por muito tempo até ser registrado como “Hino ao 13 de Maio” em 1966, quando a ditadura militar promovia uma forte intervenção na organização escolar e introduzia elementos cívicos de forte cunho nacionalista, enaltecendo heróis e fatos históricos, ignorando a discussão dos processos e lutas que permeiam os próprios acontecimentos e fatos históricos. Ainda assim, não aconteceu uma campanha de popularização deste hino, principalmente nas escolas brasileiras. Provavelmente, o único avanço teria sido mesmo o registro oficial, apesar da mudança do nome.

⁵⁷ extraído de <http://www.joildo.net/artigos/hino-a-negritude/>, acessado em 09 de maio de 2011.

Porém, a memória subterrânea e considerada marginalizada pelo movimento negro, ressurgiu justamente no momento conjuntural em que a diversidade e a valorização dos direitos individuais das pessoas ou de grupos minoritários têm ganhado destaque na construção e consolidação das políticas afirmativas, não sem contradições.

O resgate do “*Hino à Negritude*” na atualidade se vale, paradoxalmente, de mecanismos de educação cívica para a formação do cidadão e da memória nacional. Entretanto, mesmo valores pré-concebidos em um dado contexto político e cultural podem ser instrumentos eficazes de transmissão de novos ideais e de outra natureza política. Desta forma, ressurgiu com o acréscimo de “Cântico à Africanidade Brasileira”.

Analisando a letra do Hino à Negritude, desperta a atenção ao fato de que, escrito em 1942, e, ainda, dedicado à comemoração da Lei Áurea por ter sido registrado como “Hino ao 13 de Maio”, evoca também a memória de Zumbi dos Palmares na condição de representante dos “negros de altivez” com um “soberbo perfil”, por seus feitos heróicos nos combates em Palmares que “traduziram” outras páginas para a história brasileira, contrariando a idéia corrente da passividade do negro por sua coragem e resistência aos grilhões da escravidão, conforme descreve a letra.

Não podemos deixar de observar que o hino fora escrito em 1942, auge do governo ditatorial de Getúlio Vargas, momento em que se afirmam as exaltações patrióticas e a inclusão de setores da população que sequer eram considerados brasileiros, como o povo negro. A inclusão de todos como trabalhadores da nação e “filhos” do “pai dos pobres” garantia um acesso à cidadania brasileira (ou “estadania”, como classifica José Murilo de Carvalho), simbolizada nas conquistas trabalhistas da época (carteira de trabalho, salário mínimo, repouso remunerado, férias, etc.). À época, o preconceito racial se tornava cada vez mais velado com a assimilação da idéia da democracia racial inspirada na obra clássica de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala*. O hino, por sua vez, mesmo que não intencionalmente, absorve essa idéia, pois parece transmitir a imagem de que o negro conquistou seu lugar e seu prestígio na sociedade por meio do trabalho, da luta e da altivez.

Quanto à música, disponível em áudio e vídeo através do endereço eletrônico “YouTube” (<http://www.youtube.com/watch?v=My9ZtN-TSrw>), trata-se de um dobrado militar.

A música caracterizada como dobrado possui ritmo eufórico e triunfante, entoada pelo próprio autor da letra, o professor Eduardo de Oliveira. Segundo Vinicius Mariano de Carvalho, em seu texto publicado pela UFJF, “História e Tradição da Música Militar”. A associação entre música e ações militares faz parte das práticas mais antigas da humanidade. A música servia como meio de comunicação no campo de batalha e também como elemento psicológico, “animando as tropas e atemorizando os inimigos” O autor descreve sua visão positiva sobre a música militar a partir da constituição das bandas:

Diferentemente de outros grupos musicais, as bandas militares têm um compromisso duplo. Um com a música enquanto arte, como mantenedores e atualizadores da prática de música de banda, mostrando um repertório que demonstre sua atualidade e capacidade de sobrevivência no tempo. Outro com a tradição da música militar, construída na história militar mesma.

Ainda segundo o autor (Mariano de Carvalho, 2011, p.4), o repertório tradicional das bandas “já entrou para a memória musical afetiva do brasileiro, que se alegra ao ouvir um dobrado ou uma marcha”.

Neste aspecto, podemos considerar que ao adotar o mesmo estilo – o dobrado militar, o Hino à Negritude se vincula à tradição (um recurso para sua aceitação social?).

O autor ainda afirma que os hinos nacionais têm origem na música militar, e, assim sendo, inferimos que o Hino à Negritude não se dissocia da idéia ou referência dos hinos nacionais. Se entendermos nação como identidade de um povo, vincula-se então a idéia de pertencimento do povo negro à nação brasileira, fato celebrado pelo hino à negritude.

Chama a atenção o fato de que a transformação do hino em lei é uma iniciativa de um vereador belorizontino e não de uma pressão do movimento negro reconhecido como tal. O vereador em questão, Geraldo Félix, é negro e

militar reformado – ou seja, possui uma leitura do fenômeno da negritude dissociado do movimento negro, mas concebido historicamente em concordância com os ideais inspirados pelo hino e seu autor.

Este fato talvez explique duas questões presentes no momento: a primeira é que a aprovação do hino não gerou (pelo menos não tem gerado) uma adoção nas escolas, nem mesmo em eventos solenes. Essa afirmação é decorrente do que observo, como docente, na Rede Municipal de Belo Horizonte. Essa não execução pode ser decorrente tanto do desconhecimento quanto do fato de que muitos professores consideram que o Hino é extemporâneo, inadequado à formação de crianças e jovens do mundo contemporâneo, ou, ainda, porque o Hino, em função de sua trajetória de criação e transformação em Lei, foi feito também à revelia das principais lideranças negras que atualmente se dedicam à implementação da Lei 10.639 na educação escolar de Belo Horizonte.

Embora sua oficialização seja recente (aliás, não ocorreu ainda a agenda do “20 de novembro”, por exemplo, depois de sua publicação em fevereiro de 2011, não há recepção do mesmo ou, ainda, uma movimentação social explícita no sentido de sua implementação. Salientamos ainda o fato de que não houve tempo para que o hino pudesse ser conhecido – o que poderia significar sua rejeição ou aceitação, visto que há de parte de muitos professores o clamor pela volta de alguns valores cívicos diminuídos após o período de redemocratização do país, principalmente após a Constituição de 1988.

O fato é que o Hino está presente na atual conjuntura como um emblema marcante das linhas de força que compõem o universo tenso, plural e esgarçado da memória afro-brasileira, com suas apropriações e embates. Sua ausência nas escolas também é reveladora das opções pedagógicas do momento. Poderíamos dizer que há rejeição, nas escolas, de tradições que remontem ao passado e a componentes formativos vinculados à história militar brasileira?

O “Hino à Negritude” explicita ideais de valorização étnica, tal como observamos no trecho: “Belo e forte, na tez cor de ébano,/ Só lutando se sente feliz.”

Perguntamo-nos em que medida essa afirmação de força e beleza negras sofreu transformações no tempo, no Brasil. Em que medida essa apropriação contemporânea a nós evidencia, mais do que os sentidos de força e beleza dos anos 40 (diferentes, certamente dos novos), evidencia como as ideias migram de sentido. Que novos significados estão hoje postos para beleza e força do povo negro? O que, contemporaneamente a nós, pode significar a ideia de luta e de felicidade – só lutando se sente feliz... Migrações mediadas pelo tempo e pelas novas lutas que se configuram no cenário brasileiro, sobretudo a partir dos anos 80.

O hino também evoca a memória da luta e resistência do povo negro brasileiro, além da necessidade de preservação dos símbolos através da história: “Que saibamos guardar estes símbolos/De um passado de heróico labor.”

Assim, este hino, reativado no século XXI, figura como mais um subsídio para a difusão do que se convencionou chamar de Consciência Negra, ou seja, uma estratégia que visa ao amadurecimento da população negra em sua autovalorização pessoal e social. Sabemos, contudo, das migrações de sentido que a própria palavra símbolo expressava nos anos 40, e, ainda, o sentido do labor heróico para aqueles anos. E, hoje, que novas significações trará? Será de fato tornado um ícone ou a lei que o cria cairá no silêncio? Que outras manipulações simbólicas sofrerá no processo?

Por outro lado, há que se observar não ser fruto de uma reivindicação de setores organizados do movimento negro, mas de iniciativas do legislativo de várias cidades que resgataram um instrumento do passado que não encontrou em sua época um papel de destaque como se vislumbra a partir da sua conversão em lei como veremos adiante.

Para justificar a necessidade da lei, a matéria “*Belo Horizonte ganha Hino à Negritude*” (publicada no texto de abertura do Diário Oficial do Município do

dia 01 de março de 2011, na seção do Poder Legislativo – Câmara Municipal), acrescenta que

No Estado de Minas Gerais, o hino já é oficial desde 2008. Em âmbito federal, a medida foi aprovada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados em 2009 e atualmente tramita no Senado. Se aprovada nas duas Casas, o hino será considerado oficial em todo o território nacional. (DOM, 2011)

Acompanhando mais a repercussão da lei, em 02 de março de 2011, a coluna “*Blequitude*” do Jornal “*O Tempo*” destaca a importância da lei e a história da criação do hino:

“Composta em 1942, quando Eduardo de Oliveira ainda estava com 16 anos, a letra do hino faz menção a fatos marcantes da história do negro no Brasil, como a presença questionadora de Zumbi dos Palmares, uma liderança importante para refletir sobre os movimentos de resistência. A canção, de acordo com Eduardo de Oliveira, eleva a participação dos afro-brasileiros na constituição da nação. Essa presença, às vezes, reduzida em razão do estigma da escravidão, é contraposta, como ele observa, pelos versos que destacam a força e altivez dos negros que também afirmaram uma postura reativa diante do contexto de opressão (p.18).”

A manipulação da memória parece se dar pela assimilação de valores cívicos facilmente personificados em figuras heróicas. A construção do mito de Zumbi dos Palmares é muito parecida com a estratégia utilizada pela República ao exaltar Tiradentes, antes ignorado pela Monarquia. Há, nesse caso, a mesma operação sugerida por Santomé, 2000, quando classifica de souvenir à atribuição, pelas operações da memória, à tradução num ícone à representatividade de um processo ou luta mais abrangente.

O professor Eduardo de Oliveira, autor do Hino à Negritude e também presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB) confirma essa afirmação em depoimento para a mesma matéria do jornal apresentada acima:

“É preciso reconhecer que Zumbi dos Palmares foi posto ao lado de Tiradentes no panteão da nossa história (idem).”

Em entrevista para o jornal “O Tempo”, o vereador Geraldo Felix confirmou que a idéia surgiu em um encontro nacional do seu partido – o PMDB em Brasília, quando conheceu o Professor Eduardo Ferreira de Oliveira e ouviu o hino, além de descobrir que várias cidades do Brasil já haviam adotado o mesmo.

Além de Belo Horizonte, mais de cem municípios já aderiram ao ‘Hino à Negritude’. Das capitais brasileiras, Maceió, São Paulo, Cuiabá e Campo Grande também já incluíram a composição como parte oficial da programação das solenidades importantes para se pensar a trajetória negra. (*O Tempo*, 02/03/2011)

A Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra (COMACON) deu parecer favorável ao projeto de lei relativo ao Hino à Negritude, baseado justamente no precedente da existência destas cidades que já possuíam a referida legislação⁵⁸.

Ao tratar da cultura cívica escolar, Gallego (2010) analisa que

(...) o civismo permeava várias atividades escolares, como por exemplo, as aulas de história, os rituais de hasteamento da bandeira nacional, os hinos pátrios aprendidos nas aulas de música e apresentados em ocasiões solenes e as festas comemorativas de eventos ou de homenagens aos heróis nacionais, como as datas: 21 de abril, comemoração dos precursores da Independência, 7 de setembro, data do ‘Grito do Ipiranga’, 15 de novembro, proclamação da República e 19 de novembro, festa da bandeira nacional. (2010, p.134)

No caso do Hino à Negritude percebemos estratégia similar, porém revertendo os símbolos para servirem mais como instrumento de afirmação e

⁵⁸ Informação obtida por telefone com Valéria, integrante da equipe da Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 10 de março de 2011 às 10 h.

positivação da luta e memória dos negros brasileiros do que necessariamente exaltar a pátria.

Carvalho (1990, p.9) afirma que o espírito de uma revolução usa a educação pública como instrumento de formação das almas. A arte foi o primeiro artifício para formar as almas republicanas: “... as artes deviam inspirar-se em idéias grandiosas e úteis. Seu fim não era apenas encantar os olhos, mas, sobretudo, contribuir para a educação pública, penetrando nas almas”.

Oliveira (2010, p. 95) afirma que a expressão *beleza negra* tem sua origem no movimento negro, tal como exemplifica e questiona: “(...) *Concursos de “beleza negra”, camisas com frases como ‘100% negro’, ‘negro é lindo’, foram transformados pelo mundo capitalista em mercadoria, longe de seus significados originais.*” Na página seguinte completa que

O conceito de “beleza negra” tem origem nos movimentos de afirmação do movimento negro nos EUA, na década de 1960, com as lutas pelos direitos civis e o contexto da descolonização do continente africano e a luta contra o *Apartheid*, na África do Sul. Valorizar a beleza negra, nesse contexto, era superar a colonização, seus mitos, imaginários e práticas (OLIVEIRA, 2010, p.96).

Assim, Oliveira (2010, p. 96) associa a beleza negra ao exemplo estadunidense, sobretudo, com o surgimento dos movimentos de valorização estética – *african american*. Segundo ela, “Com o estilo de cabelo “*afro*” ou *black power*, associados a um tipo de música, roupa e contestação política, os movimentos culturais de valorização do negro ultrapassam as fronteiras dos EUA e ecoam no Brasil.” Baseando-se em Gomes 2005, Oliveira , 2010, p. 299, apresenta a utilidade da expressão para as políticas afirmativas:

A beleza negra se apresenta como uma ideologia racial, gestada no interior da comunidade negra, na tentativa de devolver ao negro brasileiro, que vive o aqui e o agora, o status de humanidade roubado desde os tempos da escravidão.

Essa observação de Oliveira nos auxilia na compreensão das opções recentes encontradas na execução da agenda do 20 de novembro nas escolas. Perguntamo-nos em que medida essa agenda suplanta também o 20 de novembro, permitindo a valorização da beleza negra desde a experiência cotidiana.

O “resgate” do Hino à negritude na atualidade se vale de mecanismos de educação para a formação do cidadão segundo valores pré-concebidos em um dado contexto político e cultural, marcado pela assertividade do movimento negro na defesa pela superação do racismo e da desigualdade e pelas políticas de ação afirmativa. Coaduna-se o Hino (com toda a sua simbologia histórica) a esses novos ideais?

Pensemos sobre os desdobramentos que uma possível regulamentação desta lei possa ter no âmbito escolar. Isso vai depender do grau de envolvimento dos setores públicos responsáveis por sua implementação direta e da atuação de lideranças capazes de tirar a lei do papel e transformá-la em instrumento de transmissão de uma dada “leitura de mundo”, ou, além disso, de concepções socialmente construídas pelo múltiplo e complexo movimento negro.

Essas concepções se inserem na discussão sobre memória, suas manipulações, tensões e também os silenciamentos. Poderíamos dizer que, marcado por contradições, a obrigatoriedade de execução do Hino à negritude (incluindo, neste sentido as comemorações do 20 de novembro nas escolas) expressa, também pelo seu silenciamento nas rotinas escolares, os emblemas deste momento de positavações e ativação de memórias consideradas mais adequadas à formação de crianças e jovens para uma convivência sem hierarquias, convivência para a igualdade das relações étnico-raciais – mas no qual há ações e conteúdos considerados inadequados.

Pensemos, também, que o fato de serem os Hinos vinculados a tradições militares e cívicas pode ser diretamente influente na sua aceitação ou não aceitação por professores e profissionais da educação que, no século XX, lutaram pela superação dos registros autoritários (ou vinculados a tradições autoritárias) na educação escolar, com destaque para os movimentos,

concepções e afirmações feitas no sentido de consolidação de um ensino de história mais plural, vinculado a tradições democráticas e cidadãs.

Arrisco afirmar que no contexto da época em que o Hino à Negritude foi apresentado pela primeira vez, correspondia ao sentimento ufanista e carregado de civismo que se valia da marcha militar como um símbolo apropriado, combinando inclusive com o nascedouro do mito da democracia racial - em uma comparação: se as raças no Brasil se dão muito bem entre si, porque não a memória afro-brasileira ser executada ao som de um dobrado militar?

Haveria sujeitos, grupos e movimentos mais autorizados à implementação de políticas voltadas à valorização da negritude, à educação étnico-racial nas escolas? E na sociedade?

CAPÍTULO 4

SOBRE PREMIAÇÕES E EDUCAÇÃO ESCOLAR

4.1. Sobre premiações e uma educação das relações étnico-raciais na escola

O que são as premiações?

O que elas denotam?

Que impactos há na implementação de políticas públicas por meio de premiações de experiências escolares?

Parece-nos que as premiações vinculadas à experiência escolar têm como objetivos a valorização de experiências bem sucedidas, tornando-as visíveis e reconhecíveis como modelos-sínteses bem elaboradas que podem inspirar outras experiências.

É muito emblemático, portanto, que o recurso à premiação seja utilizado no sentido da promoção de uma educação étnico-racial e memória e história afro-brasileiras, temáticas que, durante longos anos ficaram invisibilizadas, silenciadas ou, ainda, interdidas no currículo escolar.

Ao tornar visíveis essas temáticas, valorizando boas experiências, o Estado gera recursos simbólicos para valorização de experiências bem sucedidas, orientando, desta forma, a que outras escolas também nelas se inspirem. Trata-se de uma operação valorativa implicada com a difusão de experiências tornadas, então, de certa forma, modelares.

Ao premiar experiências vinculadas à prática da Lei 10.639/03, a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da Secretaria de Educação e núcleos voltados às relações étnico-raciais implementam ações com vistas à efetivação da importância da temática na escola. Além disso, as premiações permitem criar zonas de discernimento – entre as escolas e educadores – do que pode ser considerado recomendável às demais escolas e o que não pode ser considerado modelar.

Ao analisar tanto os editais e portarias (além das comissões de análise) que regulamentam o Prêmio Paulo Freire, além, também, dos seus resultados,

poderemos compreender os rumos, orientações, fundamentos e desdobramentos previstos pelo mesmo para as escolas e educadores do município nesse sentido.

As premiações aparecem neste momento pós-lei 10.639/03 como incentivo para efetivação da legislação e suas conseqüências práticas. Além disso, ao possibilitar a exposição de idéias inovadoras e compartilhamento de experiências, abre-se um campo fértil para o aumento da produção teórica tanto do ponto de vista acadêmico, com a colaboração dos movimentos sociais e da produção pedagógica com a participação do corpo docente.

Pereira (2008) chama a atenção para a composição da Lei 10.639/2003 em três eixos: história e cultura afro-brasileira, história e cultura africana e educação das relações étnico-raciais na escola. A aplicação da lei na prática pedagógica, no cotidiano escolar, promove a consciência negra e as ações afirmativas com reflexos fundamentais para superação do racismo na sociedade brasileira.

Gomes (1996) chama a atenção para o novo momento no quadro da produção teórica acerca da relação entre Educação e Sociedade pela qual, além de pesquisadores, os profissionais da educação e integrantes dos movimentos sociais produzem reflexões sobre “as várias dimensões do fenômeno educativo”, conforme assinala:

Um novo olhar vem sendo lançado sobre as questões que se referem aos processos sócio-culturais como a construção de referências de identidade, o peso das vivências culturais, os diferentes modos de ser e agir que os diversos grupos sociais constroem no interior das classes, as múltiplas relações e significações que os sujeitos estabelecem no seu contato com o mundo do trabalho (GOMES, 1996, p. 85).

A introdução de novas temáticas como educação e cultura, diversidade étnico-racial e relações de gênero enriquecem a produção teórica educacional diante do esgotamento das macro-abordagens da relação escola/sociedade e a constatação de que a escola é de fato um espaço de diversidade étnico-cultural.

A dimensão cultural é vista como um fator que colabora na garantia da educação escolar como um direito social e na compreensão da sua relação com o universo simbólico e com o mundo do trabalho.

Considerando que pais, alunos e professores são sujeitos sócio-culturais que levam para a escola sua concepção de mundo marcada por valores morais, religiosos, tradições, preconceitos, segundo suas identidades profissionais, sexuais e étnicas, Gomes (1996, p. 87) levanta alguns questionamentos para o lugar da produção acadêmica onde todas essas dimensões repercutem um processo tenso e conflituoso:

- por que existe tanta resistência, no campo da Educação, quanto à inclusão de temáticas como culturas, raça/etnia e relações de gênero nas abordagens educacionais?
- por que ainda não se aceita que, a partir dessas temáticas, poderemos eleger novas categorias de análise para estudarmos a escola brasileira?
- e por que ainda se desconsidera a importância da dimensão cultural na vida dos diferentes sujeitos presentes na escola?

Essa produção teórica voltada para a diversidade produz efeitos na prática a partir da introdução de pedagogias alternativas que atentam para as demandas colocadas pelo movimento negro e comunidade negra em geral. Neste aspecto, Gomes (1996, p. 88) demonstra que essa demanda se relaciona com uma identidade de raça, construída historicamente nos espaços sócio-culturais de manifestação daqueles que transitam onde os valores culturais do negro são preservados e que assim se reconheçam. Entretanto, o processo de aculturação e ocultamento da vida dos sujeitos negros, imposto pelo racismo brasileiro tornaram essa construção da identidade de raça fragmentada e contraditória, embora tenha se afirmado nessa condição.

Gomes (1996, p. 89) aponta alguns caminhos para que escola e diversidade étnico-cultural se tornem um diálogo possível. O primeiro deles é o investimento na formação de professores. O segundo é o atendimento às demandas históricas do movimento negro no campo educacional: revisão

historiográfica, inclusão da História da África nos currículos, material didático voltado para o combate ao racismo, discriminação racial e de gênero: revisão dos livros com imagens e textos estereotipados e inclusão da questão racial nos currículos escolares – inclusive afirma que a identidade nacional foi construída com base na negação da cultura negra.

O conteúdo da Lei 10.639/2003 e os esforços do atual governo federal em torná-la efetiva e assimilada pelas escolas brasileiras contemplam essas inquietações e proposições da professora Nilma Lino Gomes. Os eventos escolares nos dias, semana ou mês da Consciência Negra, os cursos de formação de professores e as premiações relacionadas com o tema (Prêmio Paulo Freire, Educar Para a Igualdade Racial, Criatividade na Comemoração do dia 20 de Novembro, etc.) tem sido um esforço para fazer com que a educação escolar se torne um espaço potencial para a promoção da Igualdade Racial e combate ao preconceito racial e cultural.

As premiações revelam experiências bem sucedidas. Valorizam a criatividade e investimento da escola, bem como o esforço pessoal dos professores e estudantes. Porém, há um risco de estabelecimento de uma arena competitiva que pouco contribui para a assimilação da política pública na rotina escolar – a não ser pontualmente, por ocasião da aproximação das datas comemorativas ou inscrição para o prêmio.

4.2. A influência do Prêmio Paulo Freire nas Comemorações do dia 20 de novembro nas escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte

O Prêmio Paulo Freire foi criado, na década de 90, pela prefeitura de Belo Horizonte com o objetivo de valorizar projetos inovadores no campo educacional que contemplem atitudes de inclusão e diversidade. A conjuntura era a da implantação do Programa Escola Plural que possuía os mesmos objetivos, inspirados inclusive nas idéias do patrono homenageado pelo prêmio: o educador Paulo Freire.

O prêmio Paulo Freire, através do lema "*Quem gosta de educar tem seu jeito de ensinar*" tinha como objetivo principal incentivar práticas inovadoras de ensino. A premiação é dada de acordo com as seguintes categorias: Alfabetização e Letramento; Arte e Educação; Informação, Ciência, Tecnologia e Comunicação; Objetivos do Milênio: Qualidade de Vida; Integração Família e Escola; Diversidade Cultural e Promoção da Igualdade Racial⁵⁹.

Este último item, "Diversidade Cultural e Promoção da Igualdade Racial" será nosso objeto de análise a partir dos dados coletados em escolas que concorreram ao prêmio nos anos de 2005 e 2006, pelos quais tivemos acesso à documentação.

As escolas ficam sabendo do prêmio através de ampla divulgação através de edital publicado no Diário Oficial do Município e notas na mídia impressa, radiofônica e televisiva. A equipe avaliadora do prêmio é composta por representantes de seguimentos educacionais variados, ligadas a fundações e instituições acadêmicas, outras redes municipais e a rede estadual de ensino⁶⁰.

Ao analisarmos a Portaria que institui o Regulamento do Prêmio, identificamos as suas mínimas diretrizes para orientação aos professores.

O Regulamento do Concurso Prêmio Paulo Freire 2005/2006, publicado no Diário Oficial do Município em 25 de novembro de 2005 em seu Art. 1º define como objetivo do mesmo a valorização dos professores da Rede Municipal de Ensino e a socialização de experiências pedagógicas significativas em seis temáticas: alfabetização e letramento; Diversidade Cultural/Protagonismo Juvenil; Promoção da Igualdade Racial – objeto específico desta análise; Ciência e Tecnologia; Inclusão de Alunos com Deficiência; Arte e Educação.

⁵⁹ Extraído do Diário Oficial do Município, edição 3280, 12/02/2009.

⁶⁰ A Comissão Julgadora do Prêmio Paulo Freire 2005/2006 conforme Portaria SMED 026/2006, publicada no DOM de 18 de março de 2006 (Anexo II desta dissertação): Miguel González Arroyo – Presidente; Anderson Fabian Higino; Bartolomeu Campos Queirós; Consuelo Dores Silva; Gil Amâncio; Iria Melgaço; José Ferreira Belisário; Luiz Humberto Garcia de Oliveira; Maria das Graças Costa Val; Maria Inez Toledo; Raquel B. Junqueira Guimarães; Samira Zaidan; Santuza Abras; Tacyana Karinna Arce Rodrigues; Vera Lúcia Domingos dos Santos.

O artigo 11 definia que “os trabalhos inscritos deverão ser o relato de um projeto pedagógico” com síntese, justificativa e objetivo, dentre outros procedimentos de formatação. A justificativa deveria levar em conta o contexto sociocultural em que a escola se insere, perfil dos alunos participantes do projeto, coletivo envolvido no projeto e como dado significativo ou elucidativo de uma opção por premiar experiências que, ao contrário do currículo turístico, vinculam-se ao principal documento que rege a vida escolar e que está ligado à realização curricular mais permanente, exigiu-se a descrição de como o trabalho se inseriu no projeto pedagógico da escola. Como objetivo do trabalho, determinou-se que se expressassem em competências, habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos com os alunos. Também era necessário descrever os conteúdos curriculares trabalhados, metodologias e procedimentos, bibliografia consultada e uma avaliação do professor e do coletivo das impressões deixadas pela execução do projeto na escola.

Outro dado significativo diz respeito à valorização de experiências de trabalho coletivo, o que também permite pensar que a Comissão Julgadora privilegiou projetos gerados por grupos e não por um professor apenas. Nesse critério está embutida a possibilidade de superação – pelo debate e confronto entre pares – de preconceitos, estereótipos e tergiversações – é no coletivo que estas questões são checadas, experimentadas e, evidentemente, também superadas.

Verificamos que a equipe julgadora do projeto tem, em maioria, evidente vinculação acadêmica, o que também contribuiu para definição do perfil dos premiados. A comissão julgadora também é composta por escritores, artistas e professores, em maioria, o que define e orienta o perfil também dos projetos agraciados, definindo, de certa forma, critérios considerados valiosos para premiação de experiências bem sucedidas.

Através do Núcleo de Relações Étnico-Raciais da SMED, acessamos documentos (projetos, relatórios, ofícios, folders) de escolas candidatas ao Prêmio Paulo Freire 2005/ 2006. Os projetos pertencem às escolas da rede

municipal de Belo Horizonte: ESCOLA “A⁶¹” (Regional Leste), ESCOLA “B” (Regional Norte), ESCOLA “C” (Regional Nordeste), ESCOLA “D” (Regional Barreiro), ESCOLA “E” (Regional Leste), ESCOLA “F” (Regional Norte) e ESCOLA “G” (Regional Pampulha).

As escolas em questão apresentaram documentos-sínteses elaborados objetivamente para concorrerem ao concurso e, assim sendo, não podemos tomar as ações descritas como sendo a realidade do cotidiano da escola que possui um ritual próprio e sujeito a mudanças no decorrer do processo como, por exemplo, saída de professor referência do projeto, ausências, mudança na direção escolar ou política de governo, dentre outras.

Optamos por analisar a documentação referente ao período 2005/2006, considerando a disponibilidade deste material para consulta e considerando ter sido a primeira edição do prêmio após a Lei 10.639/2003 como já abordada anteriormente.

Essa edição do prêmio em questão, na categoria “*Promoção da Igualdade Racial*”, ainda sem o acréscimo “*Diversidade Cultural*” da edição seguinte (conforme descrito no início deste capítulo) obteve a seguinte classificação final:

TEMÁTICA - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

1º Lugar - África Bondosa Mãe (Desconstruindo o preconceito racial - uma alternativa pedagógica para a promoção da igualdade racial) – Escola “E”

⁶¹ No tratamento dos folderes e cartazes de eventos de Comemoração do 20 de novembro foram mantidos os nomes das Escolas envolvidas por tratar-se de informação de ampla circulação, publicizada em veículos de informação em geral, na Smed e nas escolas. Trata-se, portanto, de informação pública. Na análise e descrição dos Projetos premiados e não premiados no Prêmio Paulo Freire foi mantido o anonimato das escolas e professores/as participantes por tratar-se de informação de circulação restrita haja visto o fato de que os documentos consultados integram material de análise da equipe julgadora do Prêmio Paulo Freire. No caso dos demais prêmios, por tratarem com informações públicas, optamos pela identificação das escolas e professores/as.

2º Lugar - Construção e ressignificação de valores e identidades nas relações étnico-raciais em uma escola de infância de tempo integral de Belo Horizonte - Escola "C".

3º Lugar - Contos, cantos e recantos - Histórias africanas - Escola "D".

4º Lugar - Eu sou diferente! E quem não é?! - Escola "B" .

5º Lugar - Cultura e Consciência negra - Uma intervenção pedagógica para a promoção da igualdade racial no cotidiano escolar - Escola "A".

Apresentamos em seguida as escolas vencedoras do prêmio na edição do Prêmio Paulo Freire do ano de 2005/2006 para analisarmos o entendimento das mesmas acerca das inovações pedagógicas decorrentes da implantação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais em consequência da Lei 10.639 de 2003.

1º LUGAR

A Escola Municipal "E" apresentou projeto através de uma equipe de professores que participaram do Projeto Ações Afirmativas da UFMG (Projeto de Extensão Identidades e Corporeidades Negras – Oficinas Culturais FAE/FALE) com o título *"África, bondosa mãe (desconstruindo o preconceito racial – uma alternativa pedagógica para a promoção da igualdade racial)"*. O projeto teve como diferencial o trabalho interdisciplinar. Para o grupo de professores, a proposta deveria contemplar:

um momento de formação envolvendo adolescentes do Taquaril, professores da Escola Municipal "E", agentes culturais do bairro com experiência na luta anti-racismo, com o objetivo de sensibilizar e reforçar a valorização étnica dos afro-brasileiros,, levando-os a romper barreiras e silêncios, através da visibilidade positiva da cultura e história da população negra brasileira (p. 5).

O grupo de professores trabalhou com os temas: saúde do povo negro, estética e corporeidade. Usou livros do kit escolar, “Negro, qual é o seu nome?” e Almanaque Afro-Pedagógico.

Através da oficina Corpo e Ritmo: Dança e Percussão, esta concepção de negritude se materializou, através de dois elementos (corpo e percussão) para reforçar a identidade dos adolescentes e ao mesmo tempo, incentivar e valorizar a cultura afro-brasileira. Outra oficina considerada pelos autores como muito importante para essa elevação da auto-estima foi a Oficina de Fotografia pela qual eram formadas duplas que se revezavam no papel de “retrato” e “retratista”.

A referida escola também envolveu todos os funcionários no projeto, além dos professores de todas as disciplinas que assumiram papéis específicos. Apesar de a escola atender a uma comunidade majoritariamente negra e de baixa renda, a justificativa do projeto aponta para o combate à discriminação racial:

Há um grande número de alunos na Escola Municipal “E” e para esses a escola é mais um espaço onde grandes batalhas são enfrentadas. Geralmente estigmatizados pelo racismo, os negros são alvo de ‘brincadeiras’ e apelidos nada carinhosos, que afetam sua auto-estima, mesmo que aparentemente haja uma ‘aceitação’ delas (p. 6).

Como resultado do projeto, os professores avaliaram que embora no ano seguinte a execução do projeto tenha ficado restrita a alguns professores, além da perda do tempo coletivo de reunião que afetou toda a rede municipal a partir de 2005. Porém destacam como fator mais notável o engajamento de vários ex-alunos da escola que participaram do projeto em 2004 em movimento culturais e sociais do Taquaril e retornaram à escola propondo parcerias.

Este projeto nos permite dialogar com o conceito de negritude uma vez que seus proponentes afirmam que o projeto *“por ser um trabalho educativo, cultural, questionador, tem como finalidade aprofundar a discussão sobre a negritude, através da representação positiva do negro no universo visual, literário e subjetivo, ao mesmo tempo em que busca criar ainda uma relação*

com a comunidade do Taquaril com outras realidades e possibilidades.” Assim, a idéia de negritude permanece vinculada à idéia da corporeidade assumida como padrão diferenciado de beleza, positivado, o que nos confirma outro trecho da síntese do projeto:

... espera-se com isso criar e ampliar as oportunidades para que os adolescentes possam reconstruir e ressignificar sua identidade: redescobrimo-se negro, resgatando a solidariedade étnica, a cultura, o modo e a beleza de ser negro (p. 6).

2º LUGAR

A ESCOLA “C” apresentou projeto com o título *“Construção e Ressignificação de Valores e Identidades nas Relações Étnico-Raciais em uma Escola de Infância de Tempo Integral de BH”*. Foi trabalhado, a partir da inauguração da escola, com a educação infantil e primeiro ciclo, um método criativo em que as crianças receberam um boneco negro muito parecido com um bebê de verdade. Assim, descreveram o impacto da iniciativa:

A presença de um boneco negro, um dos poucos brinquedos que havia inicialmente, agitou as crianças, todos queriam brincar com ele, meninos e meninas de todas as idades e até mesmo alguns pais que intrigados teciam comentários sobre o fato de tê-lo confundido com uma criança. A disputa pelo boneco foi grande o ano inteiro: pediam para brincar com ele e devolviam-no no final do dia. “Com o tempo o bebê passou a ficar alguns dias em cada sala e seu processo de socialização era administrado pelas próprias crianças (página 2)”.

Além disso, a inauguração da biblioteca contou com um patrono negro, o contador de histórias Roberto Carlos Ramos e as crianças ouviram contação de histórias. Participaram de rodas de capoeira, fizeram leituras nos livros do kit escolar e atividades com a *Revista Raça Brasil*, além de músicas sobre a temática com a participação do Bloco *“Oficina Tambolelé”*. Com as turmas de 4

e 5 anos fizeram um trabalho denominado “*A partir do reconhecimento de si e do outro*” que consistia no uso do espelho para o reconhecimento e valorização das características físicas próprias, seguida de rodas de conversas que abordavam também os “gostos e desgostos individuais”.

Ao final do processo as conversas passaram a abordar diretamente o significado da comemoração da “Semana da Consciência Negra” e o papel de Zumbi dos Palmares, sendo utilizados relatos sobre a “*Marcha Zumbi + 10*” ocorrida em Brasília no dia 22 de novembro de 2005 em alusão aos 10 anos da primeira marcha e uma revista em quadrinhos lúdica, denominada “*Toinzinho apresenta Zumbi e o dia da Consciência Negra*”. Durante a programação, surgiram atividades de valorização da beleza negra, sobretudo na estratégia do “salão de beleza” que privilegiou as tranças e cortes étnicos. No projeto, os professores relatam do quanto foi impactante também a aparição de um Papai Noel Negro no último evento do projeto de teor natalino.

Na síntese do trabalho, a escola foi apresentada como a primeira escola da infância de tempo integral e como parte do seu Projeto Político Pedagógico a elaboração de atividades permanentes sobre as relações étnico-raciais e diversidade cultural. As 230 crianças atendidas pela escola foram situadas como vulneráveis socialmente e a maioria negra ou mestiça com renda familiar média de um salário mínimo. A escola possui 6 profissionais participantes do curso “História da África” do Projeto Ações Afirmativas da UFMG.

Alguns grupos artísticos famosos participaram do projeto: “Tambolelé”, “Maculelê” e “Meninas de Sinhá”. Entre vários objetivos expostos, destacam-se as propostas de “*desconstruir o ‘pré-conceito’ em relação às músicas, histórias e danças de origem africana, que são muitas vezes desqualificadas pela sociedade e tradicionalmente associadas ao mau*”, “*apreciar a estética étnica, que também é bela: roupas e cabelos, como uma possibilidade e, opção que deve ser respeitada*” e “*desmistificar a figura e a estética das crianças negras e/ou não brancas em relação ao toque corporal do outro*”. Assim definem a centralidade da proposta político-pedagógica em consonância com as questões raciais:

A proposta curricular centrou-se no desenvolvimento de estratégias de (re)construção e ressignificação de identidades étnico-raciais positivas com a valorização da cultura, da história e da corporeidade do povo negro africano e afro-descendente objetivando com ele dar início a um processo de maior reconhecimento e respeito pelo povo negro trabalhando as subjetividades das crianças negras e brancas (página 4).

Na avaliação, os autores do projeto destacaram o envolvimento dos funcionários, boa aceitação da comunidade e a mudança que o projeto causou na vida das crianças:

Para além do esperado, percebemos que as relações dentro e fora de sala de aula se tornaram mais humanas entre crianças/crianças, crianças/adultos e adultos/adultos; menos xingamentos como: “macaca”, “o cabelo dela é feio” e gozações para com as crianças negras (página 5).

Segundo professores que coordenaram o projeto, a estratégia utilizada colaborou para o reforço da alteridade como instrumento de elevação da auto-estima das crianças.

Analisamos que foi determinante para a premiação em segundo lugar dada a essa escola a vivência dos professores em um ambiente acadêmico em que puderam estudar com mais profundidade as questões das ações afirmativas e a questão racial no Brasil.

3º LUGAR

A Escola “D” apresentou projeto com o título “*Contos, Cantos e Recantos – Histórias Africanas*”. Este projeto se deu no segundo semestre de 2004, em período oposto ao projeto anterior. Foram trabalhados livros do autor Rogério

Andrade Barbosa: Chico Rei, Zumbi, entre outros. O projeto envolveu o segundo ciclo escolar e trabalhou conteúdos de história e língua portuguesa, incorporados no Projeto Político-pedagógico da escola. Ainda no que diz respeito aos livros, buscou-se também conhecer a história dos personagens da história de resistência do povo negro no Brasil, especialmente Chico Rei e Zumbi. No tocante a este último, foi desenvolvido um jogo de xadrez representando a batalha de Zumbi contra o bandeirante Domingos Jorge Velho:

De um lado do tabuleiro Zumbi e os quilombolas, do outro lado Domingos Jorge Velho e seus soldados. O tabuleiro e os peões foram confeccionados pelas crianças. Criaram coletivamente um pequeno texto informativo que serviu de legenda para cada lado do campo. Foi só jogar e torcer, o problema é que ninguém queria ser soldado de Domingos Jorge Velho (p. 4).

Bertold Brecht, um dos poetas mais citados pelos militantes de esquerda no Brasil, encampou uma frase que criticava a construção de heróis: *“Pobre do povo que precisa de heróis!”* No entanto, percebemos que o enaltecimento de personagens negros para mostrar à sociedade que houve resistência negra no Brasil tem sido uma estratégia comumente adotada pelo movimento negro, pelas políticas públicas voltadas para ações afirmativas em todos os setores da sociedade. Pereira (2008), ao tratar os desafios do ensino de história no contexto imediato à Lei 10.639/2003, expõe que:

Se, por um lado, então, a nova legislação referenda deslocamentos presentes de maneira dispersa no campo do ensino de história, (...), como a necessidade de valorização de temáticas sub-representadas ou abordadas de maneira equivocada (...), dela também advêm alguns dilemas com os quais o ensino de história vem lidando há certo tempo (...). Referimo-nos, por exemplo, à mitificação de personagens, ao privilégio de datas e eventos em detrimento da compreensão de processos históricos e suas transformações, ao ensino de conteúdos históricos com vistas à mobilização de consciências... (2008, p. 23-24)

A professora Thaís Nívia de Lima Fonseca, em sua tese de doutorado pela USP em 2001, *“Da Infâmia ao Altar da Pátria – Memória e Representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes”* discute como se construiu o mito de Tiradentes, considerado herói nacional, mas que já teve seus dias de “vilão”. Cita inclusive uma pesquisa realizada com estudantes de ensino fundamental e médio publicada no jornal *Folha de São Paulo* de 23/04/2000 que, diante da pergunta “Qual é o maior herói brasileiro de todos os tempos”, obteve o quarto lugar, atrás de Ayrton Senna, Getúlio Vargas e Pelé.

Carvalho (2004) ao analisar a construção do mito de Tiradentes na República, enfatiza a importância dos heróis como símbolos da memória oficial ou marginalizada:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. (...) Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. (...) Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado⁶².

Fonseca (2001, p.15) mostra como a construção de heróis se fundamenta na necessidade de formação de uma memória nacional:

Tema delicado, a memória tem tomado a atenção de muitos autores e suscitado o desenvolvimento de muitos trabalhos de relevo, em variadas perspectivas. A discussão que interessa, no momento, é a que diz respeito à memória elaborada como suporte de uma história nacional, a construção de determinadas representações e suas possíveis associações com a memória coletiva. A memória está ligada, neste caso, aos sistemas de poder, uma vez que sua manipulação permite o controle de determinados

⁶² Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*. 14ª ed., 2004, Cia. das Letras, p.55

grupos sobre outros, facilita a legitimação de práticas e de discursos, mesmo que não seja absolutamente imposta.

O CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades lançou no ano de 2010, em São Paulo, o livro Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, organizado por Hédio Silva Jr, Maria Aparecida da Silva Bento e Mário Rogério Silva. Na apresentação da obra, assinada pelos organizadores, já alfinetam o uso de astros e personalidades negras da atualidade para justificar a chamada democracia racial:

Em 1990, ano que marca o fim do apartheid e a eleição do presidente Nelson Mandela, na África do Sul, as elites brasileiras não hesitavam em invocar alegremente o nome de astros negros do futebol ou da MPB, tratando-os como provas incontestes da democracia racial: não haveria racismo no Brasil porque a população negra, representando metade dos brasileiros, deveria contentar-se com um ou dois negros famosos no mundo do entretenimento⁶³.

Assim sendo, a premiação desta escola entre as melhores, tendo apresentado um trabalho desenvolvido na perspectiva da construção de heróis negros e até vilões, como no caso apresentado do jogo de xadrez em que os alunos não queriam estar do lado de Domingos Jorge Velho, mas de Zumbi, representa essa releitura da participação de figuras heróicas na história brasileira, ainda que para resgatar uma memória subterrânea e silenciada.

Enfim, consideramos que a Escola, através deste projeto acima mencionado, figurou como a única entre as premiadas a desenvolver alguma proposta relacionada à história afro-brasileira, ainda que restrita a contos africanos e biografia de heróis negros. A história afro-brasileira não aparece como foco nos projetos apresentados na edição 2005/2006 do Prêmio Paulo Freire, justamente a primeira premiação após a publicação e implantação da Lei 10.639/2003.

⁶³ SILVA JR., Hédio. BENTO, Maria Aparecida. SILVA, Mário Rogério. Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Publicação do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, São Paulo, 2010, p. 11.

4º LUGAR

A ESCOLA “B” apresentou projeto com o título “*Eu sou diferente! E quem não é?!*”. Trabalhou na primeira fase com livros do kit escolar que abordam a questão da auto-estima do negro: “*Menina Bonita do Laço de Fita*”, “*As tranças de Bintou*” e “*Bruna e a Galinha d’Angola*”. No segundo momento, trabalhou com a corporeidade dos alunos, através de aulas de dança afro e capoeira, com duração de quatro meses⁶⁴. Ao final, a própria professora avaliou:

“A mudança de postura e respeito aos colegas, tornou-se evidente. Apelidos desagradáveis, não existiam e caso acontecia, os alunos da turma interviam contando o que aprenderam e como todos são especiais – Tudo é uma questão de se conhecer, diziam – Atitudes como essa foram observadas por pais e professores, que chegaram ir à sala de aula para saber mais a respeito das personagens e do trabalho que as crianças comentavam nos corredores da escola e em casa. Os livros das historinhas trabalhadas começaram cada vez mais serem procurados na biblioteca e entre os colegas. Ver uma sala diversificada, com alunos orgulhosos da sua família e da sua história se percebendo como seres iluminadamente especiais, foi a maior conquista (2004, p. 2)”

Notamos novamente que as escolas aproveitaram a temática da consciência negra para amenizar a histórica desigualdade de tratamento afetivo existente na educação entre professores e alunos e entre os mesmos. Desta forma, a aceitação do outro extrapola a questão da cor para incorporar tudo o que é diferente entre as pessoas. A corporeidade, através de aulas de dança-afro e capoeira, tem sido uma prática buscada frequentemente pela sua eficácia imediata, embora não possa garantir uma mudança efetiva que requer uma formação mais abrangente do ponto de vista cultural e estrutural.

⁶⁴ As aulas contaram com a participação especial de um professor de dança e um de capoeira.

5º LUGAR

A Escola Municipal "A" apresentou projeto com o título "Cultura e Consciência Negra - Uma intervenção pedagógica para a promoção da igualdade racial no cotidiano escolar". Utilizou os parâmetros curriculares – Temas Transversais com o objetivo de conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, as diferentes linguagens (verbal, musical, corporal, gráfica, etc.), articulando as diferentes áreas do conhecimento para compreensão da sociedade brasileira como formação de diferentes etnias e culturas – cada disciplina apresentou sua metodologia de trabalho. Entretanto, foram trabalhados alguns eixos comuns para cada ciclo.

Segundo consta no projeto, à página 2, o primeiro ciclo trabalhou com o poema de Adão Ventura: "*Para um Negro*", o segundo ciclo trabalhou com as personalidades do povo negro que foram importantes para a história brasileira (Zumbi, Dandara, João Cândido, Mestre Bimba, Chica da Silva, etc.) e o terceiro ciclo trabalhou com a representação de mitos, símbolos e diversidade cultural através de cartazes, painéis, dança, palestras de hip-hop e atividades com uso do Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro. O projeto foi o quinto colocado e teve, como destaque, a integração de áreas para comemoração do dia 20 de novembro, tal como descreve:

O Projeto 'Semana de Cultura e Consciência Negra' envolveu todos os setores da escola. Biblioteca (pesquisa e exposição), Secretaria (comunicação e infra-estrutura), Cantina (merenda especial – feijoada), Coordenação (registro fotográfico e internet), Serviços Gerais (apoio técnico, confecção de roupas e apresentação), Professores (organização e planejamento), Direção (infra-estrutura, recursos materiais e financeiros); e Comunidade (palestra, apresentações e equipamentos).
(p. 6)

6º LUGAR (MENÇÃO HONROSA)

A Escola “D” também apresentou projeto com o título “*Arte e ensino: crianças construindo sua identidade na diversidade étnico-racial*”. A área do conhecimento norteadora do projeto foi a disciplina “Artes”, mas envolveu também geografia, história e educação física e contemplou o 1º ciclo no primeiro semestre de 2004. O projeto teve como objetivo principal a construção da identidade dos alunos participantes a partir do reconhecimento das semelhanças e diferenças entre si, conhecendo a si e ao outro através da singularidade do desenho seu ou do colega. O referencial se deu através do papel da arte na educação em sintonia com a Lei 10.639 – (mais uma vez é frisada a questão da obrigatoriedade da legislação). A importância da arte para a apreensão da diversidade é assim expressa:

... o ensino da arte é essencial na educação para a diversidade, assumindo uma dimensão ética, pois expressa, particularmente, as diferenças com suas infinitas possibilidades de comunicação, pois contém, ao mesmo tempo, na própria expressão de determinada singularidade sociocultural, sua universalidade, sua humanidade (2004, p. 3).

Foram trabalhadas reproduções de artistas de várias nacionalidades e uma revista de fotografias da UNICEF com crianças de vários lugares do mundo. Os alunos fizeram uma exposição de painéis pintados com base neste material. Realizaram aulas denominadas “Corpo em Movimento” com brincadeiras, jogos teatrais e coreografias de danças das etnias européia, africana, asiática e indígena. Na avaliação do projeto destacou-se a forma lúdica como as crianças internalizaram as noções de semelhanças e diferenças – embora no processo não tenha se mostrado de forma tranqüila. A percepção da auto-estima melhorada das crianças negras é relacionada ao conhecimento de personagens negros positivados nos contos africanos, revistas e ilustrações.

L.G. se desenhou olhando no espelho e se coloriu com o lápis preto. Os colegas se surpreenderam e ele respondeu: “Eu sou preto mesmo”. Por acaso eu sou branco? (2004, p. 4).

A proponente aproveitou o exemplo para externar no projeto a reflexão sobre a idéia da democracia racial no Brasil. Segundo a mesma, urge a incorporação no currículo de ações que levem à construção de conhecimentos sobre a África em sintonia com a história brasileira, e, a incorporação de atividades que elevem a auto-estima das crianças negras.

Embora este projeto da mesma escola premiada em terceiro lugar, tenha figurado entre as menções honrosas, mais uma vez destacamos a opção pela valorização da afetividade e da elevação da auto-estima de crianças negras.

7º LUGAR

A Escola Municipal ESCOLA “F” apresentou projeto com o título “*Projeto Festifé*”, realizado em sua segunda edição com o objetivo de minimizar a violência local. Foi organizado pelas turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Trabalhou a questão religiosa e bibliografia sobre a questão da violência.

A questão da violência tem sido o ponto que mais reforça a discussão da existência do racismo no Brasil, sobretudo no que diz respeito à constante divulgação de dados extraídos das notícias policiais de jornais de ampla circulação que mostram que a maioria entre os que matam e os que morrem são negros. Quanto à questão religiosa, embora não haja no projeto um detalhamento de como se deu essa abordagem, posso afirmar, de minha experiência docente, que este tem sido um ponto sensível no trabalho escolar, sobretudo quando se toca na chamada religiosidade afro-brasileira vista sobre vários estereótipos (macumba, feitiçaria, etc.), além, também, de resistências de fundo religioso, como preocupações com atitudes proselitistas por parte dos professores.

EXEMPLO DE PROJETO DESCLASSIFICADO

A Escola “G” apresentou projeto, executado nos anos de 2003 e 2004 com o título “*Eu e o Poder das Virtudes*” com a duração de dois anos. Os estudantes confeccionaram um livro e fizeram pesquisa sobre valores e virtudes. A autora destaca como virtudes trabalhadas o amor, a temperança, bom humor, gratidão, responsabilidade, amizade, perseverança, trabalho, humildade, simplicidade, justiça, generosidade, paciência e entusiasmo. Em sua própria avaliação do projeto a autora destaca o crescimento individual e coletivo dos alunos, mas descreve que “*outros necessitam de mais tempo para se encontrarem e perceberem que são virtuosos e cheios de valores*” – porém, não menciona o perfil destes alunos. Será que são negros? Ao final os alunos da turma dessa professora receberam um certificado com os dizeres:

“Participou do Projeto ‘Eu e o Poder das Virtudes’ resgatando valores e virtudes, desenvolvendo aspectos sócio-afetivos, a construção da autonomia, a importância da auto-estima e do autoconhecimento. Demonstrou ser um aluno(a) dedicado, comprometido, paciente e perseverante concluindo o projeto proposto com garra e determinação. Parabéns! Você é um vencedor e um ser humano especial! (2004, p. 2)”

Este projeto não foi classificado, pois a comissão avaliou que não trabalha a questão étnico-racial. Mencionamos como exemplo, entre outros que foram desclassificados, para ilustrarmos que o trabalho da temática étnico-racial nas escolas provoca variadas assimilações com as perspectivas individuais de professores que, ao se preocuparem com a elevação da auto-estima, acabam contrariando princípios norteadores das políticas de promoção da igualdade racial e ações afirmativas em vigor. Além disso, ele também denota uma opção

orientada por pressupostos morais, ou melhor, de cunho moralizante, que foi o que mais destacou como problemático do projeto a comissão avaliadora.

4.3. O que nos dizem os resultados do Prêmio Paulo Freire?

Percebemos que todos os projetos apresentados, em menor ou maior grau, buscaram contemplar a necessidade de inclusão no currículo da temática racial, a cultura africana e afro-brasileira, além da experimentação de estratégias inovadoras que buscassem a convivência entre os alunos sem atitudes de preconceito e discriminação, buscando, sobretudo, a elevação da auto-estima das crianças negras e desenvolvimento da afetividade e do respeito à diferença. Observamos que, do tripé da Lei 10.639/08 fica mais evidente a abordagem da superação do racismo e muito pouco evidente uma preocupação em desenvolvimento, concomitante, do ensino de história africana ou afro-brasileira.

No caso da educação das relações étnico-raciais, a opção de boa parte dos projetos premiados recaiu sobre a valorização da memória de populações e pessoas negras, por um lado, e sobre a positivação da corporeidade negra no universo cotidiano dos alunos, com propostas voltadas ao ver-se e ser visto como pessoa negra de forma positivada e auto-afirmativa. As opções educativas premiadas denotam um cuidado com o rompimento com o silenciamento em situações de racismo e discriminação e com a desnaturalização de brincadeiras racistas e preconceituosas entre as crianças, jovens e adultos.

A opção pelo trabalho pedagógico com a corporeidade negra e afro-descendente é marcante, uma estratégia que visa ao rompimento com silenciamentos históricos e com a invisibilidade negra, além de uma valorização da ludicidade cultural e identitária das crianças e jovens. Nesse caso, parece-nos que há um diálogo com a história africana e afro-brasileira, pela via pedagógica, já que o silenciamento e a inferiorização foram as principais linhas de força utilizadas pelos colonizadores no longo processo que gerou o Brasil e suas exclusões.

No caso da história afro-brasileira, como já avaliamos, ficou também evidente que a opção pela valorização de personagens negros na história pode chegar à heroicização, o que, ao que parece, também foi compreendido pelos avaliadores do programa como estratégia pedagógica valorosa.

No caso da História Africana, verificamos a presença de abordagens em que a via de entrada foi, muitas vezes, o mito literário. Supomos ser essa opção decorrente primeiramente do fato de que nas bibliotecas públicas municipais há disponibilidade de kits literários nos quais há variedade de títulos sobre mitologia, lendas e contos africanos. Em segundo lugar, também supomos que a opção pelo estudo da África pela literatura decorre do fato de que nas escolas e mesmo nos currículos de formação docente ainda não chegaram, com a qualidade requerida, materiais e oportunidades formativas adequadas para uma história africana em perspectiva renovada. Em terceiro lugar, concordando com Pereira, 2008 e Santos, 2010, supomos que a adoção da história e cultura africanas pela via da recuperação de mitos, lendas e contos africanos deve-se a certo esvaziamento da história e opção por abordagem cultural como opção pela positivação de memórias – mas não acompanhada de uma análise ou conhecimento de aspectos que certamente fazem a história mas que são considerados negativos ou traumáticos para crianças e alunos negros.

Em parte dos projetos premiados destaca-se o papel formativo das Universidades, sobretudo da UFMG, na promoção de ações articuladas nas escolas, com opção por propostas que articulem a ação pedagógica de vários professores, unindo e fazendo dialogar várias áreas do conhecimento. Além disso, como verificamos em capítulo anterior, está presente, na ação pedagógica voltada à prática da Lei 10.639 a articulação entre as escolas e os centros culturais e instituições, grupos e sujeitos considerados capazes de auxiliar a escola na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial. Podemos afirmar que não necessariamente é o movimento negro o principal ou único interlocutor neste processo, mas que está presente. Podemos também afirmar que a opção da comissão julgadora parece recair sobre projetos que não tenham cunho moralizante, competitivo ou punitivo.

4.4. O Selo de Educação Para a Igualdade Racial



No esforço de promover a implementação da Lei 10.639/2003 e aumentar o número de escolas que comemoram o dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra, o Ministério da Educação - MEC, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e o Ministério da Cultura têm buscado a criação de premiações de âmbito nacional.

A SEPPIR, em parceria com o MEC e outros parceiros, criou um selo para premiar as escolas e órgãos públicos como reconhecimento do mérito pela implementação da Lei 10.639/2003 e as políticas públicas educacionais de promoção da Igualdade Racial.

São consideradas políticas públicas educacionais de promoção da Igualdade Racial aquelas que visam a superação do preconceito na escola, em todas as suas manifestações, especialmente no que se refere à cor da pele que se configurou na história brasileira como uma marca da memória clandestina que Pollak (1989, p.5) chamou a atenção quando em um dado momento ocorreu uma “irrupção de ressentimentos acumulados no tempo”.

A parceria envolvida na criação da comenda é descrita no texto do Diário Oficial do Município de Belo Horizonte em 21/03/2011:

O Selo é uma parceria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), firmada com a

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD), a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).

No dia 21 de março de 2011, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, a Escola Municipal Florestan Fernandes de Belo Horizonte, representada pela diretora Patrícia Santana, destacada entre outras escolas do país, recebeu da Presidente da República Dilma Roussef e Ministra Luiza Barros da SEPPIR, no Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, esta comenda denominada oficialmente “Selo Educação para a Igualdade Racial 2010” que, na concepção propõe que na sala-de-aula e demais ambientes dentro e fora da escola sejam construídos conhecimentos que valorizem o patrimônio histórico e cultural dos povos negros do Brasil e da África e a diversidade como “marca característica da sociedade do país”⁶⁵. Além do selo, as escolas premiadas recebem broches, kit de livros de história e literatura afro-brasileira, estandarte e diploma.

A lista de premiações contemplou 16 agraciados, entre escolas e secretarias municipais e estaduais de educação⁶⁶.

Observamos nessa ação o uso das mesmas estratégias utilizadas para as demais datas comemorativas no calendário escolar no que diz respeito à composição de um ritual cívico. Entretanto, no caso dessa comenda, reflete ainda um esforço para efetivação de uma lei que, embora tenha sido fruto da luta e articulação do movimento negro, ainda não se “popularizou” amplamente na rotina escolar. A implementação da Lei 10.639 ainda é um esforço de direções escolares e professores ideologicamente comprometidos com a

⁶⁵ Extraído da página principal do Diário Oficial do Município de Belo Horizonte em 21 de março de 2011.

⁶⁶ Contemplados com o Selo: Número de Unidades Escolares: 08; Número de Escolas Quilombolas: 03; Número de Secretarias Municipais de Educação: 07; Número de Secretarias Estaduais de Educação: 01; Número Total: 16 instituições. A lista dos agraciados pode ser extraída da página da SEPPIR na internet: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/Selo%20Educacao%202010.pdf>, acesso em 24/03/2011.

causa, principalmente negros e o incentivo dado aos primeiros agraciados tem o papel de multiplicar o número de “concorrentes” para as próximas edições.

O Edital do Prêmio Educação para a Igualdade Racial procurou facilitar a participação das experiências de escolas e órgãos gestores da educação pública, porém, incentivando idéias criativas e inovadoras, bem como a coerência com os princípios da política pública de educação para a igualdade racial.

O anexo 1 do Edital, denominado “Metas Norteadoras do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, para as Instituições” buscou subsidiar os participantes com instruções para uma participação qualificada na seleção ao prêmio. As metas foram divididas nos seguintes eixos: fortalecimento do marco legal – clara intenção de promoção da Lei 10.639/2003; formação de gestores e profissionais da educação; políticas de material didático e para-didático; gestão democrática e mecanismos de participação social; avaliação e monitoramento; condições institucionais.

Cada eixo possuía atribuições diferentes para as unidades escolares, secretarias municipais de educação e secretarias estaduais de educação. No que diz respeito ao fortalecimento do marco legal, por exemplo, as unidades escolares deveriam atender a dois requisitos básicos: possuir no seu projeto político pedagógico um currículo adequado ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e alteração de seus manuais, diretrizes e demais documentos norteadores dos currículos da Educação Básica para o ensino das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana.

No eixo das políticas de formação de gestores e profissionais da educação, o edital condiciona a participação a órgãos estatais da área educacional que criaram programas de formação para essa temática descrita anteriormente e às unidades escolares a participação de seus profissionais nos processos formativos.

O eixo da materialidade verificou nas unidades escolares seu acervo didático e para-didático sobre a temática e nos órgãos educacionais a produção e suprimento destes bens.

O eixo da gestão democrática e mecanismos de participação social observou as trocas entre as unidades escolares e instituições para o compartilhamento de experiências e ações para implementação das leis 10639/03 e 11645/08 e a construção coletiva de alternativas de gestão e suporte de recursos.

Através do eixo da avaliação e monitoramento buscou-se, prioritariamente entre os órgãos gestores da educação pública, observar os mecanismos de supervisão e monitoramento das políticas aqui apontadas, divulgação e coleta de dados que contribuem para o debate e formulação de políticas de equidade. Na mesma medida, através do eixo “Condições Institucionais”, os órgãos públicos educacionais foram avaliados segundo a capacidade de criar e ampliar equipes técnicas responsáveis pela implementação e acompanhamento das leis aqui mencionadas, melhoria da rede física e materialidade, com destaque para as comunidades quilombolas.

No anexo 2 do Edital, denominado “Elementos de atividades formativas” foram elencados elementos considerados importantes para a definição dos projetos participantes: criatividade, inovação, continuidade, sustentabilidade, registro, acervo, memória, protagonismo juvenil, interdisciplinaridade e participação comunitária. Cada elemento ou palavra-chave recebeu uma descrição conceitual.

No primeiro quadro, distinguiu-se criatividade e inovação. A criatividade foi descrita como um processo mental de geração de novas idéias que podem se tornar um novo produto ou a solução de um problema. A inovação foi descrita como a habilidade de utilizar técnicas e instrumentos disponíveis com incorporação de valores e competências que contribuam para a redução de custos e melhoria da qualidade.

O segundo quadro do anexo 2 apresentou a dualidade entre continuidade e sustentabilidade. A continuidade foi descrita em seu sentido próprio e cronológico, enquanto a sustentabilidade ligada à noção ambiental de restituição dos recursos consumidos, de tal forma que o suprimento das necessidades da geração presente não pode afetar a possibilidade do mesmo pelas gerações futuras.

O terceiro quadro tratou do trio registro, acervo e memória. O registro foi descrito como o ato em si de anotar, gravar, fotografar e descrever. A memória foi conceituada como a faculdade de conservar ou readquirir idéias, imagens e lembranças. O acervo relaciona-se com a idéia do patrimônio ou herança de um legado coletivo.

Em mais três quadros separados foram apresentados os conceitos de protagonismo juvenil, interdisciplinaridade e participação comunitária. Através do protagonismo juvenil, o jovem passa a ter um papel ativo e construtivo na escola ou comunidade. A interdisciplinaridade se pauta pela interação entre as disciplinas escolares que podem se tornar um projeto de educação para a igualdade racial, por exemplo, otimizado e qualificado segundo uma base única. A participação comunitária se baseia no relacionamento da escola com o público externo que se beneficia dela como espaço público da comunidade.

As conceituações ora expostas serviram como instrumento de avaliação dos projetos apresentados para o prêmio e mais do que isso, possibilitou um diálogo com as definições que são coletivamente construídas na construção do conhecimento.

Destacamos entre os agraciados, a Escola Municipal Florestan Fernandes⁶⁷, única premiada entre os concorrentes de Belo Horizonte. A escola foi representada pela diretora Patrícia Maria de Souza Santana. No texto de apresentação, o destaque inicial é dado à localização da escola:

“... está localizada na Regional Norte da cidade de Belo Horizonte que possui número significativo de lares chefiados por mulheres; grande contingente de população negra e o maior número de famílias beneficiadas pelos Programas Bolsa Escola e Bolsa Família do município.”

A referida escola foi a primeira da cidade construída em projeto arquitetônico concebido dentro do Programa Escola Plural. Na região onde está localizada não há opções de outros espaços públicos de encontro além da escola. Trata-se de uma região periférica da cidade, distante dos locais que

⁶⁷ A divulgação do nome da escola agraciada se deve à publicidade que já foi dada à mesma por ocasião da premiação.

concentram serviços. A maioria dos estudantes é negra, sendo que a escola mantém a vocação de trabalhar a pluralidade e diversidade em seu plano pedagógico, cujas ações foram elencadas para pleitear o prêmio:

“Realizou cursos, oficinas e palestras; levou alunos à área de descendentes de quilombolas e às cidades históricas de Ouro Preto e Sabará, buscando observar aspectos relativos à produção artística, à escravidão e à resistência negra; trabalhou com kits de literatura afro-brasileira enviados pela Secretaria Municipal de Educação e expandiu o acervo da biblioteca escolar com a assinatura da Revista Raça, a aquisição de livros e de diversos vídeos sobre o tema. A escola promoveu ainda a leitura de livros de autores negros e negras e o estudo das culturas afro-brasileiras; exibiu filmes sobre o tema; organizou a sala fotografias de personalidades negras, exposição de livros, jornais, jogos; prestigiando as produções dos alunos, em várias linguagens, apresentados como culminância dos trabalhos voltados para o combate ao racismo e à valorização da cultura afro-brasileira realizados em sala de aula durante o ano.”

Em todo o Brasil foram agraciadas apenas 07 Secretarias Municipais de Educação com o Selo, dentre elas a SMED – A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Na justificativa da premiação foi destacada a política de distribuição de kits escolares de literatura com a temática afro-brasileira e o fato de que a cidade de Belo Horizonte possui ampla oferta de atividades culturais, incluindo o FAN – Festival de Arte Negra.

Justifica o Selo à Secretaria Municipal de Belo Horizonte, no texto-síntese do Selo⁶⁸:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO
HORIZONTE - MG

⁶⁸ Disponível em <http://www.seppir.gov.br/arquivos/Selo%20Educacao%202010.pdf>, acesso em 20 de março de 2011.

Representante: Secretário Adjunto de Educação, Afonso Celso Renan Barbosa.

Fundada em 12 de dezembro de 1897 Belo Horizonte é hoje a terceira maior capital do país, do segundo maior estado brasileiro em densidade populacional negra, com uma população estimada em 2.452.617 habitantes (segundo IBGE/2009). Ressalta-se na cidade a marca de variadas tradições culturais e festivais de dança, teatro, circo, destacando o FAN - Festival de Arte Negra que acontece bienalmente.

Em 2004 foi constituído por Portaria o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero com o objetivo de implantar a Lei nº 10.639/09 e inserir o debate sobre as questões de raça e gênero na educação municipal, por meio da formação de docentes, de gestores e da produção de material. Nesse ano iniciou-se a política de distribuição do Kit de Literatura Afro-Brasileira composto por 56 títulos e acompanhado por um livro de resenhas das obras para incentivar a leitura e o trabalho em sala de aula.

A distribuição dos Kits de Literatura Afro-Brasileira aconteceu em 2004, 2006, 2007 e 2009. Para a distribuição desses Kits de Literatura Afro-Brasileira, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, adquiriu 379 títulos que foram distribuídos para 186 escolas e para a Biblioteca do Professor totalizando 70.499 exemplares com o objetivo de subsidiar teórica e instrumentalmente a implantação da Lei nº 10.639/03.

Salientamos que os dois projetos estão aqui destacados por terem representado a cidade de Belo Horizonte, mas as demais experiências premiadas se destacaram pelo mérito de revelar uma maneira de educar para a igualdade racial nos moldes da política pública instituída e assimilada pelos proponentes e demais seguimentos sociais que lhe deram credibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão que ora apresentamos sobre eventos, hinos, símbolos e o calendário escolar se insere no contexto de afirmação dos direitos individuais e coletivos da sociedade brasileira pós-Constituição de 1988.

A escola tem se apresentado como lugar estratégico para desenvolvimento das políticas afirmativas e de combate ao racismo, considerando inclusive que nas comunidades periféricas, vem se colocando como um dos poucos espaços de convívio social. Nestes contextos, tem sido crescente a utilização das escolas pelas comunidades em horários extra-escolares, bem como o movimento contrário, ou seja, a própria escola utilizando outros espaços alternativos da comunidade para o desenvolvimento de atividades de educação integral. Tem sido também comum, sobretudo no caso da prática da Lei 10.639/08, que a agenda social permeie a vida escolar, oferecendo alternativas culturais para o combate à discriminação, ao preconceito e à valorização da história e cultura africana e afro-brasileira.

Entretanto, a rotina e a resistência pedagógica a mudanças fazem com que os projetos pedagógicos visando à implementação da Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Raciais sejam mínimos e além do mais, dependentes do perfil e adesão do corpo docente da escola. Em muitas escolas o que se verifica é a adesão de um único professor, ou o desenvolvimento de ações isoladas ou desconexas da vida escolar de forma geral.

O caso de Belo Horizonte mostra um envolvimento que extrapola o meio escolar e o envolve na discussão da temática, principalmente se considerarmos a área da política cultural e a própria criação da COMACON (Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra) cujo Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial renomeou o órgão para a sigla CPIR (Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial) a partir de 2009. Há avanços significativos na discussão da política pública de saúde e na política urbana que inclusive

integram, juntamente com a educação e cultura, o Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

Neste aspecto, identificamos que há uma mudança de prioridade no calendário escolar, mas que não descarta a utilização das duas datas significativas para a história do povo negro no Brasil, independente das ressignificações e permanências.

Refletir sobre o papel do calendário escolar na afirmação da memória afro-brasileira é contribuir para o debate sobre a superação do racismo à brasileira a partir das políticas públicas de promoção da igualdade racial que tomaram impulso considerável a partir da publicação da Lei 10.639/2003. Este foi nosso propósito no primeiro capítulo deste texto.

No segundo capítulo, analisamos o papel das comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra em Belo Horizonte. Como já expusemos, Belo Horizonte experimenta a contradição de ter sido uma das cidades pioneiras na promoção de ações alusivas à comemoração da Consciência Negra antes mesmo da Marcha Zumbi 300 anos, ocorrida em Brasília no ano de 1995 e, ao mesmo tempo, figura entre as poucas capitais brasileiras que não oficializaram o 20 de novembro como feriado com descanso remunerado para os trabalhadores.

Observamos na pesquisa que vem ocorrendo, principalmente por iniciativa do setor cultural - com participação das escolas municipais -, a promoção de eventos comemorativos através da participação de grupos e seguimentos do movimento negro ampliado (grupos de congadeiros, terreiros de umbanda e candomblé, grupos de dança-afro, capoeira, movimento hip-hop, rodas de samba, soul, funk, maculelê, grupos de discussão e núcleos formados por partidos, Pastoral do Negro, Movimento Negro Unificado, núcleos universitários, cursinhos pré-vestibulares populares, etc.).

Esta frente ampla, atualmente se articula também, constituindo o Fórum Municipal de Promoção da Igualdade Racial, instituído pelo Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial, aprovado em 2009 e muito debatido em encontros e seminários promovidos pela Coordenadoria de Assuntos da

Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte. Este fórum é um importante mecanismo de controle social que assegura e complexifica as políticas governamentais de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, sobretudo com o que representa esta nova nomenclatura que possibilita a inclusão de outras etnias e grupos marginalizados da sociedade.

Neste segundo capítulo pudemos discutir esta relação entre experiências de prática da Lei 10.639 nas escolas da Rede Municipal e sua profunda articulação – e dependência – das agendas culturais e comemorativas dos grupos de afirmação da consciência negra e dos centros de cultura instituídos nos diferentes pontos da cidade.

Neste caso, não sem compreender, evidentemente, a relação entre prática educativa e práticas culturais, com desdobramentos específicos no perfil assumido pela abordagem da história africana e afro-brasileira e uma educação das relações étnico-raciais na escola, com evidente opção pela positivação de memórias e valorização da auto-estima das crianças e jovens negros.

O terceiro capítulo apresenta a discussão sobre tensões em torno de símbolos da memória afro-brasileira. O Hino à Negritude, a nosso ver, é emblemático: a importação de ritos desconhecidos da cultura local ou extemporâneos, dificulta a rápida transformação da lei em ações propostas pela mesma e com pouca repercussão na vida escolar. Não basta implantar ou regulamentar uma lei fixando horários de execução de hinos se não houver, antes, a conquista de seu espaço na cultura local ou, mesmo, (o que parece ser muito relevante para a Prática da Lei 10.639/08) se não houver o envolvimento direto de lideranças do movimento social negro, que atualmente, em Belo Horizonte, são muito influentes na experiência escolar para a abordagem da cultura afro-brasileira e combate ao racismo.

Visualizam-se disputas políticas na implementação desta Lei, uma lei marcada pela tensão entre passado militar e movimentação social recente orientada pelos pressupostos da democracia, da inclusão, da luta contra o racismo e toda forma de discriminação e uma valorização da cultura afro-

brasileira na escola, com forte opção pela elevação da auto-estima de crianças e jovens negros.

O quarto capítulo abordou o papel das premiações instituídas por órgãos governamentais com o objetivo de incentivar a comemoração da Consciência Negra e o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. A análise de experiências escolares consideradas bem sucedidas pôde possibilitar a compreensão de quais os rumos estão sendo adotados, no campo das políticas públicas, para orientação quanto à Prática das referidas leis. Visualizamos a valorização de experiências escolares multidisciplinares, em que está em foco a valorização da beleza negra, a positivação da cultura africana e afro-brasileira e a promoção de ações como oficinas, jogos, promoções culturais, desfiles, concursos e exposições. Também pudemos visualizar a rejeição a propostas moralizantes, competitivas ou ainda pouco orientada academicamente, o que revela também o papel desempenhado pela formação docente dos profissionais em serviço e a atuação mais incisiva das Universidades e cursos de formação docente para esta realização. Como nos capítulos anteriores, também visualizamos o papel dos centros culturais para consecução de uma agenda pró-negritude nas escolas, e uma articulação entre ações de grupos e lideranças negras e atividades escolares por ocasião do 20 de novembro, reposicionado no calendário escolar sobretudo após a publicação da Lei 10.639/03.

Pudemos verificar, nas premiações, uma acentuada diretriz voltada às políticas de igualdade racial nas escolas. Nota-se, assim, uma opção, explicitada em políticas públicas contemporâneas, por superação do racismo e da desigualdade racial nas escolas, com valorização e visibilização de experiências consideradas bem sucedidas neste momento.

Quanto às agendas escolares e seus ritos, verificamos que, sobretudo no caso das agendas do 20 de novembro, o calendário escolar privilegia atividades culturais e formativas para os alunos, mas nem sempre ou quase nunca acompanhados de oportunidades de formação, atividades de discussão, estudo e pesquisa para ou com professores das mesmas escolas. As

atividades voltadas aos estudantes também denotam intencionalidades educativas voltadas em grande medida para a positivação de memórias e a visibilização positiva – acompanhada de esforços para melhoria da auto-estima e da auto-imagem de populações negras no país. Mas a integração curricular em que cultura e história – e arte e política sejam compreendidos e experienciados como dimensões formativas constitutivas da memória afro-brasileira ainda não se deu de fato. Há preferências, escolhas, evidentemente, neste momento, conquanto todas elas tenham desdobramento. Contemplar essas dimensões no exercício do currículo para abordagem da memória afro-brasileira: este parece ser um dos desafios a serem ainda enfrentados desde o chão da escola.

Estaria em gestão um currículo culturalista, agora com viés renovado, o da luta afirmativa, podendo ser classificado de culturalismo engajado ou politizado?

Além disso, o que é selecionado no 20 de novembro (e sua agenda escolar-social). Por que razões (históricas e contemporâneas) privilegia-se neste momento aspectos culturais em detrimento da compreensão da situação atual do continente africano, de difusão de informações econômicas, políticas e sociais da África e mesmo da população negra no país, ou de entendimento de uma história do continente africano ou de uma história, plural, do longo processo de escravidão africana no Brasil?

Há, certamente, relações em disputa neste momento de afirmações. Os deslocamentos simbólicos aqui visualizados (o 13 de maio passa por ressignificação, o 20 de novembro, além de ganhar evidência nacional torna-se um dia, uma semana ou um mês de discussões e ações e os diferentes movimentos sociais implementam políticas voltadas à afirmação da negritude – como no caso do Hino à negritude, também objeto de disputa). Nenhuma ação é neutra. Ícones como datas, símbolos e hinos são considerados capazes de reforçar identidades, e de orientar consciências. A educação escolar integra-se a agendas sociais, implementando pressupostos políticos e de transformação

social. A educação escolar reforça ícones, celebra heróis, institui calendários de comemoração.

Laville (1999, p 130) lembra que "a história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder." Mais adiante (p.133) acrescenta que "às vezes, são grupos dissidentes que atacam as narrativas históricas impostas ao ensino pelo Estado". O problema é que esses grupos dissidentes querem que sua versão da história suplante a versão oficial e não seja combinada com ela, ou seja, há uma disputa entre o que parece ser uma história certa e uma história errada. Neste sentido, lembramos o paradoxo da heroicização de personagens e mitificação da memória africana e afro-brasileira, recursos acionados na prática da Lei 10.639, já apontados nesta dissertação.

Laville (1999, p. 137) faz uma importante reflexão sobre a função social do ensino de história. Para ele, o fim do século XX foi marcado pela emergência da família, do meio e mais ainda dos meios de comunicação na influência dos mais jovens. Neste sentido, vale mais a pena que o ensino de história se preocupe com a formação de indivíduos autônomos e críticos e que trabalhem com os conteúdos históricos de maneira aberta e não fechada (como o que parece propor as memórias que disputam a "verdade" histórica).

Como dissemos a escola, na contemporaneidade, também atua orientada a uma política que revisa estereótipos e combate preconceitos. Nestes casos aqui estudados, as agendas se instituem orientadas pelo compromisso da escola com a superação do racismo e da discriminação. À história e memória afro-brasileira parecem concorrer verdades consideradas ora mais ora menos capazes de afirmar-se neste momento – o caso do Hino à negritude é emblemático nesse sentido. A valorização de algumas experiências escolares por meio de premiações públicas também é elucidativo do que se considera, neste momento, como capaz de expressar a tônica considerada mais apropriada a uma implementação da Lei 10.639.

Como afirma Christian Laville, “A narrativa histórica pode também ser vista como uma tomada de poder por grupos sem poder”. (1999). Contudo, que visões de história e de cultura estão se afirmando neste contexto face à abordagem de uma história e memória afro-brasileira com o perfil aqui indicado?

Poderíamos dizer que os registros e ações vinculados à perpetuação de uma memória afro-brasileira estão mais fortemente vinculados a espaços de promoção da cultura, mais, neste momento, em especial por ocasião da agenda do 20 de novembro, do que às escolas. Em que medida foram os professores formados para esta demanda? Por outro lado, em que medida essa constatação é fruto também e em grande medida da atuação de lideranças do movimento social e negro em alguns ou em vários centros culturais? Essas e outras interrogações nos levam a refletir a respeito de quais são, neste momento, os espaços de legitimação da memória afro-brasileira e de que maneira as escolas se vinculam ao trabalho social destes espaços.

Ao que nos parece, a promoção de eventos sócio-culturais em torno do 20 de novembro é insuficiente, nas regionais, para atender às demandas das escolas. Pelo menos à demanda por oferta de atividades para os alunos. Há evidências de que os centros culturais em que há maior participação de lideranças negras ou militantes tendem a ampliar a oferta de atividades voltadas à superação do racismo e à valorização da memória afro-brasileira. Perguntamo-nos em que medida a vinculação das escolas a estes centros culturais pode ser compreendida como reflexo do que recomendam as Diretrizes Curriculares Nacionais de que as escolas recorram a lideranças sociais e do movimento negro para qualificar a discussão sobre a história e cultura afro-brasileira e uma educação das relações étnico-raciais.

Além disso, entre as que promovem ações o foco recai, sobretudo, neste momento de positivações, para contribuir para o despertar da consciência negra entre os alunos ou, digamos, para o “cumprimento da lei”. Interrogamo-nos acerca das premiações e seu impacto simbólico na experiência escolar. O sentido das premiações é a criação de uma “vitrine” de experiências bem

sucedidas para inspirar outras escolas? Em que medida são transplantáveis as experiências de uma escola, num determinado bairro ou região, com uma realidade escolar específica, profissionais com formação e interesses específicos para outras realidades escolares? Por outro lado, quais os efeitos de uma possível disputa entre escolas? Ou, algo mais delicado de se dizer: quais os efeitos de premiações de projetos considerados o “mais politicamente corretos” em detrimento de outros que estão dissonantes no momento em relação aos pressupostos da Lei 10.639 e suas Diretrizes, ou, ainda, dissonantes em relação aos princípios da militância negra?

Em seu aspecto mais geral, essa dissertação é fruto de um trabalho que compartilha a experiência da militância com a reflexão acadêmica sobre a memória e história afro-brasileiras na experiência escolar, um movimento que é empático com os pressupostos da Lei 10.639 e é, ao mesmo tempo, também dela crítico – quando e até o limite me foi possível. Disso advêm também tensões próprias ao exercício da pesquisa, nem sempre fácil.

Portanto, esta dissertação requer que se torne acessível e sujeita a críticas e sugestões tanto no meio acadêmico como no ambiente dos movimentos sociais. Abre perspectivas de estudo sobre o papel do movimento negro na proposição de políticas públicas para a educação o papel da escola no fomento e reeducação das relações étnico-raciais.

Avalio que este trabalho também sugere possibilidades para um estudo crítico sobre a estratégia de heroicização de personalidades negras e o resgate de símbolos e mitos que, se por um lado ajudam na positivação da memória afro-brasileira, por outro, trilham pelo perigoso caminho de combater o eurocentrismo com um tipo de “afrocentrismo”, se é que podemos assim nomear, lembrando os riscos já apontados neste estudo por Santomé (2000) da criação de um currículo turístico na escola marcado pela trivialização, da simbologia como um “*souvenir*”, produção de novos estereótipos e um não combate a formas de tergiversação de grupos discriminados que permaneceriam nesta condição.

Defendemos que este estudo sirva como instrumento de reflexão que possa contribuir para o debate sobre estas questões e implicações da política pública de promoção da valorização da memória afro-brasileira nas escolas que vêm se abrindo para o tratamento das etnias e grupos discriminados na sociedade. Na educação, este trabalho reafirmou preocupações já apontadas por outros autores quanto à legitimidade da dimensão pedagógica da história e cultura afro-brasileira e reeducação das relações raciais e uma resistência velada de outras práticas educativas tradicionais ou mesmo das próprias precariedades do trabalho docente e do cotidiano escolar.

DOCUMENTOS ANALISADOS

DOM – Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Edições de Novembro e Dezembro de 2010.

Relatórios de Escolas Municipais participantes do Concurso Prêmio Paulo Freire.

BELO HORIZONTE. Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial. PBH, Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra, março de 2009.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Presidência da República – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR.

BRASIL. LEI nº 10.639, 09 de janeiro de 2003. Presidência da República do Brasil. Publicada no Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003 – Altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004.

BRASIL. Lei 11.645/08, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BELO HORIZONTE. Prêmio Paulo Freire. *Mama África*. Belo Horizonte, Escola Municipal da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2006. (Arquivo do Núcleo de Relações étnico-raciais da SMED)

_____ Projeto “Eu e o Poder das Virtudes”. Belo Horizonte, Escola Municipal da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2006. (Arquivo do Núcleo de Relações étnico-raciais da SMED)

_____ Projeto “Contos, cantos e Recantos”. Belo Horizonte, Escola Municipal da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2006. (Arquivo do Núcleo de Relações étnico-raciais da SMED)

_____ Projeto “Construção e Ressignificação de Valores e Identidades nas Relações Étnico-Raciais em uma Escola”. Belo Horizonte, Escola Municipal da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2006. (Arquivo do Núcleo de Relações étnico-raciais da SMED)

_____ Projeto “África Bondosa Mãe – Desconstruindo o Preconceito”. Belo Horizonte, Escola Municipal da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2006. (Arquivo do Núcleo de Relações étnico-raciais da SMED)

_____ Projeto “Sou Diferente! E quem não é?”. Belo Horizonte, Escola Municipal da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2006. (Arquivo do Núcleo de Relações étnico-raciais da SMED)

Belo Horizonte, Escola Municipal da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2006. (Arquivo do Núcleo de Relações étnico-raciais da SMED)

_____ Projeto “Festifé”. Belo Horizonte, Escola Municipal da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2006. (Arquivo do Núcleo de Relações étnico-raciais da SMED)

HINO À NEGRITUDE – Letra e vídeo. Disponível em

<http://letras.terra.com.br/eduardo-oliveira/1596878/>, acesso em 14/06/2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte ganha Hino à Negritude. Belo Horizonte, 25/02/2011. Acesso em 18 de maio de 2011.

Disponível em http://www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=38782&Itemid=367&filter=&nj=1,

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 21, n° 41, FGV, Rio, 2008. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1291>. Acesso em 27/06/2011.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

CALIL, Christiane Pinheiro dos Reis. VALENTIN, Silvani dos Santos. *Cultura afro-brasileira e educação: o processo de Implementação da lei 10.639/2003 nas escolas Públicas municipais de Belo Horizonte*. Anais do Senep, Cefet MG, 2010. Disponível em http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT9/CULTURA_AFRO-BRASILEIRA.pdf. Acesso em 25/06/2011

CARDOSO, Marcos Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte – 1978 – 1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARDOSO, Marcos Antônio. SIQUEIRA, Maria de Lourdes. *Zumbi dos Palmares*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas; o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 14^a ed., 2004.

CARVALHO, Mariano de. *História e tradição da música militar*. Disponível em <http://www.ecsbddefesa.com.br/fts/MUSICAMILITAR.pdf> acessado em 02/02/2011.

CARNEIRO, Sueli. *A Carta da Princesa*. Disponível em <http://www.cieaa.ueg.br/downloads/documentos/carta-da-princesa.pdf> acessado em abril de 2010.

CARVALHO, Jairo de. *Princesa Isabel e a ideologia do branqueamento – Zumbi dos Palmares e o Movimento Negro*. Disponível em <http://www.urutaqua.uem.br//02jairo.htm> acessado em abril de 2010.

DEURSEN, Felipe Van. *Isabel, A Princesa do Brasil*. In: *Aventuras na História*, São Paulo, Editora Abril, ed. 58, maio/2008, p. 50-55.

DIEGUES, Cacá. *Quilombo– o filme*, 1983.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Revista Tempo nº 23. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>, acesso em 09 de julho de 2011.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades*. *Caderno CEDES*. 2005, vol.25, n.67, p. 378-388. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622005000300009 acessado em abril de 2010.

FLORES, Elio Chaves. *Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana*. *Caderno Tempo*, nº 21, 2006, p. 65 a 81.

FONSECA, Vivian. *A História na Memória: mobilização da história formal nas falas de mestres de capoeira*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/jornadadiscente/artigos/0102D.pdf> acessado em abril de 2010.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GALLEGO, Rita de Cássia. CÂNDIDO, Renata Marcílio. *A Integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas – uma discussão sobre seus sentidos (1890-1930)*. Acessado em 12

de dezembro de 2010, disponível no sítio eletrônico em <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/386RitaCassiaGallego e RenataMarcilio.pdf>

GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnica-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (Org.) *Múltiplos Olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. pp. 85-91.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula; visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HINO Nacional Brasileiro. História, origem e composição. Enciclopédia Ilustrada Folha. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u84.jhtm> acesso em 01/08/2011.

IWAYA, Marilda. Os Rituais e o Cotidiano Escolar – Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3103.pdf>, acesso em 04 de agosto de 2011.

KENSKI, Rafael. Vencendo na Raça. in: *Revista Superinteressante*, p. 42-50, São Paulo, Editora Abril, Edição 187, abril de 2003.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas; debates e ilusões em torno do ensino de história. *Revista Brasileira de História*. Vol. 19, n. 38, São Paulo, 1999.

LEAL, Priscilla. O lado rebelde da Princesa Isabel. in: *Revista Nossa História*, ano 3, nº 31, Ed. Vera Cruz, Rio de Janeiro, maio de 2.006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: editora da UNICAMP, 1994.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Reflexões e possibilidades para a prática de história no ensino fundamental. *Revista Terra e Cultura*, ano XIX, nº 37, p. 28-38. Disponível em http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/37/Terra%20e%20Cultura_37-3.pdf, acessado em abril de 2010.

MARTINS, Marcos Francisco. História e Cultura Afro-Brasileira: o que os professores e os alunos aprenderam na escola pública?. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.33, p. 194-206, mar. 2009. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art13_33.pdf, acessado em abril de 2010.

MOYA, Álvaro. Edição *Comemorativa dos 300 anos de Zumbi dos Palmares*. Prefeitura Municipal de Betim, outubro de 1995.

MOURA, Clóvis *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 7ª Ed, 1987. Tudo é História.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, nº 3, 2003, p. 421-461 Disponível em <http://www.casadasafricanas.org.br/site/img/upload/905623.pdf>. Acesso em abril de 2010.

OLIVEIRA, Carolina dos Santos. *Adolescentes negras; relações raciais, discursos e mídia impressa feminina na contemporaneidade brasileira*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

OLIVEIRA, Fátima. A imortalidade de Zumbi e a insanidade do racismo. *Jornal O Tempo*, Caderno de Opinião, p. A11, Belo Horizonte, 20 de novembro de 2007.

OLIVEIRA, Maria Aparecida. "Narrativas e significados do 13 de maio e o 20 de novembro para a História do Brasil". In: PEREIRA, Amauri Mendes e SILVA, Joselina (orgs.). *O Movimento Negro Brasileiro; escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 49-80.

OLIVEIRA, Romilton Batista de. A comemoração de datas histórico-culturais e religiosas na escola: um lugar de memória e de representações. Disponível em http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/romilton_batista_de_oliveira.pdf acessado em abril de 2010.

O TEMPO. Hino à Negritude. *Jornal O Tempo*. 02/03/2011.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. *Revista Estudos Históricas*, nº 41, vol. 21, 2008, p. 21-43. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1292/713> acessado em abril de 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> , acessado em abril de 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, volume 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão. *Políticas afirmativas e educação: a Lei 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2006.

ROCHA, Rosa Margarida de. *Almanaque pedagógico afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Mazza, 2004.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. “Rompendo as Barreiras do Silêncio: Projetos Pedagógicos Discutem Relações Raciais em Escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.” Em: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. PINTO, Regina Pahim (orgs.). “Negro e Educação: Presença do Negro no Sistema Educacional Brasileiro”. ANPED/Fundação Ford, Ação Educativa, São Paulo, 2001.

_____. Professores (as) Negros (as) e Relações Raciais: Percursos de Formação e Transformação. Belo Horizonte, Faculdade de Educação – UFMG 2003. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/HJPB-5VDV7C/1/1000000516.pdf>.

SANSONE, Lívio. Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Revista de Estudos Afro Asiáticos n. 1, ano 25, UCAM, São Paulo, 2003.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. “As culturas negadas e silenciadas no currículo.” In: *Ciclo de Conferências da Constituinte Escolar. Caderno Temático nº 3, “Relação com o Conhecimento.”* Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, PBH, 2000, p. 41-49.

SANTOS, Lorene dos. *Saberes e Práticas em Redes de Trocas: A Temática Africana e Afro-Brasileira em Questão*. Belo Horizonte, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UFMG, 2010.

SILVA, Fátima Aparecida. Produção e apropriação da memória dos escravizados no Brasil: escola, movimento negro ‘o 13 de maio’ em Sorocaba – 1930. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT21-2726--Int.pdf> acessado em abril de 2010.

SILVA JR., Hédio. BENTO, Maria Aparecida. SILVA, Mário Rogério. Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Publicação do CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, São Paulo, 2010, p. 11.

SILVA, Marcos Fabrício Lopes. 20 de novembro ou 13 de maio? *Boletim da UFMG*, novembro de 2009.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Relatos orais como atos de palavras. Em: PEREIRA, Júnia Sales. RICCI, Cláudia Sapag (orgs.). *Produção de Materiais*

Didáticos para a Diversidade. Patrimônio e práticas de memória numa perspectiva interdisciplinar. Livro III, p.15, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Edileuza Penha. *Negritude, cinema e educação; caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003.* Belo Horizonte: Mazza, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a Implantação dos Grupos Escolares, no Estado de São Paulo (1890-1910).* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 87-108, jul/dez, 1999.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. O tempo no registro da experiência. In: I Congresso Internacional de Desenvolvimento Humano: abordagens histórico-culturais, 1999, São Paulo. Anais do I Congresso de Desenvolvimento Humano: abordagens histórico-culturais. São Paulo: Universidade de São Marcos, 1999. v. 1. p. 14-14.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. LEAL, Álida Angélica Alves. Arquitetura dos tempos escolares: Os calendários e horários. In: XXIV Simpósio Brasileiro, III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, 2009, Vitória. Anais. Vitória: ANPAE/UFES, 2009. Disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/131.pdf. Acesso em 24 de maio de 2011.

ANEXOS

ANEXO 1

- Quadro I - consolidado com os eventos promovidos pelos Centros Culturais – Belo Horizonte entre novembro e dezembro de 2010.
- QUADRO II – QUADRO de eventos promovidos pelas escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte no 20 de novembro (dia, semana, mês)

Quadro I - consolidado com os eventos promovidos pelos Centros Culturais – Belo Horizonte entre novembro e dezembro de 2010

CENTRO CULTURAL	DATA	EVENTO	TÍTULO	ESCOLAS PARTICIPANTES DO ENTORNO
Centro de Cultura Lagoa do Nado	07/11	Ensaio aberto com músico senegalês Mamour Ba	Conexão Tribal African Beat (batidas africanas)	Escola Municipal Lídia Angélica
Centro Cultural Alto Vera Cruz	22/11 a 11/12	Exposição de oficinas de máscaras	As Muitas Faces da África – E quantas delas são máscaras?	Escola Municipal Israel Pinheiro
Centro Cultural Jardim Guanabara	05 a 30/11	Exibição do acervo de literatura afro-descendente	Cultura Africana	EM Jardim Felicidade, EE Bolívar de Freitas, EE Carlos Drummond de

				Andrade, EM Rui da Costa Val e EM Florestan Fernandes.
Centro Cultural Lindéia Regina	25/11	Teatro de bonecos	Ubuntu (família Silva teatro de bonecos e Grupo Aldeia)	Escola Municipal Padre Flávio Giammetta
Centro Cultural Lindéia Regina	27/11	Dança, hip-hop, street dance	Sábado Black	Escola Municipal Padre Flávio Giammetta
Centro Cultural Pampulha	28/11	Dança Afro	Apresentação de Maculelê sob a coordenação de Dandara	Escola Integrada da E.M. Alice Nacif
Centro Cultural Padre Eustáquio	05/11	Filme de curta-metragem e bate-papo	Paz no Mundo Câmara: A Capoeira Angola e a Volta que o Mundo dá (MG, Carmem Abreu)	Escola Municipal João Pinheiro
Centro Cultural Padre Eustáquio	26/11	Filme de curta-metragem e bate-papo	BH Soul: a cultura black de Belo Horizonte (BRA, Tomás Amaral, 2010)	Escola Municipal João Pinheiro
Centro Cultural Padre Eustáquio	23 e 24/11	Oficinas com Bruno Morais	Di-Visões de "Raça": racismo, identidade cultural negra e o Jazz.	Escola Municipal João Pinheiro
Centro Cultural Salgado Filho	19/11	Oficina teatral	Leitura Dramática Negra com a atriz Meibe Rodrigues	Escola Municipal Salgado Filho
Centro	17/11	Leitura de obra	"O Saci" de	Escola Municipal

Cultural São Bernardo			Monteiro Lobato com Samuel Medina	Maria Silveira
Centro Cultural São Bernardo	20/11	Show musical	“Eu Soul Black” com DJ Kunta e exposição de caricaturas de Bira Dantas, sobre o soul e o blues.	Escola Municipal Maria Silveira
Centro Cultural São Geraldo	20/11	Capoeira	Mostra de Capoeira Angola, Mandinga Mineira e Capoeira Regional.	Escola Municipal Monsenhor João Rodrigues de Oliveira
Centro Cultural Urucuia	13/11	(Roda de capoeira, bate-papo, aula aberta, exposição, penteados afro, música, dança-afro, dança de rua, desfile afro).	5ª Mostra da Beleza Negra com participação do Grupo Swat Soul e Sandra Vilela	Escola Municipal Ana Alves Teixeira
Centro Cultural Urucuia	24/11	Sarau Literário e Musical	Poesia, música e teatro com exibição do vídeo “Flor de Mangueira”	Escola Municipal Ana Alves Teixeira
Centro Cultural Urucuia	03 a 30/11	Exposição (Sabrina Damas)	Máscaras Africanas	Escola Municipal Ana Alves Teixeira
Centro Cultural Vila Fátima	06/11	Apresentação de canções que refletem a matriz cultural	Coral Agbára – Vozes D’África	UMEI São João

		Ioruba		
Centro Cultural Vila Fátima	18/11	Exibição de filme	Kiriku e a Feiticeira (FRA, Michel Ocelot, 1998).	UMEI São João
Centro Cultural Vila Marçola	03 a 30/11	Exposição de <i>banners</i> do FAN 2007	Personalidades importantes na história da cultura africana, da Princesa Yennenga a Cesária Évora, bem como países do continente africano, como Marrocos, Etiópia, Gana, Camarões e Quênia.	Escola Municipal Dinorah Magalhães
Centro Cultural Vila Marçola	05/11	Reflexão sobre a literatura brasileira enquanto formadora de imagens sociais	Introdução à Literatura Afro-brasileira com Luiz Henrique Oliveira	Escola Municipal Dinorah Magalhães
Centro Cultural Vila Marçola	06/11	Filme com comentários de Jussara Santos. Capoeira e show	O Xadrez das Cores (BRA, Marcos Schiavon, 2004) e apresentação do Grupo Capoeira Origem, capoeira e show com Negro Vagalume.	Escola Municipal Dinorah Magalhães
Centro Cultural Vila Marçola	13/11	Música e dança	Soul da Serra com DJ's Kunta e Arnaldo,	Escola Municipal Dinorah Magalhães

			dançarino Dentinho e Branco.	
Centro Cultural Vila Marçola	26/11	Contação de histórias	Contos, deuses e mitos com Trupe Malalô.	Escola Municipal Dinorah Magalhães
Centro Cultural Vila Santa Rita	03 a 19/11	Mostra de telas pintadas por alunos da EMIP	Como Debret Pintaria o Brasil Hoje	Escola Municipal Israel Pinheiro
Centro Cultural Vila Santa Rita	17/11 a 06/12	Exposição fotográfica	Reinados Negros e Irmandades do Rosário	Escola Municipal Israel Pinheiro
Centro Cultural Vila Santa Rita	23/11	Dança afro e percussão	Grupo Calanga e Alto Batuque	Escola Municipal Israel Pinheiro
Centro Cultural Vila Santa Rita	25/11	Encontro poético	Negro Mar – Grupo Levante de Teatro do Oprimido	Escola Municipal Israel Pinheiro
Centro Cultural Vila Santa Rita	26/11	Diego Ávila	Leitura compartilhada dos poemas de Castro Alves, Cruz e Souza e Augusto dos Anjos.	Escola Municipal Israel Pinheiro
Centro Cultural Vila Santa Rita	27/11	Festa, roda de capoeira, palestras e shows musicais.	Quizomba – A Festa do Povo Negro	Escola Municipal Israel Pinheiro
Centro Cultural Zilah Spósito	03 a 30/11	Mostra da artista plástica Rosana dos Santos sobre a África Negra	Faces Africanas – Máscaras em Papel Marche.	Escola Municipal Daniel Alvarenga

CRAS Zilah Spósito – (org. do Centro Cultural Zilah Spósito)	06/11	Apresentações de congado	I Encontro de congadeiros do Zilah Spósito	Escola Municipal Daniel Alvarenga
--	-------	--------------------------	--	-----------------------------------

QUADRO II – QUADRO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE NO 20 DE NOVEMBRO (dia, semana, mês)⁶⁹

ESCOLA	DATA	EVENTO
Escola Municipal Professora Alcida Torres (Taquaril)	18/11	Diálogos com as africanidades – exibição do filme Xadrez das Cores (BRA, Marco Schiavon, 2004) e bate-papo com Rosália Diogo.
Escola Municipal José Maria dos Mares Guia	20/11	Mostra cultural “Igualdade na Diversidade” Manifestações Culturais e Artísticas Afro-Brasileiras e Indígenas.
Gerência Regional de Educação Barreiro – CAC Parque das Águas e Escolas Municipais: União Comunitária, Hilton Rocha, Eloi Heraldo Lima, Unidade de Educação Infantil Jatobá e Umei Pilar	18 a 21/11	Exposição de pinturas, maculelê, teatro e capoeira, desfile de penteados, adereços e roupas afro. Apresentação de filmes e exposição fotográfica. Palestras, mancala e Encontro de Congadeiros. I Mostra Cultural Afro-Brasileira do Barreiro
Escola Municipal Florestan Fernandes	27/11	Comidas, apresentações de música e dança – participação especial do Grupo de Dança Folclórica Sarandeiros.

⁶⁹ Informações obtidas por meio de telefonemas para a SMED, informações fornecidas pelas escolas e compiladas pelos colegas do Labepeh no 20 de novembro de 2010 – (dia, semana, mês).

		II Mostra Afro-Brasileira da EM Florestan Fernandes
Escola Municipal Maria de Assunção de Marco	22 a 26/11	Exposição de arte, apresentações artísticas. a escola desenvolveu uma série de atividades pedagógicas e culturais abordando a temática étnico-racial. Alunos de todos os turnos participaram com desenhos e pesquisas sobre o assunto, que destacaram a forte influência da cultura africana em nosso país. Para encerrar as comemorações, foi programada uma exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos sobre o tema “A África está em nós!”. Os eventos escolhidos, para a mostra, foram o II Fórum Família Escola e a Festa da Família. Os estudantes e seus familiares, além de apreciar as obras de seus colegas, divertiram-se com os convidados especiais ⁷⁰ .
Escola Municipal Dinorah Magalhães Fabri	02 a 04/12	“ <i>Mostra Cultural Mama África</i> ” manifestações da cultura afro-brasileira
Gerência Regional de Educação com as Escolas Municipais Professora Alice Nacif –e Santa Terezinha, envolvendo outras escolas daquela regional.	01 a 03/12	<i>Mostra de Cultura Afro-Brasileira da GERED Pampulha</i> apresentação de grupo de percussão – Escola Municipal Professora Alice Nacif que participou com comidas típicas, além de shows com artistas negros e roda de debates.

⁷⁰ DOM. *Escola Comemora Mês da Consciência Negra com Diversas Atividades*. Sexta-feira, 03/12/2010, Ano: XVI. Edição N.: 3718. Poder Executivo. Capa

ANEXO II

- Regulamento do Prêmio Paulo Freire 2006
- Portaria que nomeia a Comissão Julgadora do Prêmio Paulo Freire



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

DOM
Diário Oficial do Município

Sexta-feira, 25 de Novembro de 2005 Ano:XI - Edição N.: 2491

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Educação

REGULAMENTO DO CONCURSO

PRÊMIO PAULO FREIRE 2005/2006

"Quem gosta de educar tem seu jeito de ensinar"

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º - O Prêmio "Paulo Freire" é uma promoção da Prefeitura de Belo Horizonte/ Secretaria Municipal de Educação (SMED) que visa valorizar os professores da Rede Municipal de Ensino e socializar experiências pedagógicas significativas.

CAPÍTULO II

DA PARTICIPAÇÃO E DA INSCRIÇÃO

Art. 2º - O concurso está aberto a todos os professores/educadores e/ou profissionais da Educação em efetivo exercício nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e UMEIs.

Parágrafo único: Ficam impedidos de participar do concurso professores e/ou profissionais da Educação que também exerçam atividade no Gabinete da SMED, no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (CAPE),

na Coordenação de Política Pedagógica (CPP), nas Gerências Regionais de Educação.

Art. 3º - A inscrição estará aberta a experiências pedagógicas que possam ser comprovadas, relativas a qualquer disciplina, área do conhecimento ou conteúdo do currículo escolar.

Art. 4º - Poderão concorrer trabalhos desenvolvidos nos últimos dois anos ou em desenvolvimento nas escolas da

Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

Parágrafo único - O(s) participante(s) deve(m) inscrever um só trabalho, em forma de relato.

Art. 5º - Os trabalhos devem ser inscritos em uma das seguintes temáticas:

- 1 - Alfabetização e Letramento
- 2 - Diversidade Cultural/Protagonismo Juvenil
- 3 - Promoção da Igualdade Racial
- 4 - Ciência e Tecnologia
- 5 - Inclusão de Alunos com Deficiência
- 6 - Arte e Educação

Art. 6º - O trabalho desenvolvido em grupo deve ser inscrito em nome de todos os seus integrantes.

§ 1º - Os participantes devem enviar seus trabalhos em 5 (cinco) vias, juntamente com a FICHA DE INSCRIÇÃO e a FOLHA DE ROSTO completas, digitadas, datilografadas ou escritas de forma legível.

§ 2º - Os modelos da ficha de inscrição e da folha de rosto encontram-se anexos a este regulamento.

Art. 7º - O período de inscrição será de 27 de novembro de 2005 a 27 de janeiro de 2006.

Art. 8º - As inscrições podem ser feitas pelo Correio - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por meio de

Carta Registrada com Aviso de Recebimento, ou nas Gerências de Educação das nove Secretarias Regionais, mediante

protocolo. Em ambos os casos, as inscrições devem ser endereçadas a:

PRÊMIO "PAULO FREIRE 2005/2006

Secretaria Municipal de Educação (SMED)

Rua Carangola, 288 - 7º andar

CEP: 30330-240 Belo Horizonte MG

Art. 9º - Vale como comprovação de entrega o recibo de postagem no Correio ou o protocolo de inscrição, com data até 27/01/2006.

Parágrafo único - Os trabalhos recebidos fora do período estabelecido ou com informações que firmam este regulamento serão desclassificados.

Art. 10 - Os trabalhos premiados em outros certames deste prêmio não poderão ser reinscritos.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Art. 11 - Os trabalhos inscritos deverão ser o relato de um projeto pedagógico.

§ 1º - Os trabalhos devem ser apresentados em fonte Arial, corpo 12, espaço 1,5.

§ 2º - O relato deve conter:

I - Ficha de Inscrição e Folha de Rosto;

II - Síntese do trabalho (até uma página);

III - Justificativa (até uma página) relatando:

a) contexto escolar (contexto sociocultural em que a escola está inserida, número de alunos, turma);

b) perfil dos alunos que participam do projeto (número de alunos, situação socioeconômica, interesses, faixa etária);

c) coletivo envolvido no projeto;

d) indicar como o trabalho está inserido no projeto pedagógico da escola.

IV - Objetivos do trabalho expressos em competências, habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos (até uma página);

V - Conteúdos curriculares trabalhados - conceitos, procedimentos, valores (até uma página);

VI - Metodologias e procedimentos (até quatro páginas):

a) descrição passo a passo do trabalho;

b) estratégias usadas;

c) recursos didáticos utilizados.

VII - Bibliografia consultada (até uma página).

VIII - Avaliação (até uma página) incluindo:

a) avaliação parcial e final, indicando os critérios e procedimentos adotados para avaliar o processo e o produto;

b) análise dos resultados obtidos e dos resultados esperados;

c) auto-avaliação do professor, de sua atuação pedagógica e didática e do que aprendeu realizando o projeto;

d) previsão de continuidade ou ampliação do projeto;

e) o que mudaria ou aperfeiçoaria no projeto.

§ 3º - Os inscritos devem arquivar todo material que comprove a experiência relatada, que será solicitado pela Comissão Julgadora no momento oportuno.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE SELEÇÃO E DA COMISSÃO JULGADORA

Art. 12 - O processo de seleção contará com uma Comissão Julgadora, composta por 15 (quinze) professores e especialistas, que escolherá 03 (três) trabalhos de cada temática (de acordo com o art. 5º do Cap. II).

Art. 13 - A comissão julgadora deverá apresentar os resultados até o dia 05 de abril de 2006, resultados esses que

estarão disponíveis, para consulta, no sítio da SMED (www.pbh.gov.br/educacao).

Art. 14 - Não cabem recursos às decisões da Comissão Julgadora.

Parágrafo único. Questões omissas serão decididas pela Comissão Julgadora, juntamente com a SMED.

CAPÍTULO V

DA PREMIAÇÃO

Art. 15 - Os três melhores trabalhos em cada temática serão premiados com R\$ 5.000,00 (1º lugar), R\$ 2.000,00

(2º lugar), e R\$ 1.000,00 (3º lugar). Os trabalhos classificados do 1º ao 10º lugar em cada temática receberão o troféu Paulo

Freire.

Art. 16 - A premiação será feita em cerimônia a ser realizada no dia 15 de abril de 2006, em local a ser definido oportunamente.

Art. 17 - Os trabalhos premiados serão publicados pela SMED e distribuídos às escolas da Rede Municipal de Educação.

Art. 18 - Todos os participantes receberão um Certificado de Participação.

Art. 19 - Todos os trabalhos inscritos estarão disponíveis para consulta na Biblioteca do Professor.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Todos os participantes autorizam a SMED, desde já, a utilizar, editar e publicar os trabalhos inscritos e/ou premiados.

Art. 21 - A participação no Prêmio "PAULO FREIRE" implica a aceitação irrestrita do presente Regulamento.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2005

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Secretária Municipal de Educação

ANEXOS

PRÊMIO "PAULO FREIRE 2005/2006

FICHA DE INSCRIÇÃO

Preencha os campos abaixo com seus dados pessoais:

Nome _____

Masc. () Fem. () Idade _____ Raça _____ Cor _____

End. (Rua, Av.) _____ No. _____

Complemento _____ Cidade _____ Estado _____

CEP _____ e-mail: _____ Tel: _____ Cel: _____

Fax: _____

Formação: () nível médio () nível superior incompleto () nível superior completo Universidade,

Faculdade ou Escola: _____

Cidade/Estado: _____

Nome da escola onde realizou o projeto: _____

Endereço da escola (Rua, Av.): _____ No. _____

Complemento: _____ Cidade: _____ Estado _____

CEP _____ e-mail: _____ Tel: _____ Cel: _____ Fax: _____

Data de admissão na escola: _____

PRÊMIO PAULO FREIRE 2005/2006

FOLHA DE ROSTO

Título do Trabalho:

Nome(s) do(s) professor(es): _____

Nível de ensino (ciclo): _____

Tema ou área de conhecimento ou disciplina: _____

Faixa etária dos alunos: _____

Ano de realização do trabalho: _____

Duração: _____

Nome da escola onde se realizou o trabalho _____



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

DOM
Diário Oficial do Município

Sábado, 18 de Março de 2006 Ano:XII - Edição N.: 2658

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Educação

PORTARIA SMED Nº 026/2006

Constitui Comissão Julgadora do Prêmio Paulo Freire.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir e nomear as pessoas abaixo qualificadas para integrarem a Comissão Julgadora do Prêmio Paulo Freire 2003/2004.

Miguel González Arroyo - Presidente

Anderson Fabian Higino

Bartolomeu Campos Queirós

Consuelo Dores Silva

Gil Amâncio

Iria Melgaço

José Ferreira Belisário

Luiz Humberto Garcia de Oliveira

Maria das Graças Costa Val

Maria Inez Toledo

Raquel B. Junqueira Guimarães

Samira Zaidan

Santuza Abras

Tacyana Karinna Arce Rodrigues

Vera Lúcia Domingos dos Santos

Art. 2o - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de março de 2006

Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Secretária Municipal de Educação

Anexo III

Lei de Oficialização do Hino à negritude - Belo Horizonte - 2011

LEI Nº 10.111, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011

Torna oficial o Hino à Negritude no Município.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica oficializado, no Município, o Hino à Negritude, de autoria do Professor Eduardo de Oliveira, registrado sob o nº 137, a folhas 74 do Livro 17, na Escola Nacional de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e com letra constante do Anexo desta Lei.

Parágrafo único - O Hino à Negritude deverá ser entoado nas solenidades oficiais relacionadas à raça negra.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2011

Marcio Araujo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte

(Originária do Projeto de Lei nº 722/09, de autoria do vereador Geraldo Félix)

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº 10.111, de 23 de fevereiro de 2011)

Hino à Negritude

(Cântico à Africanidade Brasileira)

Letra e música: Professor Eduardo de Oliveira

I

Sob o céu cor de anil das Américas
 Hoje se ergue um soberbo perfil.
 É u'a imagem de luz
 Que, em verdade, traduz
 A história do negro no Brasil.
 Este povo, em passadas intrépidas,
 Entre os povos valentes se impôs!
 Com a fúria dos leões
 Rebentando grillhões
 Aos tiranos se contrapôs!

Bis

Ergue a tocha no alto da glória
 Quem herói nos combates se fez,
 Pois que as páginas da História
 São galardões aos negros de altivez!
 (Refrão)

II

Levantado no topo dos séculos,
 Mil batalhas viris sustentou
 Este povo imortal
 Que não encontra rival,
 Na trilha que o amor lhe destinou.
 Belo e forte, na tez cor de ébano,
 Só lutando se sente feliz.
 Brasileiro de escol
 Luta de sol a sol
 Para o bem de nosso País.

Bis

Ergue a tocha no alto da glória
 Quem herói nos combates se fez,
 Pois que as páginas da História
 São galardões aos negros de altivez!
 (Refrão)

III

Dos Palmares, os feitos históricos
 São exemplos da eterna lição
 Que, no solo tupi,
 Nos legara Zumbi,
 Sonhando com a libertação.
 Sendo filhos também da mãe África,
 Aruanda dos Deuses da Paz.
 No Brasil, este axé
 Que nos mantém de pé
 Vem da força dos Orixás.

Bis

Ergue a tocha no alto da glória
 Quem herói nos combates se fez,
 Pois que as páginas da História
 São galardões aos negros de altivez!
 (Refrão)

IV

Que saibamos guardar estes símbolos
 De um passado de heroico labor.
 Todos numa só voz,
 Bradam nossos avós:
 Viver é lutar com destemor!
 Para frente marchamos impávidos
 Que a vitória nos há de sorrir.
 Cidadãs, cidadãos,
 Somos todos irmãos
 Conquistando o melhor porvir!

Bis

Ergue a tocha no alto da glória
Quem herói nos combates se fez,
Pois que as páginas da História
São galardões aos negros de altivez!
(Refrão)

